

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM  
ARQUITETURA E URBANISMO  
MESTRADO ACADÊMICO**

**WILLIAN JONAS MINITEL**

**DE VILA MARIA DO PARAGUAI À CÁCERES: ESTUDO DO  
DESENVOLVIMENTO DO TRAÇADO URBANO**

**VÁRZEA GRANDE  
2022**

WILLIAN JONAS MININEL

**DE VILA MARIA DO PARAGUAI À CÁCERES: ESTUDO DO  
DESENVOLVIMENTO DO TRAÇADO URBANO.**

Dissertação apresentado ao Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo do UNIVAG (Centro Universitário de Várzea Grande/MT) em associação com a PUC-Campinas (Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

**Área de concentração:** Arquitetura, Cidade e Território.

**Linha de pesquisa:** Desenvolvimento Territorial e Local

**Mestrando:** Willian Jonas Mininel

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/1129429387564539>

**Orientador:** Profº. Drº Antonio Busnardo Filho

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/2235013674233375>

VÁRZEA GRANDE

2022

**Ficha catalográfica elaborada por Douglas Rios (CRB1/1610)**

**Biblioteca Silva Freire – Univag Centro Universitário**

M669d

Mininel, Willian Jonas.

Da Vila Maria do Paraguai à Cáceres: Estudo do Desenvolvimento do Traço Urbano / Willian Jonas Mininel. - - Várzea Grande-MT: Univag; PUC-Campinas, 2021. 123 fls.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Busnardo Filho

Dissertação (Mestrado) Univag/PUC-Campinas, Curso de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo – Área de concentração: Arquitetura, Cidade e Território - Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Territorial e Local – Várzea Grande-MT, 2021.

1. Colonização de Cáceres. 2. Historiografia de Cáceres. 3. Morfologia Urbana. 4. Desenho Urbano. 5. Planejamento Urbano. 6. Cartografia.

CDU 72  
CDD 720

### **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais Vanderlei e Suerli, que sempre me ensinaram que desistir não está entre as opções para vencer.

Ao Alan que sempre me ensinou a ter o equilíbrio.

Ao meu orientador Antonio Busnardo Filho que me ensinou o caminho para ser um pesquisador.

## **AGRADECIMENTOS**

Meu pai, sempre me ensinou a seguinte frase “nunca se esqueça de que uma andorinha sozinha não faz verão”, quando criança não compreendia esta frase, mas quando adulto percebi o quanto as amizades são necessárias para concluirmos nossas tarefas neste mundo terreno. Por esta razão, não é fácil escrever os agradecimentos, mesmo assim tentarei, e me perdoe alguém que eu esquecer, mas quero que saiba que também sou grato a você, pois de alguma forma me auxiliou neste processo.

Primeiramente agradeço a Deus, o ano de 2020 e 2021 não foi fácil, a pandemia acabou levando muitas pessoas, por isso agradeço por estar vivo e concluir mais esta etapa, e principalmente por me instruir através de pessoas ou de intuições, pois eu sei que muitas vezes Tu me ajudaste.

Agradeço aos meus pais Vanderlei Nilton Mininel e Suerli de Lourdes Constantino Mininel, os quais sempre me auxiliaram.

Ao Alan dos Santos Costa com amor e carinho.

A professora Dra. Jeane de Godoy Rosi, que me incentivou a fazer o mestrado, a permanecer no mestrado e a finalizar o mestrado, sua história de vida sempre me inspirou me dando forças a vencer cada dia.

A cada um dos professores do programa de Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Univag/PUC-Campinas.

Em especial ao meu orientador prof. Dr. Antonio Busnardo Filho, que teve paciência em me ensinar e me auxiliar durante todo esse processo.

*Um saber é como um patchwork, feito de peças próximas umas às outras e com várias origens e histórias; as várias épocas acrescentaram e utilizaram algumas peças mais do que outras. Um saber finca suas próprias raízes no passado, está sujeito a mudanças contínuas, acréscimos e subtrações, mais do que a revoluções. Pelo menos assim é para o urbanismo.*

(SECCHI, Bernardo. Primeira Lição do Urbanismo, p.43, 2016.)

## RESUMO

A história da formação da cidade de Cáceres-MT teve início durante a colonização do Brasil, respectivamente no período de formação da capitania de Mato Grosso. Fundada em 06 de outubro de 1778 por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Na época recebeu o título de “Vila”, mesmo não passando de uma Freguesia centrada em torno da igrejinha de São Luiz de França. Ganhou o título de cidade apenas no ano de 1874 passando a se chamar São Luiz de Cáceres, e somente a partir da década de 50 que seu crescimento urbano ganharia destaque. A presente dissertação busca compreender a formação urbana da cidade de Cáceres, entre os anos de 1778 à 2020, por meio dos estudos relacionados com os aspectos e elementos formadores da cidade, que ao longo dos anos modificaram o desenho urbano português inicial, as possíveis mudanças comportamentais em seus usos justificando as alterações ocorridas em sua malha urbana. Para tal, foram utilizados o método de pesquisa iconográfico, análise histórica crítico e de mapas e imagens de satélite para compreensão dos vetores de crescimento. Observando, então, que a malha urbana foi tomando rumos completamente diferentes do modelo urbano português inicial, torna-se dispersa e desorganizada, refletindo um processo de suburbanização.

**Palavras-chave:** Colonização de Cáceres, Historiografia de Cáceres, Morfologia Urbana, Desenho Urbano, Planejamento Urbano, Cartografia.

## ABSTRACT

The history of the formation of Cáceres-MT city, began during the colonization of Brazil, respectively in the period of formation of the Mato Grosso captaincy. Founded on October 6, 1778 by Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. At the time it received the title of “Village”, even though it was just a parish centered around the little São Luiz de França church. It won the title of the city only in 1874, changing its name to São Luiz de Cáceres, and it is from the 50's that its urban growth would gain prominence. The present dissertation seeks to understand the urban formation of the city of Cáceres, between the years 1778 to 2020, through studies related to the aspects and elements that formed the city, which over the years modified the initial Portuguese urban design, the possible behavioral changes in its uses, justifying the changes that occurred in its urban mesh. For this, the iconographic research method, critical historical analysis and maps and satellite images were used to understand the growth vectors. Observing that the urban fabric was taking completely different directions from the initial Portuguese urban model, it becomes dispersed and disorganized, reflecting a process of suburbanization.

**Keywords:** Urban Morphology, Urban Design, Urban Planning, Colonization of Cáceres, Historiography of Cáceres, Cartography.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                  |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 1.</b> Limite territorial estabelecido na Bula Inter Cetera de 4 de maio. ....         | 20 |
| <b>Figura 2.</b> Planisfério de Cantino (1502). ....                                             | 21 |
| <b>Figura 3.</b> Demarcações das Capitanias Hereditárias. ....                                   | 24 |
| <b>Figura 4.</b> Mapa da cidade de São Salvador da Baía de todos os Santos e 1631. ....          | 26 |
| <b>Figura 5.</b> Análise do mapa da cidade de Salvador (1631) por Manuel C. Teixeira...36        |    |
| <b>Figura 6.</b> Plano de vila Bela da Santíssima Trindade. ....                                 | 38 |
| <b>Figura 7.</b> Primeiros traçados de Vila Bela da Santíssima Trindade. ....                    | 39 |
| <b>Figura 8.</b> Crescimento Urbano até 1775.....                                                | 40 |
| <b>Figura 9.</b> Intervenção ocorrida em 1777.....                                               | 40 |
| <b>Figura 10.</b> Planta baseada no levantamento de 1789. ....                                   | 41 |
| <b>Figura 11.</b> Demarcações da Província de Mato Grosso. ....                                  | 42 |
| <b>Figura 12.</b> Comparação das plantas da Vila Albuquerque. ....                               | 50 |
| <b>Figura 13.</b> Mapa de Vila Marai do Paraguai. ....                                           | 54 |
| <b>Figura 14.</b> Desenho de Vila Maria do Paraguai. ....                                        | 55 |
| <b>Figura 15.</b> Mapa de Vila Maria do Paraguai em 1861. ....                                   | 59 |
| <b>Figura 16.</b> Largo da praça da Matriz.....                                                  | 62 |
| <b>Figura 17.</b> Evolução Político-Administrativo de Cáceres entre os anos de 1943 a 1976. .... | 67 |
| <b>Figura 18.</b> Mapa de desmembramento das cidades do território de Cáceres-MT....             | 67 |
| <b>Figura 19.</b> Vista área da cidade de Cáceres em 1953.....                                   | 72 |
| <b>Figura 20.</b> Crescimento de Cáceres até 1960. ....                                          | 73 |
| <b>Figura 21.</b> Pavimentação da rua Mal. Deodoro em 1970. ....                                 | 74 |
| <b>Figura 22.</b> Pavimentação das ruas no entorno da praça Duque de Caxias.....                 | 75 |
| <b>Figura 23.</b> Mapa da cidade de Cáceres nos anos 70. ....                                    | 77 |
| <b>Figura 24.</b> Desenvolvimento Urbano de Cáceres entre 1956 a 1989. ....                      | 83 |
| <b>Figura 25.</b> Localização do Condomínio Solare em relação ao Centro Histórico.....           | 88 |
| <b>Figura 26.</b> Vista aérea do condomínio Solare.....                                          | 89 |
| <b>Figura 27.</b> Localização e entorno do condomínio Solare.....                                | 89 |
| <b>Figura 28.</b> Implantação do Condomínio Solare. ....                                         | 90 |
| <b>Figura 29.</b> Delimitação do primeiro traçado urbano de Vila Maria do Paraguai.....          | 96 |
| <b>Figura 30.</b> Construções no entorno da praça Barão do Rio Branco 1. ....                    | 96 |

|                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 31.</b> Construções no entorno da praça Barão do Rio Branco 2. ....     | 97  |
| <b>Figura 32.</b> Igreja da Matriz e marco do Jaurú. ....                         | 97  |
| <b>Figura 33.</b> Evolução da malha urbana de 1778 a 1861. ....                   | 98  |
| <b>Figura 34.</b> Evolução da malha urbana de 1778 a 1970. ....                   | 99  |
| <b>Figura 35.</b> Comparação entre os mapas. ....                                 | 101 |
| <b>Figura 36.</b> Mancha urbana de Cáceres em 1970. ....                          | 102 |
| <b>Figura 37.</b> Crescimento da mancha urbana em 1985. ....                      | 104 |
| <b>Figura 38.</b> Crescimento da mancha urbana em 1990. ....                      | 105 |
| <b>Figura 39.</b> Crescimento da mancha urbana em 1995. ....                      | 106 |
| <b>Figura 40.</b> Crescimento da mancha urbana em 2000. ....                      | 107 |
| <b>Figura 41.</b> Crescimento da mancha urbana em 2005. ....                      | 108 |
| <b>Figura 42.</b> Crescimento da mancha urbana em 2010. ....                      | 108 |
| <b>Figura 43.</b> Crescimento da mancha urbana em 2015. ....                      | 109 |
| <b>Figura 44.</b> Crescimento da mancha urbana em 2020. ....                      | 110 |
| <b>Figura 45.</b> Crescimento da mancha urbana de Cáceres entre 1778 a 2020. .... | 112 |
| <b>Figura 46.</b> Vetores de Crescimento da cidade de Cáceres. ....               | 113 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                            |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1. Configuração do traçado urbano de Vila Maria do Paraguai na década de 1860 ..... | 59 |
| Tabela 2. Satélite utilizados para gerar as imagens de 1975 a 1990 .....                   | 95 |
| Tabela 3. Satélite utilizados para gerar as imagens de 1995 A 2020.....                    | 95 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO .....                                                                                                       | 12  |
| CAPÍTULO I - DO ESTABELECIMENTO DO TERRITÓRIO À INSTITUIÇÃO DE UMA CIDADE PROTETORA .....                              | 19  |
| 1.1 Desbravamento e colonização da província de Mato Grosso .....                                                      | 28  |
| CAPÍTULO II - DE FREGUESIA À CONSTITUIÇÃO DE UMA CIDADE .....                                                          | 43  |
| POLO REGIONAL .....                                                                                                    | 43  |
| 2.1 De vila à cidade: as fases que compõem a sua construção .....                                                      | 43  |
| 2.2 Antecedentes históricos da formação de Vila Maria do Paraguai .....                                                | 44  |
| 2.3 Da fundação de Vila Maria do Paraguai a constituição da cidade de São Luiz de Cáceres (1778 a 1874) .....          | 50  |
| 2.4 Cáceres rumo a modernização (1900 – 1960). .....                                                                   | 63  |
| CAPÍTULO III - OS CAMINHOS QUE SE ABREM: ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DA MALHA URBANA DURANTE OS ANOS DE 1960 A 2020. 70 |     |
| 3.1 Os novos rumos de Cáceres: 1960 a 1980 .....                                                                       | 71  |
| 3.2 Desenvolvimento da cidade de Cáceres entre 1980 a 2020 .....                                                       | 80  |
| CAPÍTULO IV - ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DO TRAÇADO URBANO DE CÁCERES-MT DE 1778 A 2020. ....                           | 93  |
| 4.1 Primeira fase do crescimento urbano de Cáceres: de 1778 a 1960 .....                                               | 95  |
| 4.2 Segunda fase do crescimento urbano de Cáceres: de 1961 a 1990 .....                                                | 102 |
| 4.3 Terceira fase do crescimento urbano de Cáceres: de 1991 a 2020 .....                                               | 106 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                                             | 115 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                                                                       | 118 |

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das cidades no território mato-grossense tem início antes da aprovação do tratado de Madrid em 1750.

Segundo Araújo (2012), a criação da capitânia de Mato Grosso tinha um cunho predominantemente de domínio sobre o território que se pretendia estabelecer e reivindicar, causando uma importante e significativa mudança na leitura do próprio território. Diante desse quadro, a coroa portuguesa desejava por meio da criação do Governo na capitania de Mato Grosso, que a sua Colônia fosse tão poderosa que pudesse conter os vizinhos espanhóis impondo-lhes respeito, servindo de antemural a toda a região interiorana brasileira.

Ainda sobre os aspectos colonizados da capitânia de Mato Grosso, Araújo (2012) ressalta a sua importância, descrevendo que ocorreu assim como para outras situações, o processo de colonização desta área continha um suporte jurídico-institucional, em que a vila detém um papel preponderante, desempenhando um papel político sobre a ocupação do território. Seria necessário além da vila de Cuiabá, que dava poder jurídico ao local, implantar uma segunda vila que serviria como capital dando a toda região da capitania um caráter jurídico.

O seu processo histórico não está apenas ligado diretamente a São Paulo, mas também ao litoral sulista e se liga a outras cidades e capitanias mineradoras, além de outras dominações fora do território português, ou seja, Mato Grosso se apresenta como um espaço singular, interessante por si mesmo (GARCIA, 2016).

Deste Modo, em cinco de agosto de 1750 sai da cidade de Araritaguaba a comitiva de Rolim de Moura, chegando a Cuiabá no dia 12 de janeiro de 1751, dando início ao governo autônomo de Mato Grosso (ARAÚJO, 2012).

Rolim de Moura foi encarregado a edificar uma nova capital no extremo oeste da colonização portuguesa, ali teriam que construir a residência do governo, edificações que comportassem casa de fundição, intendência, ouvidoria, igrejas, cadeia, quartéis, armazéns, paíóis entre outros. Assim nascia a nova capital de Mato grosso, Vila Bela que tinha duas funções básicas, sede administrativa da Coroa Portuguesa e símbolo da presença do rei (GARCIA, 2016). Desta forma o território mato-grossense estava delimitado.

Em meio aos pontos urbanos criados pela coroa portuguesa para defender e delimitar suas terras, Vila de Cuiabá e a nova capital da província de Mato Grosso,

Vila Bela, o então governador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres desenvolve a Vila Maria de São Luiz de Cáceres. Posicionada a cinco léguas do antigo Marco do Jaurú. A criação desta vila auxiliaria a comunicação entre Vila Capital e a Vila Real, além de favorecer as relações comerciais entre ambas, servindo de apoio aos transeuntes (MORAES, 2003).

Mas os fatores que possibilitaram o desenvolvimento desta vila não cessam neste ponto, ela teria uma importante função estratégica, devido a sua localização, próxima às antigas missões jesuítas na região de Chiquitos, tornando-se também um importante fator na demarcação da fronteira (MORAES, 2003).

Assim começa a urbanização da atual cidade de Cáceres, fundada em 6 de outubro de 1778 com o nome de Vila Maria do Paraguai, que não passava de uma freguesia, constituída apenas por um povoado centrado em torno da igreja de São Luiz de França (FERREIRA, 2001).

Não possuindo em sua composição elementos necessários como a Câmara Municipal, a vereança eleita, a presença de oficiais municipais, o pelourinho e a cadeia, para poder ser considerada uma “vila” (CHAVES, 2011).

A formação da atual cidade de Cáceres começou a tomar forma a partir da abertura da navegação pelo Rio Paraguai, logo após o fim da Guerra da Tríplice Aliança em 1870, o que possibilitou muitas mudanças em Vila Maria do Paraguai, pois por meio da navegação chegava à cidade diversas categorias de mercadorias desde artigos de vestuário a máquinas, e se realizava a exportação dos produtos ali manufaturados como o charque, peles de animais silvestres, erva-mate, a poaia e a extração da borracha. Este avanço fez mudanças significativas não somente na paisagem, mas alterou a maneira como os habitantes daquele espaço viviam, e suas práticas sociais também mudaram. Como uma possível resposta ao problema, foi instituído o Código de Posturas Municipais de 1888 (PINHO, 2011).

Segundo Pinho (2011, p. 71), o “Código de Posturas Municipais de 1888 possuía em sua constituição 17 capítulos e 91 artigos que tratava de leis para dirigir a vila”. Possuía desde ordenamento das ruas até a proibição de algumas práticas consideradas como “atrasadas ou bárbaras”. A partir de então foram abertas novas ruas e novas atividades econômicas tendo o rio Paraguai como o principal meio de transporte; a partir da baía, abrem-se novas ruas no sentido norte-sul, criando um traçado orgânico e seguindo este padrão foi desenvolvendo-se também a leste, região

influenciada por causa dos sítios e fazendas que forneciam os gêneros consumidos internamente, uma das principais fazendas dessa época, a Fazenda Jacobina, e os sítios, e fazendas da região Morraria (PINHO, 2011).

A história da cidade de Cáceres é marcada por períodos de crescimento e estagnação, sendo o seu ápice de maior crescimento durante os anos de 1960 a 1990, período em que a cidade passa a receber migrantes incentivados pelos programas governamentais que buscavam ocupar as áreas “vazias” da Amazônia Legal. Cáceres, durante as décadas de 60 a 90, sofre grandes modificações não somente em sua malha urbana, mas também como um importante cenário de exportação em ranking nacional, começa a ter melhorias em sua infraestrutura passando a ser considerada cidade (polo). No entanto, com os avanços e a chegada de empresas colonizadoras, as vilas em sua área rural começam a ganhar autonomia e se emancipando de Cáceres, sendo Curvelândia a última cidade a se emancipar em 1998 de um grupo de 15 cidades (ABUTAKKA, 2006).

Para Oldoni e Diniz (2017, p. 1), “a cidade pode ser comparada a um organismo vivo que se modifica continuamente, sendo o tempo indispensável para compreender o território como espaço, objeto físico e possibilitando as intervenções pelo arquiteto”.

Ao estudar a história da formação das cidades do Mato Grosso é um grande equívoco considerar estas terras como “vazias”, como considerava o Governo Federal durante o incentivo do programa “Marcha para o Oeste”, ou até mesmo sem donos, pois nelas habitam e habitavam inúmeras etnias de índios, com seus costumes, ritos e sabedorias. Equívoco este que ocorre desde a “descoberta” do Novo Mundo, quando os portugueses e espanhóis adentraram estas terras considerando-as como “terras de ninguém”, ocasionando a morte de muitos índios, chegando a extinguir algumas etnias presentes no território brasileiro.

Durante o processo de formação da cidade de Cáceres não é difícil encontrar na bibliografia textos falando sobre os ataques de índios, tanto nas vilas quanto durante o trajeto de navegação das monções; até mesmo para o início da formação de Vila Maria do Paraguai foi necessário o acolhimento de famílias indígenas catequisadas. Em Cáceres existem centenas de sítios arqueológicos que comprovam a existência da presença de grupos indígenas antes mesmo da formação de Vila Maria do Paraguai.

Silva (2012, p. 60) cita como principais sítios arqueológicos o sítio Jatobá, Índio Grande, Descalvados, Barranco Vermelho e Jauru. A formação histórica e urbana de Cáceres é de grande importância não somente para a cidade, mas também se torna uma via para compreender a formação urbana das cidades em seu entorno.

Para Teixeira (2012, p. 09) “estudar o patrimônio urbano, em suas variadas manifestações, torna-se de suma importância não somente para a reabilitação e preservação dos núcleos urbanos e arquitetônicos, mas também, para a formação tanto do desenho urbano quanto da arquitetura atual de uma cidade”.

Desse modo, o território, o urbanismo e a arquitetura estão intrinsicamente ligados à cultura de uma cidade. Assim, compreender e conhecer os processos que originaram a sua organização espacial, particularidades morfológicas, cultura local e suas práticas sociais faz com que essa comunidade permaneça cada dia mais viva.

Teixeira (2012, p.9) defende que:

Só o respeito por sua própria cultura urbana, Historicamente sedimentada e entendida na dialética entre a identidade global e a especificidade local pode impedir a descaracterização das cidades e seu desenvolvimento segundo princípios e modelos alheios a cultura às culturas locais. Em outra perspectiva – igualmente importante – existem também valores econômicos e sociais que devem ser levados em conta e explorados, de forma a assegurar o bem-estar das comunidades e que justificam e exigem a preservação desse patrimônio.

Além dos aspectos históricos e a importância econômica que a cidade possui para o estado de Mato Grosso, analisar a suas raízes históricas, dá base para compreender a formação da sua sociedade atual, evidenciando o que expressa também o seu plano urbano (OLDONI, 2016).

Este projeto de pesquisa se insere na Área de concentração: “Arquitetura, Cidade e Território” do programa, especificamente na Linha de Pesquisa Desenvolvimento Territorial e Local, e poderá contribuir para que esta investigação possa ampliar conhecimento sobre a temática específica, morfologia urbana, incentivando novas linhas de pesquisa sobre formação histórica e urbana relativas às cidades do interior de Mato Grosso.

Outro fator a ser observado é identificar os vetores de crescimento da malha urbana e os vetores que influenciaram o desenho urbano de Cáceres, tendo como principais metas compreender o modelo de urbanização de Cáceres no contexto do modo de colonização do Brasil Colonial, analisar como o desenho urbano original de

Cáceres corresponde ao desenho urbano das cidades portuguesas do século XVIII, e compreender a formação urbana histórica de Cáceres.

A metodologia terá como base as técnicas de pesquisa Iconográfica e Análise Histórica-crítico, busca-se também uma análise na antropologia urbana, para compreender a formação do espaço.

Tais metodologias permitirão conhecer com mais propriedade os fatos históricos que formaram a cidade de Cáceres, desta forma buscando compreender os vetores formadores do espaço, o que norteará a análise heurística dos fatos históricos. Com o processo de análise heurística serão analisados os mapas da cidade ao longo do tempo, possibilitando uma visão sobre o desenvolvimento da malha urbana.

Como resultado pretendido busca-se através dos mapas mostrarem o caminho que a área de crescimento da cidade tomou e os vetores formadores do espaço urbano, evidenciando a importância que exerceram durante o processo de desenvolvimento da malha urbana.

Para a melhor compreensão, a dissertação foi dividida em quatro capítulos. O capítulo I foi escrito com a pretensão de realizar uma pesquisa bibliográfica sobre os antecedentes históricos que formaram a capitania de Mato Grosso. Mostrando os motivos que levaram os bandeirantes até os sertões, chegando até a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira Capital do Mato Grosso.

Este capítulo é dividido em três etapas, A primeira etapa aborda sobre os tratados e acordos firmados entre os reis de Portugal e Espanha. Para isto será utilizada pesquisas realizadas por Jorge Pimentel Cintra, Ricardo Franco de Almeida, José Carlos de Macedo Soares e Antônio Risério.

Na segunda etapa, aborda-se sobre a colonização da Capitania de Mato Grosso, como ela se formou, quais motivos levaram à sua formação e a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital da capitânia. Para esta abordagem, utilizou-se das pesquisas realizadas por Renata Malcher de Araújo, Loiva Canova e Nauk Maria de Jesus.

A terceira etapa acontece em conjunto tanto com a primeira quanto com a segunda etapa, é realizada uma análise dos desenhos urbanos das vilas de origem portuguesa, suas características e como é realizada sua formação. Para isto, usa-se das pesquisas e livros escritos por Chico Veríssimo, Chico Mendes e Willian Bittar, Manuel C. Teixeira, Betriz Piccolotto Siqueira Bueno e Lewis Mumford, a autora Renata

Malcher de Araújo também se torna uma autora fundamental para a caracterização das vilas.

No Capítulo II, apresenta os antecedentes históricos e a importância da formação de Vila Maria do Paraguai para a Capitania de Mato Grosso. Esse capítulo também é dividido em etapas, sendo a primeira uma análise histórica sobre os tratados em vigor existentes na época, os quais se tornaram base para a formação da vila, para isso utiliza-se dos seguintes autores, João Carlos Vicente Ferreira; Renata Malcher de Araújo; José Carlos de Macedo Soares; Fernando Camargo; Otávio Ribeiro Chaves e por J. Capistrano Abreu.

A segunda etapa aborda a formação de Vila Maria do Paraguai de 1778 a 1900; busca-se compreender os acontecimentos históricos que tiveram impacto na formação da cidade nesse recorte temporal, utilizando-se dos seguintes autores, Renata Malcher de Araújo, Domingos Sávio da Cunha Garcia, Evaldo Ferreira, Raquel Tegon Pinho, Maria de Fátima, Mendes Lima de Moraes, Roseli Aparecida Cavalcanti e Natalino Ferreira Mendes.

A terceira etapa, assim como a segunda, analisam-se fatos históricos que influenciaram a cidade de São Luiz de Cáceres, antes Vila Maria do Paraguai, e provocaram alterações em seu desenho urbano durante os anos de 1900 a 1960. Para esse dissertar, os autores utilizados foram: Adson de Arruda; Martha Baptista; Neuza Zattar, R. J. Neves e Maria de Lourdes Fanaia Castrillon; em alguns artigos, a última autora utiliza o nome Maria de Lourdes Fanaia. Em conjunto com as três etapas está a análise do desenho da malha urbana realizada através dos estudos de Manuel C. Teixeira; Chico Veríssimo, Chico Mendes e Willian Bittar.

O terceiro capítulo, analisa-se historicamente os vetores que modificaram a malha urbana da cidade de Cáceres, nome que Vila Maria do Paraguai recebe após o ano de 1938. Contudo, é um recorte temporal dos anos de 1960 a 2020. Para sua realização serão utilizados autores regionais como Maria de Lourdes Fanaia Castrillon; Natalino Ferreira Mendes assim como fotos e registros.

O quarto capítulo, a título de considerações finais, trata-se de uma análise do crescimento da mancha urbana de Cáceres, apresentado por mapas e imagens de satélite. Durante as discussões serão apontados os vetores que auxiliaram a modificação da malha urbana, apresentado no primeiro modelo, o traçado português, modelo este que foi se perdendo ao longo do tempo com o crescimento da cidade.

Três elementos principais existiam na formação da cidade: a igreja, a praça e o rio Paraguai. A partir destes elementos, quais deles teriam influenciado o desenho urbano de Cáceres? Qual foi o traçado e diretrizes tomadas ao longo do tempo? Quais fatores históricos geraram o desenho da cidade atual? Assim, essas questões serão a base para se compreender o desenho urbano, o traçado e as diretrizes tomadas ao longo do tempo, e quais fatores históricos e culturais geraram o desenho da cidade atual.

## **CAPÍTULO I - DO ESTABELECIMENTO DO TERRITÓRIO À INSTITUIÇÃO DE UMA CIDADE PROTETORA**

Impulsionados pelo desejo de conquistar novas riquezas, terras a serem colonizadas e encontrar novos caminhos que pudessem chegar à África, Ásia e a Índia, Portugal e Espanha se embrenharam nos oceanos criando uma grande disputa entre eles. Faz-se necessário recordar que nesta época a igreja tinha grande influência sobre as terras, além de exercer o papel como “juiz do velho mundo”, ficava sob a responsabilidade do Papa dar a concessão das terras descobertas, as quais sem a graça e o apoio da igreja nada estava firmado nem certo (SOARES, 1949).

Sabendo disso, Portugal buscava sempre legitimar suas conquistas por meio de proteção da igreja resultando na concessão de várias bulas concedidas pelos diferentes papas na história. As disputas por terras e as brigas entre as coroas são evidentes antes mesmo da descoberta das terras americanas, sendo necessário em 1481 a intervenção do Papa Xisto V para aprovar um acordo de paz entre eles.

A Espanha ou Os Reis Católicos, não ficavam muito atrás nesta disputa, assim que Cristóvão Colombo chegou nas Américas, os reis Católicos buscaram o mais rápido possível a concessão das terras em Roma, e como resposta, no dia 3 de maio de 1497 o Papa Alexandre VI expediu a Bula Inter Cetera concedendo textualmente “todas e cada uma das sobreditas terras e ilhas desconhecidas e até hoje por vossos emissários achados e a serem achadas para o futuro (...) as quais não estejam constituídas sob o atual domínio temporal de nenhuns Príncipes Cristãos” (SOARES, 1949, p. 15).

No entanto, no dia 04 do mesmo mês, esta bula foi substituída por outra; a diferença é que na nova Bula algumas palavras foram retiradas e outras seis foram acrescentadas, mas a decisão das terras continuava unânime entre as duas Bulas.

A Bula Inter Cetera redigida em 4 de maio de 1497 demarcava os limites das terras entre Portugal e Espanha e qualquer um que tentasse invadir essas terras estariam sob pena de excomunhão da igreja, independentemente de serem da realeza ou não. As terras ficariam assim concedidas:

Todas as ilhas e terras firmes achadas ou por achar, descobertas ou por descobrir, para o ocidente e meio-dia de uma linha desde o Polo Ártico ou Setentrião até o polo Antártico ou meio-dia, quer sejam terras firmes e ilhas encontradas e por encontrar em direção à Índia ou em direção a qualquer

outra parte, a qual linha diste de qualquer das ilhas que são vulgarmente chamadas dos Açores e Cabo Verde, com léguas para o Ocidente e Meio-dia. (SOARES 1949 p. 16)

Na figura 1 é apresentado com uma linha vermelha o limite estabelecido pelo Papa Alexandre VI, segundo apresentado na Bula Inter Cetera de 4 de maio de 1497. Desta forma como as concessões foram dadas, as viagens de Portugal estariam findadas; porém, o desejo incessante de D. João II e as brechas encontradas na Bula fizeram com que os portugueses não parassem com suas viagens e conquistas.

**Figura 1.** Limite territorial estabelecido na Bula Inter Cetera de 4 de maio.



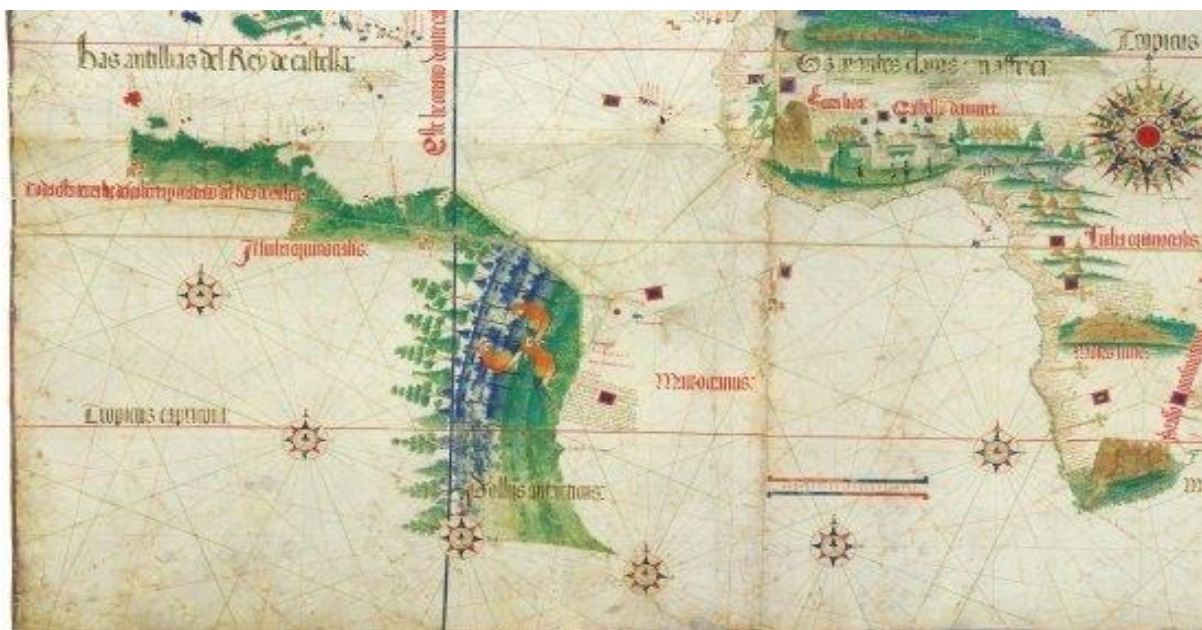
Fonte: Soares, 1939.

D. João II, rei de Portugal, não se sentindo satisfeito com a Bula Inter Cetera, principalmente por acabar revogando acordos de limites, em outras bulas conquistadas, buscou com veemência entrar em um acordo com os Reis Católicos e com o Papa, após muitos discursos e estudos que ambos fizeram sobre os mapas cartográficos chegaram, enfim, a um acordo negociado na ilha de Tordesilhas, recebendo o nome de Tratado de Tordesilhas.

O novo acordo, o Tratado de Tordesilhas, foi assinado em 7 de junho de 1497 na ilha de Tordesilhas e ratificado no dia 5 de setembro do mesmo ano, ficando rotulado como “*Capitulación de la partición del mar Oceano*”, este acordo dividia o mundo em dois hemisférios, foi traçado um meridiano a 370 léguas (o que equivaleria aproximadamente à 1.786,37Km) distante das Ilhas do Cabo Verde ficando que todas as terras que estivessem ao Ocidente pertenceriam à Espanha e todas as terras ao Oriente pertenceriam à Portugal (SOARES, 1939).

A figura 2 Planisfério de Cantino mostra um mapa cartográfico elaborado no ano 1502 retratando a divisão estabelecida no Tratado de Tordesilhas, a linha azul no mapa representa o limite entre as terras de domínio português e espanhol.

**Figura 2.** Planisfério de Cantino (1502).



Fonte: Biblioteca Estense (Itália). Domínio público apud site nova escola, (2020).

Ainda sobre o Tratado de Tordesilhas, Soares (1939, p. 19, 26), utilizando as palavras descritas por Capristano de Abreu em seu livro “Capítulos da história Colonial, Rio de Janeiro”, e Clovis Bevilacqua em seu livro “As capitanias hereditárias perante o tratado de Tordesilhas”, defende que:

“O *arreglo* foi meramente formal e *theorico*”, diz Capistrano de abreu; “Ninguém sabia o que dava ou recebia, e si ganhava ou perderia com elle no ajuste de contas”. Não há dúvida, entretanto, que o “Tratado de Tordesillas” representa um esforço da diplomacia portuguesa para atenuar o golpe vibrado pelas Bulas de Alexandre VI na expansão marítima da conquista e comércio, que, tão galhardamente, ia Portugal levando por diante (SOARES, 1939 p. 60).

Com o Tratado assinado, as disputas marítimas teriam se findado, porém, ainda existia o desejo por parte dos portugueses em encontrar outra forma de chegar à Índia com a intenção de conseguir as iguarias tão importantes para a época. Em 1498 Vasco da Gama teria encontrado essa nova rota e logo depois, Pedro Alvares Cabral, com a intenção de chegar à Índia, buscava refazer o mesmo caminho, porém acrescenta um desvio premeditado, resultando na descoberta das encostas das futuras terras brasileiras em 22 de abril de 1500. Com o tratado de Tordesilhas, de 1497 e as novas terras encontradas no ano de 1500, nota-se que este fora um feito favorável à Portugal, permitindo que as terras fossem de posse lusas. Porém, a realidade que encontraram nas terras brasileiras foi bem diferente da realidade dos espanhóis. As terras não apresentavam riquezas auríferas, nem seus habitantes possuíam conhecimentos necessários para se realizar uma exportação e importação de matérias-primas, o que havia era uma rica fauna e flora.

Colonizar as novas terras imprimiam a necessidade de implantar sobre aquele novo espaço as características de seus colonizadores, seus costumes, seu modo de viver, de morar e também adaptar os colonos a outra realidade geográfica, social e econômica. Era necessário urbanizar, conforme o pensamento europeu, aquela porção de terra e a partir das Ordenações Régias que buscavam organizar as colônias ultramarinas. A colonização do Brasil não se deu logo de início e sua urbanização também foi um processo lento. A primeira cidade brasileira a ser erguida, a cidade de Salvador, demorou quase 50 anos até ser oficializada como cidade, mesmo assim era apenas um conjunto de casas simples de telhado de palha. Somente no século XVII, com D. João III como rei de Portugal, o Brasil teve melhorias nesse sentido.

Antonio Risério em seu livro “Cidade no Brasil”, sobre o período de “pré-colonização” brasileira salienta que esta etapa consiste entre a descoberta das costas brasileiras por Pedro Alvares Cabral, perdurando até a oficialização de Salvador como primeira cidade brasileira. O autor denomina esse período como “Caramuru”, nome este que se deriva do tupinambá, que significa moreia, enguia. Este nome também foi

dado ao ilustre vianês Diogo Álvares que “já se achava em flanando por aqui, em mistura com a indiada canibal, vendo e promovendo farras e batalhas na praia baiana” (RISÉRIO, 2012, p. 49).

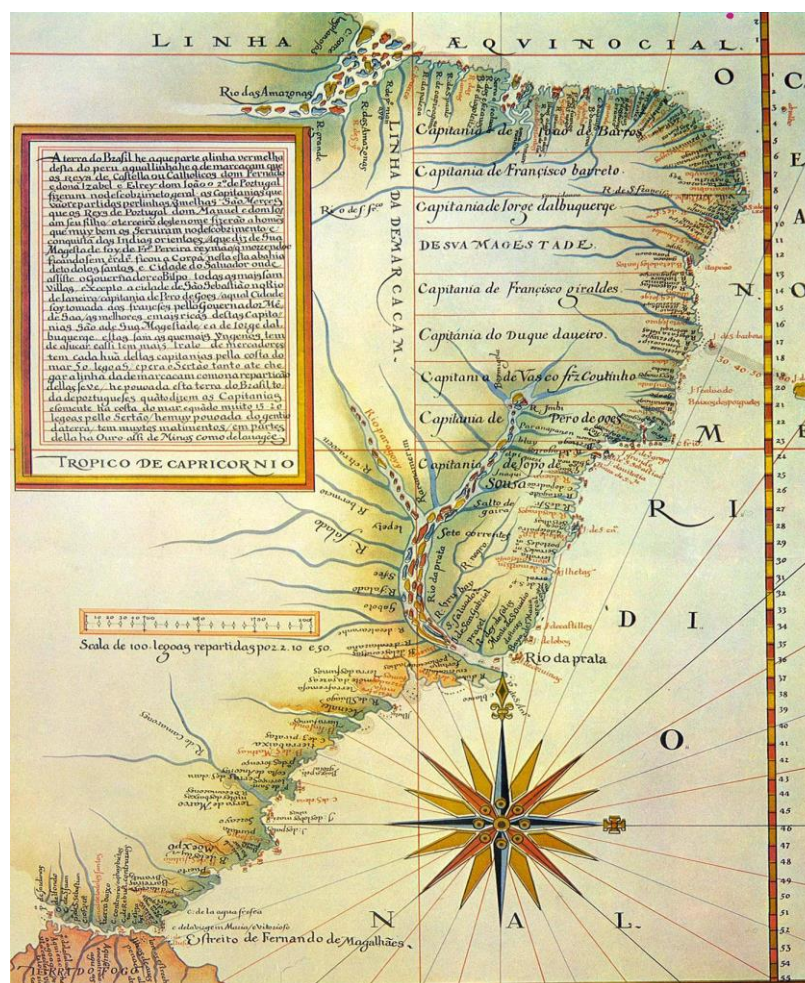
O termo Caramuru não foi designado apenas para Diogo Álvares, mas foi dado para todos aqueles que, de certa forma, acabavam habitando terras brasileiras, vivendo com os índios e também se envolvendo com as índias, fazendo com que o gene português fosse disseminado nessas novas terras. Muitos eram os deserdados de Portugal, às vezes por cometer crimes hediondos, outras vezes, por crimes simples sem razões plausíveis. Estes portugueses não tinham vínculos com a realeza muito menos trabalhavam para eles, porém o seu envolvimento com os povos indígenas permitiu que houvesse uma melhor comunicação entre portugueses e nativos, fazendo a interlocução entre ambos e, em muitos casos, auxiliando na instalação de cidades, abrindo caminho para os portugueses em meio às matas e, muitas vezes, atuando nos tratados de paz entre ambos. Outros aspectos estão relacionados aos escambos, principalmente, de madeira (Pau Brasil). Sobre estes primeiros habitantes portugueses Antônio Risério explica:

No caso brasileiro, esta espécie de povoação extraoficial, fundada no acasalamento de signos e na combinação de genes, ocorreu em diversos pontos de nossa extensão territorial. De Pernambuco a Santa Catarina, no mínimo [...]. Aquela era uma gente que não tinha nada a perder. Europeus desgarrados ou repelidos de seus lugares de origem, não estavam aqui para impor uma cultura, disseminar uma crença ou cumprir tarefas previamente programadas. Achavam-se à solta. Não tinham sequer como fazer valer seus padrões culturais, de forma organizada, num meio em que eram minoria quase insignificante, tendo de assimilar falas e condutas estranhas ao modo europeu de vida, se quisessem apenas sobreviver. Não eram representantes de um projeto estruturado de transplantação cultural, mas navegantes ao sabor das ondas da aventura, sob as bênçãos do Santo Deus Imprevisto. A couraça caracterológica europeia rachara – e eles não deviam contas para ninguém. Incorporaram, antes, do plano pragmático ao espiritual, discursos e comportamentos ameríndios. E foram fazendo filhos nas índias – mamelucos que exibiam uma outra tez e eventualmente cultivavam signos fragmentários e impuros das formações culturais paternas. [...] O período caramuru abriu caminho para a implantação da cidade no Brasil. (RISÉRIO, 2012, p. 50-51).

Pode-se dizer que os “caramurus” foram a chave para que os portugueses pudessem adentrar nessas novas terras. Ainda que, de imediato, não tivessem encontrado a riqueza que almejavam. Eles possibilitaram a formação urbana inicial, embora já existissem nestas terras cidades, não como aquelas compreendidas pelos europeus, mas sim, outro tipo de organização caracterizado pelas comunidades indígenas, com suas formas e características próprias.

Os fortes foram as principais construções existentes nesse primeiro momento e protegia todo o litoral brasileiro, também grandes galpões que eram usados para guardar madeiras e insumos que seriam enviados a Portugal. Mesmo com a existência dos fortes, os ataques de outros países em busca da retirada de madeira eram constantes e como solução para tal conflito foi necessário colonizar as novas terras; para isto, optou-se por dividir as terras em capitânicas hereditárias e doá-las a donatários, processo realizado com sucesso em outras colônias portuguesas. A colônia foi dividida em 12 capitânicas hereditárias, entretanto havia mais quantidades de lotes, os quais se estendiam por 750 léguas, partindo da costa do Maranhão (Norte) até Santa Catarina (Sul) e indo até a linha divisória do tratado de Tordesilhas. As divisões das terras são apresentadas na figura 3.

**Figura 3.** Demarcações das Capitânicas Hereditárias.



Fonte: Cintra (2015).

As terras foram doadas a fidalgos que deveriam tomar posse de suas terras e serem responsáveis pela colonização delas, arcando com suas despesas. Este sistema persistiu no Brasil até o século XVIII.

Traçadas a partir de acidentes geográficos no litoral, tendo cerca de 250Km de costa e como limite imaginário linha de Tordesilhas, em um interior ainda desconhecido, os donatários deveriam assumir o ônus econômico de sua ocupação. Podiam legislar e controlar, tornando-se responsáveis pelo recolhimento e envio a Portugal dos impostos reais. Essa política de ocupação, apesar de muitos insucessos, representou o futuro embrião da distribuição de terras no Brasil. [...] Aos poucos elas se transformaram em capitânias reais, como a da Bahia comprada pela Coroa portuguesa para ali criar a sede de um governo centralizado na colônia: o governo geral. (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007, p. 26-27).

As primeiras cidades brasileiras surgem neste contexto, a partir da necessidade de defender as terras de seus invasores principalmente com a colaboração dos caramurus que buscavam apaziguar índios e portugueses, a fim de que as cidades pudessem estar protegidas, mas não se pode deixar de lado o fato de que muitos caramurus acabavam por traficar indígenas.

As formas urbanas das primeiras cidades construídas nesse período variavam entre o urbanismo medieval e o renascentista, sendo o traçado geométrico a principal característica. O traçado renascentista favorecia grandes eixos de circulação permitindo as ações de homens e seus engenhos de guerra contra os rebeldes nas ruas. Estas formas de zoneamento foram utilizadas durante cinco séculos; a escolha da forma do traçado não levava apenas em consideração a geografia do local, mas também misturava aspectos afetivos, político-econômicos e sazonais. Como principais exemplos pode-se citar a primeira cidade brasileira fundada em 1549, São Salvador da Baía de Todos os Santos (Figura 4), São Paulo em 1554 e São Sebastião do Rio de Janeiro também em 1554.

**Figura 4.** Mapa da cidade de São Salvador da Baía de todos os Santos e 1631.



Fonte: Albenaz (1631), acesso em 2021.

Segundo a “tradição urbana clássica e ibérica” a criação de cidades ficava destinada ao domínio dos reis; a diferença estabelecida entre uma cidade e uma vila estava na sua importância política, a cidade possuía leis, regalias e era regida por um estatuto jurídico superior que as vilas não possuíam, além de trazer em sua constituição as praças que representam um elemento importante nas cidades coloniais, pois, neste local se encontrava a igreja Matriz, a sede do Conselho a cadeia e o pelourinho. A praça era um local onde as pessoas daquela época, tanto poderiam se encontrar, como também aconteciam atos políticos importantes e a execução de pessoas rebeldes no pelourinho. As vilas acabavam tendo menor importância, podendo ser desenvolvidas por homens comuns e depois reconhecida pelo rei, porém, não tinham um poder político forte, embora pudessem abrigar em seu tecido edificações urbanas, a exemplo a casa da Câmara e Cadeia.

A importância do título de cidade é caracterizada por Bueno (2009, p. 252) como uma “capital”, “prolongamentos do aparelho estatal, braços da Coroa, no reino ou nas distantes conquistas ultramarinas”, por estes motivos que as cidades eram

apenas fundadas pela Coroa. O processo de desenvolvimento de uma cidade poderia passar pelas seguintes fases hierárquicas, primeiro poderia se formar um arraial, o que acontecia muito durante o processo de buscas por ouro dentro dos chamados “sertões”, neste local se instalava um pequeno acampamento que, futuramente, tornar-se-ia um arraial.

Logo após o crescimento urbano, construía-se uma capela que era reconhecida pela igreja e, somente então, passaria a ser reconhecida como freguesia; este título era dado pelo bispado conforme suas visitas; tanto a pedido da população junto ao bispo, quanto ao interesse do próprio bispo que, segundo a necessidade, elegia a capela a freguesia. Bueno (2009, p.252) esclarece que as diferenças existentes entre esses dois títulos estavam relacionadas às funções dos poderes eclesiásticos dentro do núcleo urbano, que de certa forma oferecia os serviços dos atuais cartórios.

A elevação de uma comunidade ao estatuto de capela curada significava a ascensão de uma região inóspita a núcleo reconhecido pela Igreja e também a garantia de visita de um pároco (cura). Tanto o acesso à assistência religiosa como o reconhecimento de fato e de direito perante a Igreja e o Estado motivavam a solicitação junto ao bispado. A subsequente elevação à condição de freguesia garantia o acesso ao batismo, ao casamento, ao amparo dos enfermos, aos sacramentos, aos registros de nascimento, de matrimônio, de óbito, com todas suas implicações jurídicas e sociais. Para além do acesso ao rito litúrgico, a elevação de uma capela a freguesia implicava em usufruto da formalidade civil. Na freguesia, a antiga ermida merecia nomenclatura de matriz, ganhando a construção de uma sacristia anexa. Para lá se dirigia a população das capelas curadas vizinhas, para registro de nascimentos, matrimônios e óbitos. No entanto, em caso de auxílio jurídico, ambas – capela ou freguesia –, recorriam à vila de cujo “termo” eram parte. (BUENO, 2009, p. 252).

Por outro lado, o processo para se tornar uma freguesia em vila dependia do Capitão-donatário ou através de uma ordem régia. Embora as vilas não tivessem uma população muito significativa, a sua importância durante o período de colonização foi grande, pois, estes centros eram polos de disseminação cultural, político e comercial.

Em 1709, durante o reinado de D. João V, a coroa portuguesa comprou de volta as terras das capitanias de São Vicente e Santo Amaro, que pertenciam aos irmãos, Martim Afonso e Pero Lopes de Souza, e uniram estas duas capitanias dando a elas o nome de Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, sendo a sua sede uma vila cujo nome era o mesmo da capitania, ambas, São Paulo, ganhando o título de cidade em 1711. As vilas existentes, São Vicente, Santos, Itanhaém, Iguapé e São Paulo eram pequenos núcleos urbanos com casas de pau-a-pique com cobertura de sapé, semelhante às casas indígenas, possuía também uma igreja e um pelourinho. A

presença de índios era bem marcante nas vilas, pois, este era um meio que os colonizadores encontraram de mantê-las fortalecidas; outra presença marcante era os jesuítas que intermediavam a comunicação dos recém-chegados com os índios.

A união das capitanias hereditárias de São Vicente e Santo Amaro deu lugar às capitanias de São Paulo e Minas do Ouro, a partir delas se desvinculariam as capitanias de Mato Grosso e Cuiabá, onde está inserida a cidade objeto de estudo, Vila Maria do Paraguai, muitos anos depois chamada de Cáceres.

### **1.1 Desbravamento e colonização da província de Mato Grosso**

Para melhor compreender a colonização do Mato Grosso precisa-se entender o contexto histórico da colonização da Capitania de São Paulo, pois, a formação da capitania de Mato Grosso está diretamente ligada às ações paulistas. Esta importância não está relacionada apenas aos fatores históricos das bandeiras, mas encontra-se atrelada ao processo de urbanização das primeiras vilas e cidades da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, pois, para a concessão dos títulos os arraiais, capelas e vilas dependiam da concessão do capitão-donatário e do bispado de São Paulo.

Durante o período de colonização do território paulistano muitas tribos foram dizimadas, muitos índios acabaram morrendo durante os ataques às aldeias; nos ataques os nativos faziam às vilas de portugueses, muitos índios também morriam contaminados com as doenças disseminadas pelo homem branco, e os que sobreviviam eram escravizados. Consequentemente, o número de índios dentro da capitania foi reduzido drasticamente, forçando o homem paulistano a se aventurar nas bandeiras e nos sertões brasileiros ainda não desbravados completamente (CANOVA, 2011).

Entretanto, objetivo em adentrar o sertão não era apenas para a captura de escravos, mas, também, para encontrar ouro. Com promessas de títulos e de posse de terra, advindos de Portugal, para aqueles que encontrassem ouro, muitos bandeirantes enfrentavam longínquas viagens para dentro do sertão. Esta atividade resultava também em conquistas de terras para a coroa portuguesa (CANOVA, 2011).

As viagens aos sertões apresentavam três objetivos, pré-ação dos índios, procura de minas auríferas e conquistas de novas Terras, além do Tratado de

Tordesilhas. Considerar que elas fossem realizadas com o único objetivo de captura de índios seria uma grande ingenuidade. Exigia-se coragem e sede de ouro para adentrar estes sertões, pois, estes bandeirantes estavam sujeitos a muitos perigos que ceifavam a vida de muitos, não estavam apenas sujeitos a emboscadas de nativos, mas também as pestes e a fome se tornavam seus inimigos de viagem.

Diversos outros fatores devem ser considerados para a compreensão dos motivos das bandeiras, como, por exemplo, a economia da capitania de São Paulo, que não era uma região rica em minérios. As dificuldades que os paulistas tinham em trazer escravos africanos os forçavam a buscar os nativos da terra, todavia os mesmos não se adaptavam muito fácil e acabavam morrendo por vários motivos, mas, certamente, não por aquele que o homem branco, com seu tempo marcado pelo trabalho, convencionou chamar de indolência.

Esselin (2018, p. 1-4) cita que um importante fator que contribuiu para aguçar os interesses da coroa portuguesa em colonizar o oeste brasileiro estava na dominação da bacia do Rio da Prata, que com grande extensão de rios navegáveis possibilitaria o acesso ao Oceano Atlântico, resultando na possibilidade da movimentação de homens e mercadorias, tornando possível, por meio dos rios, a chegada dos paulistanos à província de Mato Grosso. Esselin (2018, p. 5) também menciona a procura de índios, fazendo com que os portugueses adentrassem cada vez mais o interior do Brasil. Os rios eram importantes vias de circulação dos portugueses para dentro do Brasil, facilitando a comunicação entre sítios, fazendas, arraiais, vilas e capitanias. Muitos veios de água chegaram a ser considerados como limites de territórios, como, por exemplo, o rio Guaporé e o rio Amazonas.

Canova (2011) relata em sua tese, que as viagens entre São Paulo e Mato Grosso poderiam durar cinco meses, em contra partida nas viagens de Portugal a São Paulo as naus demoravam dois meses. Ao se comparar estas viagens devem considerar não as distâncias, mas os desafios presentes nelas, podendo ressaltar os ataques de índios nativos. As chamadas Monções, eram em sua maioria, realizadas por via fluvial em canoas.

Muitos dos relatos dos acontecimentos da capital, vilas, freguesias e arraiais na capitania de Mato Grosso, são transcritas pelos cronistas que passaram por essas terras. Alguns nasceram e viveram nestes locais, outros vieram para cá e outros apenas estiveram por um curto período, mas deixaram em seus relatos tudo que viam,

observavam, aprendiam e pesquisavam. Dentre os cronistas destaca-se José Barbosa de Sá e de suas obras, embora sejam importantes escritos que auxiliam na reconstrução da historiografia da América Portuguesa; pouco foi comentado sobre ele, porém, é muito citado pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda em seus livros *Caminhos e fronteiras* (1957) e *Monções* (2000).

Hoje ao comparar a importância de seus documentos ele ficaria ao lado do historiador brasileiro Gabriel Soares de Souza (CAMPOS, 2012). De certa forma a maioria dos cronistas estavam diretamente ligados aos poderes públicos das vilas exercendo papéis como de vereadores.

Ao analisar os fatos transcritos, percebe-se que o caminho é aberto por Antônio Pires de Campos que desceu o rio Cuiabá a procura de índio, encontrando, às margens do rio Coxipó-Mirim, nativos da aldeia Coxiponés. No ano subsequente, a mesma viagem foi realizada e chefiada pelo paulista Pascoal Moreira Cabral em busca de índios Coxiponés, contudo nada encontraram, ao subir as barrancas do Coxipó-Mirim acabou encontrando ouro, e, naquele mesmo local, nasce o primeiro arraial das minas de Cuiabá, chamado de São Gonçalo Velho. Tempos depois, encontraram outras minas de ouro, também às margens do mesmo rio. Os moradores de São Gonçalo Velho decidiram deixar o arraial e partiram para a nova mina, a qual chamou de Forquilha. Ali se fixaram e fundaram uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Penha de França.

Por volta de outubro de 1722, uma nova mina de ouro é encontrada e este local dá origem a atual cidade de Cuiabá. A forma pela qual foi descoberta é retratada de maneira diferente. Segundo os cronistas, Joaquim da Costa Siqueira, Augusto Levreger e Henrique de Beaurepaire-Rohan, assim que Miguel Sutil chega a sua roça à margem do rio Cuiabá, ele pediu para que dois índios fossem buscar mel, depois de longo tempo de viagem os índios retornam com as mãos vazias de mel, todavia, com bastante ouro. No dia seguinte Miguel Sutil seguiu viagem a este local, retornando para sua terra com bastante ouro.

A notícia da nova mina se espalhou e os moradores de Forquilha foram todos para este novo local, sendo primeiramente denominado de Lavras do Sutil e que acabaria sendo chamada Cuiabá. Como sinal de devoção, o capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes, ergueu “a sua custa” uma igreja Matriz em homenagem ao Senhor Bom-Jesus e seu irmão Fr. Pacífico dos Anjos, religioso da ordem dos franciscanos,

rezou a primeira missa. Beaurepaire-Rohan ao falar da igreja a descreve como uma capela, no entanto, os outros dois cronistas descrevem-na como igreja matriz.

As descobertas de ouro eram mais evidentes, embora o arraial de Cuiabá chegasse a passar por diversas dificuldades, como a escassez de ouro, falta de comida, epidemias e pouca produção nas lavouras; ao seu redor foram encontradas novas minas e muito ouro era retirado. Fazendas e capelas eram erguidas. No ano de 1727, sob as ordens do General Rodrigo César de Menezes, o arraial de Cuiabá tornou-se Vila Real do senhor Bom-Jesus do Cuiabá. Sobre este importante momento, Siqueira (2002, p. 28) assim descreve:

Ano de 1727 – No primeiro de Janeiro deste ano mandou o general levantar pelourinho nesta vila com grandes aplausos do povo, que em repetidas vozes aclamaram: *Viva a Vila Real do Senhor Bom-Jesus do Cuiabá*; tomou para casas da câmara das que se achavam no canto chamado do Sebo, com os fundos para o córrego, as quais já não existem no tempo presente por se haverem derribado e reduzido o lugar, como de outras mais, uma praça. (SIQUEIRA, 2002, p. 28).

Ao analisar não somente as palavras de Siqueira (2002) transcritas aqui, mas também as características das formações dos arraiais das minas de Cuiabá podem-se observar pontos importantes. O primeiro foi a criação de uma capela destinada a um determinado santo; a evocação da fé neste instante não apenas mostrava a sua origem, católica, apostólica e Romana, mas tratava-se de um símbolo que determinaria que naquele espaço haveria de começar um povoamento. Quanto ao transcrito, percebe-se que além da igreja soma-se a ela a câmara, o pelourinho, e o último ponto a ser destacado foi a praça pública. Assim, Igreja e pelourinho, nesse momento, definem os aspectos da vila. Ora se consagra a Deus; ora, à punição imperdoável de qualquer agravante moral ou político.

As buscas por ouro e índios continuavam. A principal mina de Cuiabá se esgotara e havia grande carência de mão de obra e de recursos básicos, o que aumentava o desejo pela descoberta de novos territórios e minas. Com os desbravamentos dos sertões, novas minas são descobertas à margem direita do Rio Guaporé, outras são encontradas nos ribeirões de Santana e Brumado, e nos afluentes Sararé e Galera; desenvolveram-se nestes locais alguns arraiais, local escolhido para construir a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, a capital da capitania de Mato Grosso. Sua extensão territorial aumentou chegando até as missões espanholas de Chiquitos e Mojos. Por esta razão foi necessário em 1748 que

as minas de Mato grosso e Cuiabá se tornassem uma capitania, separando-se de São Paulo, pois, dessa forma permitiria que o espaço fosse mais bem protegido contra os ataques espanhóis.

A criação de vilas era uma estratégia para defender seus respectivos territórios, que legitimava e regulamentava em termos sociais, que aquele espaço pertencia à coroa Portuguesa. Tratando-se da conquista do território do Mato Grosso, este teve como base um suporte jurídico-institucional, ou seja, por meio das vilas se estabelecia não apenas uma ocupação política territorial, mas também detinha valores espaciais físicos. A primeira foi a criação da Vila de Cuiabá, dando reconhecimento jurídico ao território e, por questões de defesa criou-se Vila Bela da Santíssima Trindade, estabelecendo juridicidade à região por se tratar da nova capital da capitania (ARAÚJO, 2000).

Em 1732 com a decadência do ouro nas minas de Cuiabá e vívida miséria pela qual a população passava, os sertanistas decidem por adentrar os sertões dos Parecis, ao encontrar ouro em 1734 às margens do rio Galera e, posteriormente, nas demais áreas do território Pareci; este local passa a ser denominado como Matogrosso devido à característica da vegetação do entorno do rio Guaporé e Jauru. As minas de Mato Grosso ou o território denominado de Mato Grosso não se estendia, a toda a capitânia, denominava apenas às minas novas descobertas, ficando Mato Grosso como um termo pertencente à Vila Real que pertencia à Capitania de São Paulo. Os territórios de Mato Grosso e da Vila Real de Bom-Jesus do Cuiabá somente se uniriam em 1748, quando passam a ser Capitania de Mato Grosso.

As crescentes expedições aos sertões faziam com que Portugal adentrasse ainda mais às terras pertencentes à Espanha, consequentemente, estas ações quebravam o tratado de Tordesilhas, forjando um novo tratado que asseguraria a Portugal a permanência dos territórios já conquistados. O Tratado de Madri assinado em 13 de janeiro de 1750 oficializaria por fim os territórios já explorados pelos portugueses como seus. O Brasil colonial ganhava mais áreas assumindo praticamente seus limites atuais.

Desde muito, as coroas Portuguesa e Espanhola estavam em divergências e disputas acerca dos limites territoriais das novas Terras, interpretando os acordos antecessores como bem lhes convinham. Porém, com a união de Felipe VI, Rei da Espanha, com a Filha do Rei D. João V, D. Maria Bárbara, certa trégua se instala,

permitindo que as negociações entre os dois reinos, relacionadas aos limites das terras conquistadas fossem estabelecidas mais pacificamente. Alexandre de Gusmão, grande estudioso e conhecedor da geografia, história e economia brasileira, também conhecia as conquistas que os bandeirantes fizeram nos sertões brasileiros triplicando o território. Ele teria como principal papel intermediar a negociação entre os reis, estabelecendo as diretrizes que norteariam o Tratado de Madri, sendo ele o autor de esta importante obra.

Baseado em uma cláusula do Tratado de Utrecht (1715), o qual daria a Portugal qualquer área em troca da Colônia do Sacramento, Alexandre de Gusmão pede que seja dado o tão amado território espanhol, a ilha de sacramento que estava na posse da cora portuguesa, em troca das conquistas alcançadas no oeste brasileiro, todo o território do Cuiabá, Mato Grosso, Amazonas e Grão-Pará. O Tratado de Madri foi considerado como um documento de grande importância para América Latina, que segundo Rodrigo Octavio (1930, p. 10) *“Il faut dire, tout de suite, que ce remanquable document international, qui eut, cependant une vie éphémère, puisqu'il fut révoqué onze ans après, en 1761, peut être considéré comme la charte politique de L'Amérique Latine”*<sup>1</sup>.

O Tratado trazia em sua repertoria dois motivos espanhóis, o primeiro possuía carácter de ordem externa ou diplomáticas, e o segundo de ordens internas ou de geografia política. Pretendia então que no primeiro momento se firmasse um acordo de segurança mútua contra os outros países que tentavam os atacar, principalmente a Inglaterra que se mostrava como forte ameaça à Espanha. Quanto às questões geográficas e limítrofes, este buscava por fim, a vertiginosa expansão portuguesa, ter em posse o estuário do Prata, buscando dar um equilíbrio, delimitando suas áreas conquistadas através dos limites geográficos traçados pelos rios Amazonas e o Rio da Prata. Sobre esta última parte do tratado, Miguel Paranhos Rio Branco (2010, p. 25) assim esclarece:

Propunha então uma base de equilíbrio que pudesse satisfazer a ambos os países. Havia que tomar um novo fundamento para o tratado de limites: dar à ocupação real da terra o valor real da propriedade; a posse o elemento étnico-político caracterizaria o justo domínio: *o uti possidetis*; e traçar os limites pelas divisões naturais, *“as balizas mais conspícuas e notáveis dos montes ou rios grandes”* (RIO BRANCO, 2010, p.25).

---

<sup>1</sup>-É preciso dizer, de imediato, que esse notável documento internacional, que teve, no entanto, vida efêmera desde que foi revogado onze anos depois, em 1761, pode ser considerado a carta política da América Latina. (OCTAVIO, 1930 p. 10 tradução nossa)

O carácter do documento estabelecido por Alexandre de Gusmão não buscava apenas estabelecer os limites de conquistas, terras e posses, buscando estabelecer “paz” ou “equilíbrio” entre os dois reinos que desde muitos anos viviam em guerra, o documento também visava proteger os vassallos que estiverem nas Américas dispensando-os de entrarem em combate, mesmo se Portugal e Espanha estivessem em Guerra. Nota-se também, que o documento justifica o desejo que Portugal tinha em conquistar e adentrar mais os sertões, o qual pode ser notado quando a coroa manda incentivos aos brasileiros doando terras, títulos e diminuindo impostos, para que eles pudessem permanecer nas terras do Oeste, adentrando ainda mais. No entanto, mesmo que tenha um cunho tão importante, o Tratado de Madri não é muito mencionado pelos cronistas que foram analisados neste trabalho.

Antes da assinatura do Tratado de Madri, com as descobertas de ouro nas margens do rio Galera e Guaporé, intensifica-se a necessidade da proteção do novo território, principalmente dos “sertões dos Parecis”. Tornar o termo de Mato Grosso e a Vila Real de Cuiabá em uma capitania desvinculada da Capitania de São Paulo foi um meio que a coroa portuguesa encontrou para proteger suas novas terras, sendo efetivada como capitania em 1748.

A capitania de Mato Grosso tornou-se de grande importância e foi considerada por D. Maria Ana de Áustria como o “a chave e o propugmanto do sertão do Brasil pela parte do Perú” (ARAÚJO, 2000, p. 41). Por esta razão, a mesma ordenava a Antônio Rolim de Moura que aquela área fosse bastante povoada, devendo ser erguida uma vila que seria a capital da capitania. Todavia, a nova vila deveria seguir algumas instruções, uma delas que a vila fosse erguida próxima ao rio Guaporé possuindo ponto geográfico estratégico que pudesse guardar das minas e proteger a entrada dos castelhanos, ainda mais que esta área estava próxima às missões do Moxos. Também, deveria ser a morada do governador e abrigar a guarda de Dragões.

Antônio Rolim de Moura parte para Mato Grosso imbuído de erguer a nova capital às margens do rio Guaporé, chegando às suas imediações no ano de 1751. Nesta região já se faziam presentes algumas fazendas e arraiais; destas, as que chamaram mais sua atenção foram: São Francisco Xavier, Santa Ana e Pouso Alegre. Às duas primeiras não apresentavam pontos vantajosos para ser erguida a vila, as populações que por ali residiam estavam sempre doentes devido às condições

climáticas, e a vegetação não era propícia para a criação e desenvolvimento de gado. Pouso Alegre, ao contrário das demais, se mostrara apta para se desenvolver uma vila.

As características físicas do espaço geográfico com a constituição do traçado urbano em que as vilas são implantadas, são elementos relevantes nas cidades de origem portuguesa. O primeiro apontamento ao escolher o espaço está na presença de cursos de água e as linhas de cumeada. Os rios não apenas significavam uma fonte de subsistência da população, mas também representava a delimitação de territórios. Outro fator estava relacionado com as funções que o núcleo urbano desempenharia; no caso de Vila Bela se destinava a ser capital e ponto estratégico de defesa contra os ataques dos espanhóis desempenhando um papel militar, uma cidade de proteção. Acrescenta-se a estes fatores a característica física do sítio, que deveria possuir condições físicas adequadas, destacando a topografia, a insolação, a direção dos ventos, as fontes de água potável, a qualidade do solo e as qualidades defensivas, em sua maioria escolhiam terrenos elevados em que poderiam ser observados os arredores (TEIXEIRA, 2012).

Nos pontos mais visíveis do local eram implantados os principais edifícios da cidade como as igrejas, Casa da Câmara e pelourinho; estes locais, muitas vezes, se tornavam ainda mais importantes com o desenvolvimento de praça em seu entorno. A partir deles o desenho da cidade se desenvolvia e as ruas ganhavam suas formas, tendo como principal fonte as linhas de cumeadas e as linhas de vale fazendo com que elas se desenvolvessem naturalmente. Ao buscar desenhar a cidade tendo como base a geografia do espaço, no desenho urbano português<sup>2</sup>, a cidade tornava-se facilmente legível e de fácil orientação. A rua Direita era um importante fator neste processo construtivo, pois por meio dela iam se construindo importantes habitações, como a casa do governador; no caso de Vila Bela, desenvolvia-se nela o comércio da cidade e as principais funções urbanas. A praça da cidade era implantada no encontro dessa via Direita com outra via que a cortava e que dava acesso ao interior do núcleo urbano, neste espaço poderiam estar implantados também alguns dos principais edifícios como a igreja e o pelourinho (TEIXEIRA, 2012).

---

<sup>2</sup> O Desenho Urbano Português aqui defendido faz menção aos projetos urbanos desenvolvidos após a segunda metade do século XVIII, denominados como Planos Pombalinos, pois foram inspirados na política urbanizadora de Pombal, possuíam estruturas ortogonais, revivendo os temas do urbanismo clássico, a praça sendo o elemento central, em alguns casos possuindo até mais de uma praça, regularidade no traçado e arquitetura uniforme (TEIXEIRA, 2012, p.157-159).

A figura 5 mostra uma análise realizada por Manuel C. Teixeira (2012, p. 41) em que a partir do mapa da Cidade de Salvador elaborado por João Teixeira Albemaz (1631) ele aponta as principais ruas, a praça e a igreja. Em vermelho, o autor destaca a muralha erguida ao redor da cidade, em amarelo o centro urbano, em laranja e vermelho os principais edifícios da cidade como as igrejas, edifícios políticos, militares e praças urbanas e em azul as vias estruturantes que interligavam as principais edificações.

**Figura 5.** Análise do mapa da cidade de Salvador (1631) por Manuel C. Teixeira.



Fonte: Teixeira (2012).

Manuel C. Teixeira sobre o desenho colonial português defende que:

As relações de poder e a ordem hierárquica da sociedade estavam assim embebidas na estrutura urbana, por meio da proeminência que era dada a tais instituições no perfil da cidade. Esses edifícios eram, por sua vez, ligados por caminhos que se sobrepunham às linhas naturais do território – as linhas de cumeeada e as linhas de vale –, as quais se tornavam as principais ruas da cidade. Nos extremos dessas vias estruturantes, ou em seus pontos de confluência, de divergência ou de inflexão, associados aos edifícios singulares que se implantavam nesses pontos notáveis, geravam-se espaços urbanos com características de centralidade, que habitualmente se traduziam em praças urbanas. (TEIXEIRA, 2012, p. 41-43).

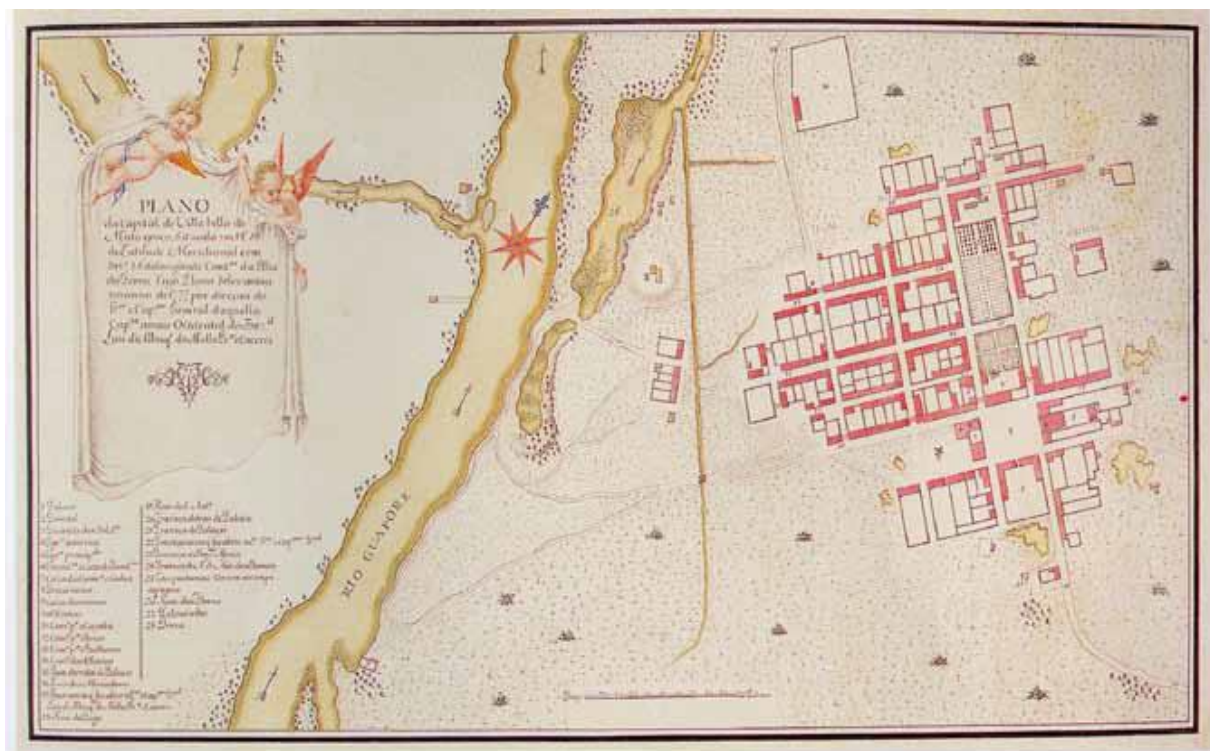
A importância da localização geográfica para a criação das novas vilas são mostradas por Loiva Canova (2011), ao analisar as cartas de Antônio Rolim de Moura endereçadas a Diogo de Mendonça na Corte Real, verifica que nelas estão bem explícitos que Antônio Rolim de Moura não analisou somente as questões geopolíticas que dariam vantagem em caso de uma guerra, mas buscou analisar a geografia do local, percebendo que este daria todo suporte necessário para o desenvolvimento de um povo, desde a matéria prima necessária para a construção das casas até as fazendas que poderiam ser formadas e assim possibilitaria a subsistência da vila. A Vila Bela da Santíssima Trindade foi erguida no ano de 1752, dois anos após a assinatura do Tratado de Madri.

Sobre a importância política da construção da capital de Vila Bela da Santíssima Trindade em relação ao território mato-grossense Renata Malcher de Araújo (2000, p.102) esclarece que:

Quando se pôs em causa a capacidade de defesa do território foi outra vez na criação de uma vila que se pensou. A instituição do novo Município funcionaria como ação legitimadora da posse do espaço e a sua população serviria como potencial exército na defesa da região. No entanto, a dimensão política daquele espaço ultrapassava as circunstâncias de defesa de uma área localizada, para vir significar a defesa de “toda” a conquista. Assim a área ganhou autonomia e, subvertendo a hierarquia a que estava submetida passou a ter um governo próprio, ao invés de ser governada a partir de outro ponto. Esta simples deslocação de centralidade alterou consideravelmente as hipóteses de gestão do espaço (ARAÚJO, 2000 p.102).

Uma das medidas que a coroa portuguesa tomou para conseguir atrair colonos para aquela região foi criar uma política de povoamento a qual concedia isenções e privilégios aos novos moradores. A vila deveria seguir um traçado urbano no qual as ruas seriam direitas e largas o suficiente para que pudessem ter boa mobilidade. Deveria comportar casas abastadas para servirem de moradia aos governadores, não se esquecendo dos quartéis para acomodar a guarda de dragões (ARAÚJO, 2000). Na figura 6 é apresentado o traçado urbano de Vila Bela da Santíssima Trindade.

**Figura 6.** Plano de vila Bela da Santíssima Trindade.



Fonte: Araújo (2000) apud (Garcia, 2002).

As características presentes no traçado urbano de Vila Bela da Santíssima Trindade (figura 7) seguem uma métrica na qual as ruas e as quadras foram construídas com valores que fossem múltiplos de 60 palmos e desenhados a partir da praça central, localizada no ponto mais alto e longe do rio, de modo que não sofresse com as enchentes. As primeiras ruas traçadas foram as ruas direitas com 60 palmos de largura, em direção leste, a oeste em direção ao porto finalizando em uma grande praça, e outras ruas transpassando as ruas direitas; ou seja, essas primeiras ruas são as que delimitam o espaço da praça central. Os quarteirões ao entorno da praça mediam aproximadamente 280 palmos cada um. A principal rua, a que ligava a casa do governador com o porto, definiu o eixo principal, onde se começaram a construir as primeiras casas, sendo, também, o eixo responsável por direcionar os vetores de crescimento da cidade, ocidental em direção ao rio Guaporé.

**Figura 7.** Primeiros traçados de Vila Bela da Santíssima Trindade.



Fonte: Araújo, 2020.

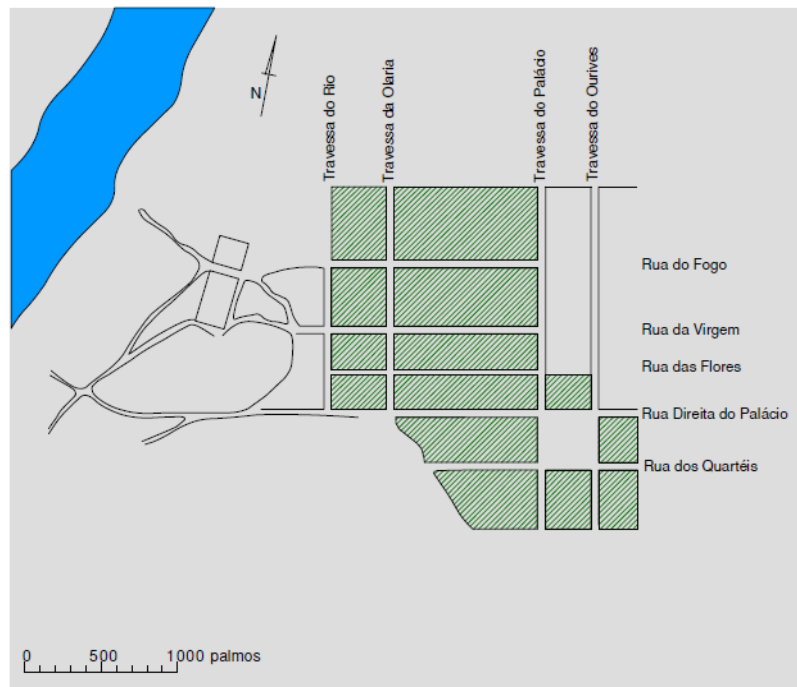
No ano de 1775 os vetores de crescimento da cidade são alterados a partir da construção de uma nova travessa que impulsiona a cidade na direção oriental (figuras 8 e 9), não mais indo ao encontro do rio, nesse sentido a cidade não estaria tão sujeita a alagamentos. Essa mudança também fez com que a praça ficasse mais centralizada, deixando de ser um vértice. Com este novo desenho a cidade ganha uma área verde central, sua função não é esclarecida embora pudesse ser um horto.

Araújo ao analisar o desenho urbano, a geografia e principalmente a métrica utilizada por Antônio Rolim de Moura para a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade deixa claro que:

Embora tenha sido desde sempre uma vila civil, a criação de Vila Bela representava também uma lógica “militar” de ocupação do espaço, especialmente na óptica de estratégia territorial com que é fundada. Assim, ao seu papel de centro urbano acresce-se, necessariamente, o de centro “tático” de toda a capitania, de onde se geriu a guerra virtual que sustentaria o território da colônia. (Araújo, 2000, p. 264).

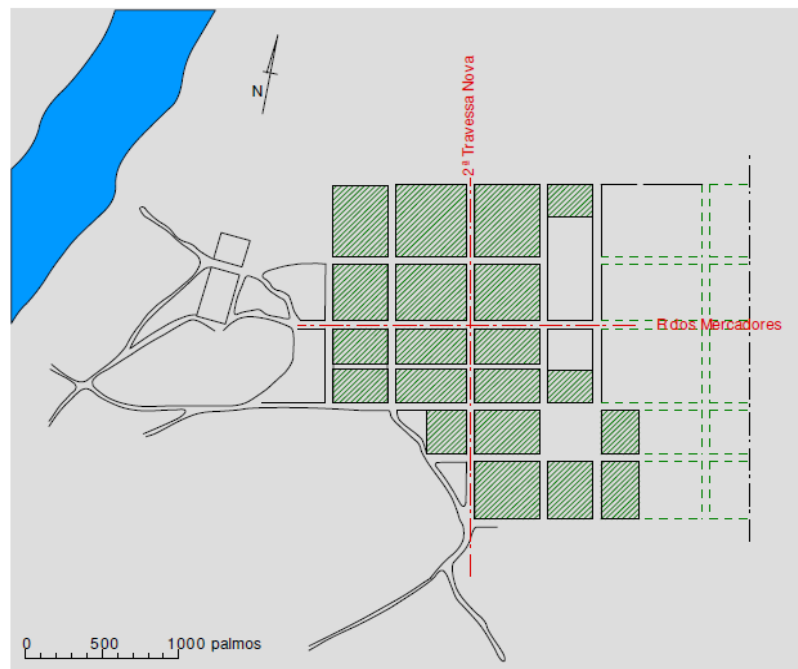
Na figura 8 é possível vislumbrar a expansão urbana até o ano de 1775 e na 9 a intervenção ocorrida em 1777.

**Figura 8.** Crescimento Urbano até 1775



Fonte: Araújo, 2020.

**Figura 9.** Intervenção ocorrida em 1777.



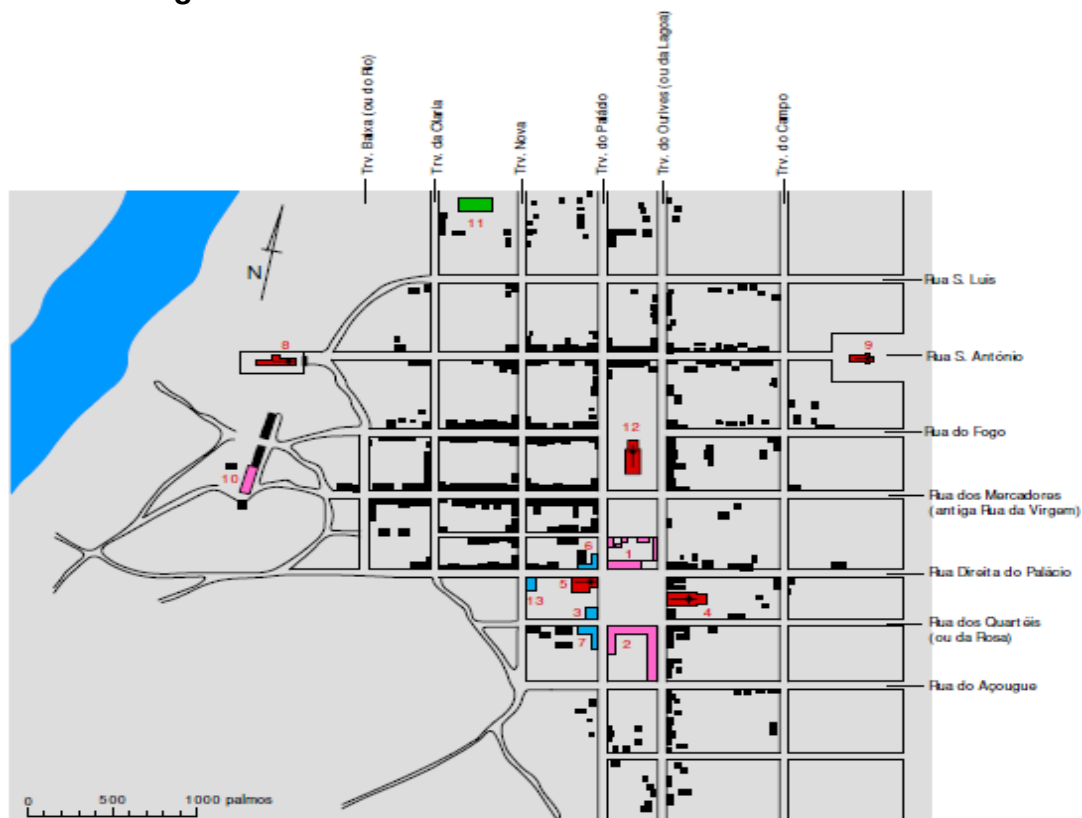
Fonte: Araújo, 2020.

A figura 10 Araújo (2000) apresenta a descrição do mapa de Vila Bela da Santíssima Trindade conforme elaborado no ano de 1789 tendo como base no mapa

da figura 6. Ao comparar o mapa apresentado na figura 5, elaborado por Teixeira (2012) e os mapas apresentados nas figuras 7 a 10, nota-se uma similaridade, embora as cidades fossem construídas em períodos diferentes as funções que elas exerciam eram iguais, a proteção do território.

Em Vila Bela não foi construído uma muralha como no caso da cidade de Salvador, pois, com o surgimento das armas de fogo este elemento deixou de ser importante. Os elementos similares estão nas construções importantes para cidades distribuídas no centro; como dito anteriormente o desenho da cidade parte da praça central e as ruas principais se tornam eixos estruturantes. O modelo de cidade de origem portuguesa busca ter métrica e regularidade, também busca se adequar a geografia do sítio fazendo com que as cidades acabem não tendo um desenho tão ortogonal, mas, mesmo assim, é notado em seu traçado estes conceitos, como no caso de Salvador (figura 5).

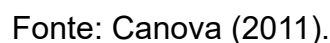
**Figura 10.** Planta baseada no levantamento de 1789.



**Legenda:** 1 - Residência do governador; 2 - Quartéis; 3 - Casa da Câmara e Cadeia; 4 - 1ª Igreja Matriz (não concluída), 1º Cemitério; 5 - Igreja que servia de Matriz; 6 - Intendência e casa da função; 7 - Armazéns Reais; 8 - Capela de Santo Antônio (1780); 9 - Capela do Carmo (1788), Cemitério; 10 - Casa das Canoas; 11 - Olaria;

Ao caracterizar a geografia, a extensão e as fronteiras da capitania de Mato Grosso, Ricardo Franco de Almeida Serra no ano de 1884, a descreve como “a mais importante de todo Brasil, tanto pela sua extensão, e pelas sabidas, mas ainda intactas que guardam os seus vastíssimos sertões, como por ser fronteira ao vasto, populoso e rico Peru” (SERRA, 2002, p. 10). Quanto a sua extensão, ele a compara com a área total da Alemanha, possuindo 65 mil léguas quadradas e se fosse reduzida a um quadrado possuiria 255 mil léguas de lado (Figura 11). Ao relatar sobre as suas fronteiras, a capitania estaria delimitada pelos seguintes territórios:

**Figura 11.** Demarcações da Província de Mato Grosso.



## CAPÍTULO II - DE FREGUESIA À CONSTITUIÇÃO DE UMA CIDADE POLO REGIONAL

### 2.1 De vila à cidade: as fases que compõem a sua construção

A formação territorial da cidade de Cáceres, antiga Vila Maria do Paraguai, foi marcado por vários momentos de crescimento e estagnação. Sua formação pode ser dividida em quatro diferentes fases históricas, a primeira fase de 1778 até 1859, chamada de Agropastoril foi um período marcado pela fundação da vila com a função de demarcar e proteger o território português, sendo marcado pela produção agrícola das grandes fazendas existentes em seu entorno, Fazenda Jacobina, Descalvados, Barranco Vermelho, Ressaca, Facão. Tinha como principal produto o charque, a cana-de-açúcar e seus derivados (CÁCERES, 2017; FERREIRA, 2017).

A segunda fase 1860 a 1950/60 é fortemente caracterizada como a fase da Indústria Extrativista, com a extração de poaia (*Psychotria ipecacuanha*) também conhecida com outros nomes como ipeca ou ipecacuanha, de borracha, peles e de madeiras. Neste espaço de tempo, com o findar da guerra do Paraguai (1864 – 1870), os brasileiros ganham o direito de navegar pelo rio Paraguai, possibilitando a exportação de produtos produzidos na vila e consequentemente melhorando o desenvolvimento econômico, a vila chegou a ser um dos mercados mais ativos do estado. No ano de 1874 a pequena vila ganha o título de cidade passando a se chamar São Luiz de Cáceres. Outro acontecimento desta fase foi a criação da rodovia que ligou Cáceres à capital Cuiabá, estreitando assim a comunicação entre às duas cidades.

Na terceira fase compreendida entre os anos de 1960 à 1970 foram finalizadas as obras rodoviárias, diminuindo drasticamente os transportes fluviais, culminando com a criação da Ponte Marechal Rondon sobre o Rio Paraguai. A cidade torna-se uma grande produtora agrícola. Também nesta fase ocorrem os incentivos de programas governamentais para o desenvolvimento do Centro-Oeste; assim, novos bairros vão surgindo em seu perímetro urbano, ao mesmo tempo, em que distritos ligados à Cáceres emanciparam-se.

A quarta e última fase é marcada após 1980 até o momento atual, existindo ainda a predominância da economia agrícola. Alguns distritos vão ganhando força e se emancipando de sua sede.

Embora alguns historiadores dividam a história do desenvolvimento da cidade de Cáceres dentro dos recortes temporais discutidos anteriormente, para melhor compreensão do assunto o presente capítulo busca analisar os acontecimentos históricos que impactaram no desenvolvimento da cidade modificando a malha urbana durante os anos de 1778 a 1960. Este recorte temporal tem como início a instituição da vila no ano de 1778 e finda com o ano da construção da Ponte Marechal Rondon em 1960. Os anos subsequentes 1960 – 2020 são discutidos no Capítulo 3, devido à quantidade de detalhes e acontecimentos que ocorrem na cidade, marcando uma nova fase histórica, pois, só depois da década de 50 a cidade teve um crescimento urbano exponencial.

## **2.2 Antecedentes históricos da formação de Vila Maria do Paraguai**

De modo a melhor compreensão o desenvolvimento de Vila Maria do Paraguai faz-se necessário estudar o quadro histórico que se vivia naquele momento. Com as descobertas do ouro nas minas de Cuiabá e em demais localidades das minas de Mato Grosso e Cuiabá foi necessário desvincular este território da capitania de São Paulo e transformá-lo em uma capitania, com a intenção de melhor proteger as terras de posse portuguesa de serem invadidas por espanhóis, pois, os desbravadores já haviam chegado bem próximos das colônias Jesuítas espanholas. D. Maria I, em cartas endereçadas ao governador Rolim de Moura ordenava a proteção e povoação desta nova capitania, vez que era considerada a porta de entrada para os inimigos espanhóis no território português.

Em meio às disputas de territórios, importantes tratados foram assinados com a intenção de dividir os espaços conquistados pela coroa Portuguesa e os espaços que eram de posse da coroa Espanhola. O tratado de Madri (1750), comentado no capítulo anterior, teve um grande teor jurídico nessa fase, porém, não perdurou por muito tempo sendo revogado em 1752. O Tratado de El Pardo (1761), e em seguida o Tratado de Santo Ildefonso (1777), sucederia o Tratado de Madri. Vila Maria do

Paraguai foi fundada durante as assinaturas destes tratados e sua data de fundação 1778 se aproxima com a data de assinatura do Tratado de Santo Ildefonso.

No ano de 1761 no décimo segundo dia do mês de fevereiro os respectivos reis D. José I, rei de Portugal e D. Carlos III rei da Espanha, assinaram o Tratado de El Pardo, revogando o tratado de Tordesilhas, ao mesmo tempo, em que estava sendo travada a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) no continente Europeu. O motivo da assinatura do novo tratado apoiava-se na acusação feita pelos reis espanhóis de que Portugal não tinha merecido a troca das terras do Sete Povos pela colônia do Sacramento, sendo assim os espanhóis desejavam suas terras novamente achando injusta a troca. As investidas dos espanhóis na Colônia do Sacramento fizeram com que autoridades que se encontravam na capitania de Mato Grosso e Cuiabá temessem uma invasão dos espanhóis para retirar as terras que estavam em posse dos portugueses.

A preocupação do governador da capitania em relação aos ataques espanhóis era que, se realmente se efetivassem, a capitania não teria suporte suficiente para revidar, pois, sua população, seus armamentos e os militares presentes eram insuficientes e também não haveria tempo para que os reforços pudessem chegar da capitania de Goiás, devido à grande distância existente entre elas. Chaves (2014, p. 231) afirma que:

Para o governador havia diminuta população na capitania, e se isso viesse a ocorrer, haveria grande risco da invasão devido à falta de efetivo militar, armamentos e dificuldades a chegada de socorros de outras capitanias, devido à longa distância que havia entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e Mato Grosso, como também dos reforços que poderiam vir da capitania de Goiás. A preocupação do governador luso não era sem sentido. Devido a celebração do Tratado de El Pardo, tropas espanholas e ameríndios das missões de Moxos e Chiquitos ameaçaram invadir a capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, em particular, o Vale do Guaporé, procurando impedir a circulação de portugueses nos rios Guaporé e tributários (CHAVES, 2014, p. 231).

O Tratado de El Pardo não teve a função de reajustar os limites ou esclarecê-los, mas foi assinado para anular todo o acordo estabelecido no Tratado de Madri e todos os pactos, acordos e eventos que também foram estabelecidos depois dele, ficando em vigor o Tratado assinado anterior ao tratado de Madri. Ambas as coroas não respeitaram o Tratado de Madri. Com a morte dos reis da Espanha Fernando VI e da rainha D. Maria Barbara que defendiam o antigo acordo, o rei D. Carlos III assumiu o poder e reviu todo o tratado de Madri e diante do desacordo por parte dos

portugueses de entregarem a Colônia de Sacramento para a Espanha, o rei espanhol solicitou o seu cancelamento, gerando uma guerra não declarada.

Por conseguinte, com a anulação do Tratado de Madri já não existia mais uma linha demarcatória, muitos menos limites estabelecidos, a ordem era clara, deveria voltar o que foi acordado antes do Tratado de Madri, sendo assim tantos espanhóis quanto portugueses que estivessem em territórios dos quais não fossem seus deveriam se retirar. Desta forma, os espanhóis poderiam reivindicar toda a região norte e oeste para si novamente. O artigo II do Tratado de EL Pardo deixa essa situação bem esclarecida:

Logo que este Tratado for ratificado, farão os sobreditos Serenissimos Reys expedir copias d'elle authenticas aos Seus respectivos Commissarios e Governadores nos limites da América; declarando-lhes por cancelado, cassado e annullado o referido Tratado de Limites, assignado em treze de Janeiro de 1750, com todas as convenções que d'elle e a elle se seguiram; ordenando-lhes que, dando por nullas, e fazendo cessar todas as operações e actos respectivos a sua execução, derribem os monumentos ou padrões que foram erigidos em consequência d'ella, e evacuem imediatamente os terrenos que foram occupados a título da mesma execução, ou com motivo do referido Tratado, demolindo as habitações, casas ou fortalezas, que em consideração do sobredito Tratado abolido se houveram feito ou levantado por uma e outra parte: e declarando-lhe que desde o mesmo dia da ratificação do presente Tratado em diante só lhes ficarão servindo de regras para se dirigirem a outros Tratados, Pactos e Convenções que haviam sido estipulados entre as duas Coroas antes do referido anno de mil setecentos e cinquenta; porque todos, e todas se acham instaurados e restituídos a sua primitiva e devida força, como se o referido Tratado de treze de Janeiro de mil setecentos cinquenta com os mais que d'ele se seguiram nunca houvessem existido: e estas ordens se entregarão por duplicados de uma à outra Côrte, para a sua direcção e para os mais prompto cumprimento d'ellas. (SOARES, 1939, p. 150-151).

Os ânimos entre às duas coroas só seriam apaziguados em 1º de outubro de 1777, quando na cidade de Santo Ildefonso é assinado um Tratado de Paz entre eles. Quanto ao nome que o tratado recebe Camargo (2003, p. 239) salienta que na “historiografia brasileira o termo Ildefonso é aplicado para os dois Tratados de 1777 conhecido também como Tratado Preliminar ao Tratado de Paz e o Tratado assinado em 1778 que se tornou definitivo”.

Soares (1939, p. 163 – 179) transcreve o Tratado Preliminar e o denomina de “Tratado de San Ildefonso”. Neste trabalho serão designados ambos os Tratados (1777 e 1778), como Tratado de Santo Ildefonso.

O novo acordo assinado entre às duas coroas, hispânica e portuguesa, tinha a função de extinguir de uma vez as disputas territoriais que vinham se estendendo durante 300 anos e a partir da assinatura deste novo acordo as disputas e as guerras entre eles deviam ser evitadas, assim como suas consequências. O tratado também refaz os limites das terras sul-americanas, refazendo em seus artigos VIII e IX algumas delimitações territoriais do Tratado de Madri presentes nos artigos V e VI. Com estas novas delimitações, Portugal acaba ficando com as terras pertencentes às Capitanias de mato Grosso e Cuiabá como também às Capitanias do Norte.

Abreu (1907, p. 190) descreve que a colonização da capitania de Mato Grosso e Cuiabá, quanto a da Capitânia do Grão-Pará e Amazonas, logo após a assinatura do Tratado de Madri (1750), favoreceram a incorporação desta terra como posse portuguesa. No entanto, Portugal perderia para os espanhóis a colônia de Sacramento e toda a porção Oriental do Uruguai incluindo o Território das Missões Orientais. Camargo (2003, p. 236) afirma que este acordo foi o mais duradouro em relação aos anteriores se estendendo de 1777 a 1801.

Voltando ao ano de 1775, período em que o Tratado de El Pardo estava em vigor, fazia-se necessário o processo de colonização e fixação das terras da Capitania de Mato grosso, a fim de transformar este espaço em uma capitania mais habitada e protegida; o rio Paraguai acabava sendo ponto frágil, por esta razão as suas margens deveriam ser protegidas para não permitir a entrada dos espanhóis no centro da capitania. Luiz Pereira de Albuquerque Melo e Cáceres em 1775 deu início a esse processo por meio da criação do forte de Coimbra. Ainda que os espanhóis não tivessem a prerrogativa de tomar estas terras dos “sertões”, para eles as terras já lhes pertenciam, pois, ainda no século XVII, logo na chegada dos bandeirantes, as missões jesuíticas, especialmente a de Itatin e a vila de Santiago de Jerez, foram desocupadas por estes mesmos bandeirantes. Sendo assim, pelos espanhóis já terem chegado nestas terras primeiro eles seriam seus respectivos donos.

Dominar a área do Alto Paraguai não era uma tarefa fácil e simples. O pantanal tornava-se resistência física, e as diversas tribos de índios que dominavam o local era outra resistência ao domínio das terras. Não é difícil encontrar relatos e descrições falando sobre os diversos ataques indígenas às vilas, povoados e principalmente às embarcações das monções que chegavam a essa área. A ocupação deste território denominado de baixo e médio Paraguai só teve início com a criação da Fortaleza de

Nova Coimbra. A construção do forte às margens do rio significava a “reconquista” do território frente aos espanhóis.

A partir da construção do forte, outros povoados surgiram a partir dele com a mesma intenção; dando destaque para este primeiro momento, as vilas de Coimbra e Albuquerque tinham a função de demarcar o território e desenvolver agricultura de modo a subsidiar o forte e as cidades, como cita Renata Malcher de Araújo (2000, p. 368) ao descrever a localização da posição da vila de Coimbra “Sugeriu a instalação da nova povoação a norte do forte, de modo a garantir a sua retaguarda e proteger a entrada tanto do rio Emboteteu (Miranda) como do rio Taquari, por onde passavam as monções vindas de São Paulo”. Depois da tomada do forte de Iguatemi pelos espanhóis o interesse de Luiz de Albuquerque em povoar o rio Paraguai aumenta.

Araújo (2000) descreve com propriedade a forma urbana como essas cidades foram erguidas, sempre implantadas em locais estratégicos permitindo que a área escolhida pudesse servir como muralha aos tentames castelhanos como também pudesse garantir a sobrevivência; quanto a sua morfologia, tinham como base a simetria e a geometria bem demarcada, características presentes no desenho urbano português. As cidades setecentistas possuíam características em comum, como traçados regulares, ruas alinhadas, as quadras com lotes padronizados, uniformidade na arquitetura e a presença bem marcante dos espaços públicos, dando ênfase para as praças, que acabavam tornando-se o ponto de partida para a “lógica urbana”. Uma importante construção presente no planejamento urbano era a construção das igrejas, lembrando-se que estas não tinham apenas carácter religioso, mas representava um papel político e judiciário.

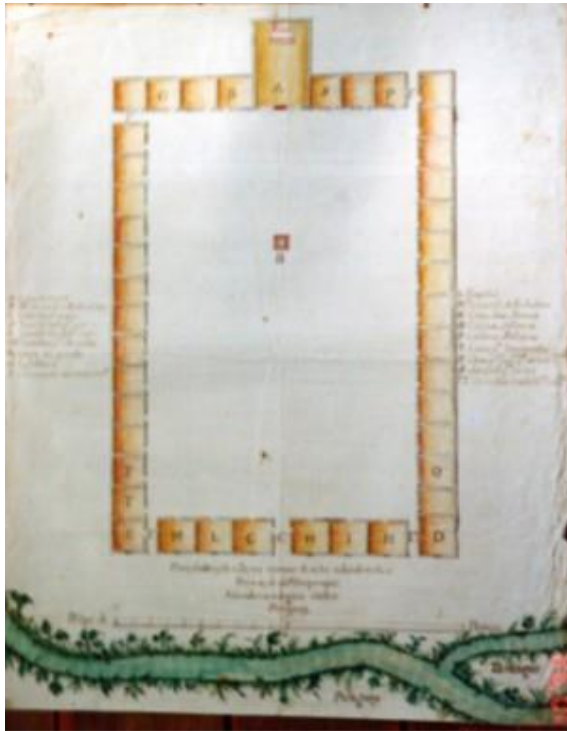
Na transcrição que Araújo faz do comunicado do sargento-mor Macelino Rodrigues Camponês sobre o desenho da vila de Albuquerque ao governador, nota-se a regularidade e a geometria presente na implantação:

Medi e alinhei o terreno para Povoação em huma ponta de terra que remete o morro para o rio, no mais estreito tem 160 palmos para a parte do sertão vai alargando com grande destancia, o dito terreno he mui direito e da ponta que vai par ao rio huma bala de mosquete por levação curça a outra banda do rio, da mesma ponta correndo para o sertão pelo meio do referido morro, medi huma rua de 30 palmos com catorze casas e sete por banda com dois lanços e um corredor para cada morador, depois de medido chamei o capitão mor e lhe disse que diantace quanto fosse possível Regular como ficava medido sem consentir que se arrancasse as balizas”(SOUZA, apud ARAÚJO, 2012, p. 361-2).

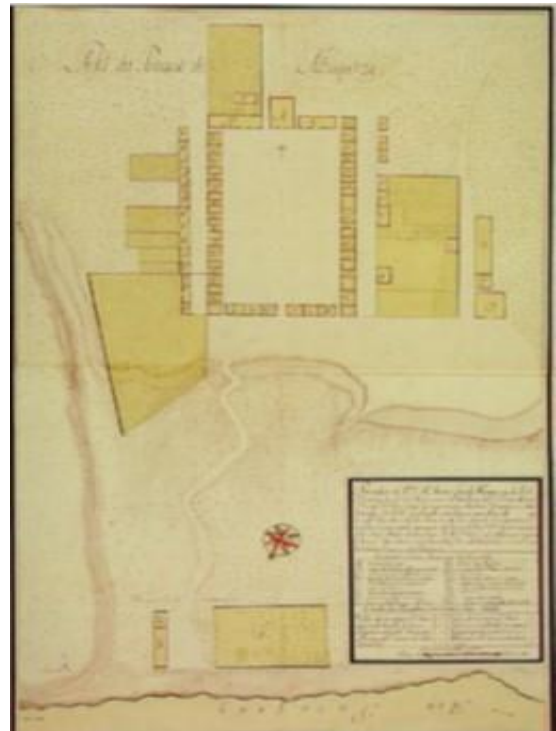
Neste relato percebe-se dois importantes pontos que constroem a vila de Albuquerque, o primeiro dando destaque ao rio, servindo este de base, para a partir dele, traçar as ruas; o segundo ponto é na presença de uma para a rua principal com 30 palmos e dela seriam distribuídas as quadras e as casas. No entanto, essa vila não surtiu muito efeito, levando as pessoas a desistirem dela logo de início. No ano de 1783 o governador manda o sargento Mor José Antônio Pinto de Figueredo para reerguer a vila, uma de suas instruções estava pautada em cuidar com zelo das famílias de índios e mestiços que ali viviam, dando-lhes todo o apoio necessário. Os principais moradores existentes nas vilas dos “sertões” eram em sua maioria, índios catequizados e mestiços; a resistência dos colonos virem para estas áreas eram bem escassas, pois “se conseguissem” chegar, ao adentrar as terras corriam muitos perigos como pestes, ataques de animais, fome por falta de abastecimento de comida, principalmente, pelos recorrentes ataques dos índios às vilas.

Ao mencionar sobre diretrizes a serem tomadas no plano urbano da vila, o governador Luiz de Albuquerque deixa bem claro “o estabelecimento deveria ser bem regulado, com ruas direitas e largas e com uma espaçosa praça no meio” (Araújo, 2000, p. 364). Desta vez a praça aparece no plano urbano da vila, antes não construída e nem demarcada, reforçando as palavras ditas por Teixeira (2012) ao mencionar os espaços públicos como peças importantes dentro da formação urbana. O desenho inicial da vila pode ser observado na figura 12, uma grande praça central com casas em seu entorno. Neste primeiro momento a planta distancia-se um pouco do desenho de grelha, mas após a intervenção do sargento Mor José Antônio Pinto de Figueredo a vila vai ganhando novas ruas e tomando aos poucos o formato de grelha (figura 12b). Araújo defende que seu desenho fechado foi desenvolvido com o propósito de proteger os moradores contra os ataques dos indígenas.

**Figura 12.** Comparação das plantas da Vila Albuquerque.



**A**



**B**

Legenda: (A) Projeto Urbano Inicial. (B) Projeto Urbano após intervenção. Fonte: Casa da Insua apud Araújo, 2012.

### **2.3 Da fundação de Vila Maria do Paraguai a constituição da cidade de São Luiz de Cáceres (1778 a 1874).**

No dia 06 de Outubro de 1778, 15 dias após a fundação da povoação de Albuquerque, é fundada a Vila Maria do Paraguai, localizada “em local sobranceiro ao rio, na sua margem direita, distante cinco léguas das proximidades da confluência do rio Paraguai com o rio Jaurú”, bem próximo ao Marco do Jaurú, obelisco de mármore que demarcava os limites geográficos entre o território português e o território espanhol, segundo o tratado de Madri em 1754. Em suas faces, o obelisco apresentava os seguintes escritos:

Na face oriental, voltada para o rio Paraguai, lia-se “Sub Joanne V. Lusitanorum Rege Fidelissimo”, na face ocidental os termos eram “Sub Ferdinando VI Hispanioe Rege Catholico”, nas outras duas faces os

dizerem eram “Justitia et Pax Osculatoe Sunt” e “Expartis Finium Regundorum Conventis Madrid idib Januar MDCCL”. (ARAÚJO, 2012, p. 371)

Sua localização era especial, pois, além da presença do rio Paraguai e seus afluentes, à terra era plana com solo arenoso e fartas pastagens, possibilitando a criação de gado e, principalmente, a pesca, desta forma a vila teria bastante subsídio para se manter. Tais elementos observados por Luís de Albuquerque se assemelham com as características analisadas por Antônio Rolim de Moura ao implantar Vila Bela da Santíssima Trindade, reforçando que não bastava apenas a localização geográfica, mas sim todos os condicionantes que poderiam fazer com que os habitantes das vilas pudessem se manter.

Embora Moraes (2003) ressalte que nesse primeiro momento a Vila não estava voltada para o rio Paraguai, por pertencer aos espanhóis, o que impedia os portugueses de navegarem por este rio, mesmo assim, o rio se torna importante para a constituição deste espaço, tanto por delimitar as fronteiras quanto por fornecer alimento para os seus habitantes.

Diferente do que aconteceu com Vila Bela, já havia em Vila Maria do Paraguai uma pequena freguesia de aproximadamente cinquenta léguas de extensão, seus moradores eram praticamente índios cristãos das etnias Moxos e Chiquitanos. Outra etnia presente dentro deste território eram os Bororos, contudo, eles não se permitiam serem dominados, sendo considerados como selvagens; seus ataques à vila eram frequentes, pois, aquela região pertencia a eles.

A pequena freguesia que se tornaria Vila Maria do Paraguai foi implantada primeiramente por Luiz Pinto de Sousa Coutinho com função de proteger e vigiar a fronteira, servindo também como destacamento militar para o controle alfandegário do comércio de ouro, e ponto de descanso e parada para aqueles que deslocavam da vila Real, Cuiabá, até à vila Capital, Vila Bela da Santíssima Trindade.

Cavalcante (2015) ao analisar e comparar a localização e a funcionalidade de Vila Maria em relação com as outras vilas criadas na capitania de Mato Grosso e Cuiabá e, principalmente, as vilas criadas pelo governador Luiz de Albuquerque, conclui que esta vila “insere-se na política de extensão de terras e povoamento da mesma na colônia portuguesa com caráter militar logístico de acolhimento de índios como súditos do rei português”.

A política de acolhimento de casais de índios, em especial, daqueles que vinham das missões jesuíticas, era uma forma de povoar as vilas daquela região, pois, eram poucos os portugueses ou “casais brancos” que se aventuravam nos sertões, onde os ataques indígenas, dito “selvagens” eram constantes; a falta do alimento e mão de obra, morte por moléstias, o clima da região e o perigo dos animais selvagens como onças, eram os desafios enfrentados por aqueles que arriscavam a se instalar nas novas vilas. Somente depois da metade do século XIX o número de pessoas brancas torna-se expressivo (GARCIA, 2013, p. 4).

Devem-se, também serem destacadas as reduções (jesuítas) que havia próximos ao rio Paraguai, Araújo (2016, p.118) salienta que elas poderiam estar longe do local onde seriam implantadas as vilas ou cidades, porém, o trabalho de catequizar os índios serviam como um controle da população indígena, facilitando o processo de urbanização. Para os jesuítas os índios não possuíam racionalidade social e cultura, por esta razão tinha como propósito pacificar e orientá-los. No caso dos jesuítas espanhóis “o objetivo era civilizar para criar força de trabalho e desenvolver as cidades”. Esta pode ser uma das razões do acolhimento da coroa portuguesa aos índios castelhanos que vinham das missões jesuíticas espanholas.

Sobre as reduções, jesuítas a autora complementa:

As reduções não foram povoadas isolados para a proteção indígena, mas um sistema territorial integrado, de filosofia própria, planejada, que buscava povos cultivadores e a transmutação psico-mental, eliminando seus antigos costumes, suas antigas crenças e impondo a “vida cristã” ou a vida de “escravo de Deus”. O jesuíta não defendia o indígena, mas o ideário utópico de um novo sistema de vida, sem individualização do ser, apenas almas convertidas e reduzidas a condição de rebanho de Deus, sendo o jesuíta o seu pastor (ARAÚJO, 2016, p. 121).

No caso de Vila Maria não foram encontrados documentos que relatam que o aglomerado urbano existente anteriormente fosse uma redução jesuítica, no entanto, as reduções jesuíticas espanholas existentes próximas ao local escolhido para implantar a vila, facilitou o processo de urbanização.

O conhecimento desta freguesia chegou a Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres no ano de 1772 enquanto ele realizava uma viagem de Cuiabá à Vila Bela, com o objetivo de assumir seu mandato de governador da capitania e capitão-general. Moraes (2003, p. 34 – 36) ao estudar o diário e as cartas redigidas pelo então governador, salienta que ele havia ficado deslumbrado com a vista principalmente

com a beleza do rio Paraguai, porém, seu olhar ia além da beleza que a natureza proporcionava “o novo governador já idealizava a fronteira”, e acabou concluindo que:

Seguramente foi nesta ocasião que vislumbrou a fundação de Vila Maria não uma vila entre tantas outras, mas o espaço ideal para Portugal consolidar sua presença no ocidente da capitania de Mato Grosso e Cuiabá, na fronteira imediata com as famosas missões jesuítas de Moxos e Chiquitos. (MORAES, 2003, p. 35-36)

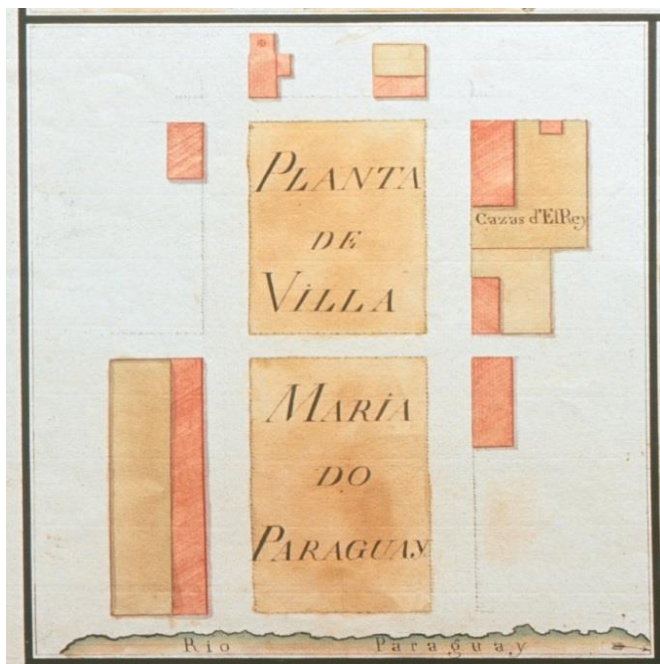
Embora houvesse outras fazendas em seu entorno, como a do Sangrador, fazenda Jacobina e a Fazenda ressaca que tinham um grande poder aquisitivo e grandes extensões territoriais, aquela freguesia havia chamado a atenção do governador e fundou ali Vila Maria do Paraguai.

A área do território que pertenceria à Vila Maria seria formada por uma parte doada pela paróquia de Vila Bela e outra parte doada pela paróquia de Cuiabá sendo delimitada da seguinte forma: os limites ao norte se estenderiam do rio Jaurú até o Rio Paraguai, os limites ao sul seriam firmados pela vila de Albuquerque, o lado leste iria do Sangrador do Melo até o Rio Paraguai e o lado oeste iria até à fronteira com a Bolívia; ou seja, o território pertencente à Vila Maria do Paraguai não seria só a vila, mas também teria como parte do seu território as fazendas que houvessem dentro de sua delimitação.

Quando analisado o padrão urbanístico de Vila Maria do Paraguai percebe-se que este seguia uma perfeita padronização e regularidade (figura 13) que vinha sendo implantado no Brasil colonial desde o início de sua ocupação, no governo de Tomé de Souza, e seguindo com veemência no governo de Marquês de Pombal. O atual governador da época, Luiz de Albuquerque, buscou seguir esta regularidade e padronização, também observada na implantação de Vila Bela da Santíssima Trindade pelo governador Antônio Rolim de Moura.

Esta característica buscava seguir em seu desenho uma malha urbana em xadrez com um grupo de casas alongadas, com intenção de servir como defesa do território. Este modelo urbanístico é defendido por MORAES (2003) e CAVALCANTE (2015) como o fruto das influências iluministas nos projetos urbanos, para defenderem tal hipótese as autoras utilizam os estudos realizados de KENNETH MAXWELL (1996) e DELSON (1997) que confirmam esta influência.

**Figura 13.** Mapa de Vila Marai do Paraguai.



Fonte: Araújo, 2000.

A atenção do governador sobre a regularidade e o estilo arquitetônico das casas pode ser confirmada pelo documento do termo de Fundação de vila Maria do Paraguai:

Contudo como alguns dos alinhamentos não estão conformes ao projeto da boa Polícia como deveriam ser determinou ele o dito Tenente a todos os moradores em nome de S. Exa., que deixando de fazer mais algum benefício a várias Cabanas existentes, só nelas assistissem em quanto se fabricavam casas no novo arruamento que lhe fica prescrito [...] sendo obrigados a não excederem nem diminuïrem a dita construção na altura de 14 palmos de pé direito na frente de todas as casas que se levantarem e 24 palmos de altura no Cume: outrossim determinou que precisamente chamariam para regular os ditos pés direitos ao carpinteiro João Martins Dias, e na falta deste, outro algum inteligente no officio a fim de conservar sem discrepância segundo o risco a largura de 60 palmos de ruas que estão assinadas por ele dito Tenente; cuja atualmente demarcadas, e balizadas terão os seguintes nomes a saber a primeira contando do norte, rua d'Albuquerque, a immediata para o sul, rua de Melo, as quais ambas vão desembocar na praça e cada uma delas faz face a mesma do norte e do sul; assim como também as travessas de 30 palmos que dividem os quartéis das ditas ruas, e se denominarão estas travessas, a primeira contando do poente para o nascente, travessa do Pinto, e a que se segue contando também para o nascente, travessa do Rego e no alto da praça da mesma banda do nascente cuja frente fica riscada entre as ruas e travessas ditas com 360 palmos cujo número tem também as mais quadras poderão os moradores erigir a sua Igreja por ficar a porta principal dela para o poente como determinam os rituais; e o mais terreno desta frente da praça por agora se não ocupará em casas, deixando-o livre para as do conselho, e cadeia quando se deverem fabricar. Cada morada dos ditos povoadores não terá mais de cem palmos de comprimento para quintal que lhes ficam determinados para o centro de cada um dos quartéis. (Termo de fundação de Vila Maria do Paraguai, apud CAVALCANTE, 2015, p. 56)

Nota-se que este documento confirma os dizeres anteriores indicando que a nova vila se enquadrava dentro de um desenho urbano de origem portuguesa, embora não seja amplamente defendida sua construção para a defesa do território ela não deixava de estar enquadrada dentro das vilas fundadas na capitania de Mato Grosso para tal função, aliás, encontrava-se localizada na margem esquerda de um grande leito fluvial, o rio Paraguai, próxima às missões, (jesuítas) castelhanas.

Logo no começo da formação da vila este rio não pertencia à coroa portuguesa, mas possui uma grande importância dentro da história desta vila, que se estende desde o momento da instituição de Vila Maria em 1778 até o ano de 1960, período no qual é muito utilizado como rota fluvial, após 1960 são abertas estradas e inaugurada a ponte Marechal Rondon sobre o rio Paraguai, com este feito o rio deixa de ser usado como rota fluvial, este assunto será comentado mais à frente. Garcia (2013, p. 4) ressalta que em seu traçado transparecia a ideia de uma vila projetada, porém, não passava de uma grande praça, em seu lado oeste ela se abria para uma pequena igreja, o lado leste era voltado para a margem do rio e no centro da praça, duas filas de casas de lados opostos (figura 14).

**Figura 14.** Desenho de Vila Maria do Paraguai.



Fonte: Garcia (2013).

Do ano da instituição de Vila em 1778, até o ano que se torna cidade em 1874, muitos fatos históricos se passam e estes acabam influenciando a população existente em Vila Maria do Paraguai. Um importante fato que deve ser destacado ocorreu no

ano de 1835 quando Vila Bela da Santíssima Trindade deixa de ser a capital da capitania de Mato Grosso e Cuiabá passa a ser a nova capital. Com este ato não haveria mais motivos para que viajantes passassem por aquela região, causando a saída de inúmeras pessoas da cidade. A especulação para que Vila Bela deixasse de ser a capital teve como princípio o pedido feito por Caetano Pinto de Miranda Montenegro em 1798 dois anos após a morte do governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres em 1796, tal feito só se efetivou em 1835.

Voltando os olhos para Vila Maria do Paraguai, as primeiras transformações começariam apenas no ano de 1859 quando a Câmara Municipal foi criada, este foi um avanço, pois, a partir dela muitas melhorias foram reivindicadas pelos vereadores e reforçaria o título de vila concedido em 1778. No entanto, um grande problema assolava a vila, a falta de dinheiro nos cofres impedia que os vereadores pudessem realizar suas propostas denominadas por eles como “bons desejos”. Castrillon (2006, p. 99) ao transcrever parte da ata municipal de 1862 relata a situação de pobreza em que se encontrava a vila, sendo necessário o auxílio econômico da província para que os ajustes necessários fossem realizados:

Senhores deputados da assembleia legislativa...esta Câmara por si só não pode satisfazer a expectativa pública, mas solicita que se torne no desempenho de seus deveres pela nação de ser município nascente em que os pequenos rendimentos não se compadecem com os inumeráveis necessidades que a cada passo nela se encontra.... esta Câmara é pobre e pobre é o seu município sem rendas não é possível ocorrer as suas vigentes necessidades a não ser auxiliada pelos cofres da província. (Ata de Vila Maria 1862 apud Castrillon, 2006, p. 99).

A Câmara tinha a função de nortear o espaço urbano, prezando pela sua manutenção e infraestrutura urbana, tranquilidade, ordem pública, segurança, saúde, a edificação e manutenção de edifícios públicos e particulares; também estava em seu poder controlar os preços de produtos alimentícios, abertura de lojas e comércios, arrecadar impostos e também redigir e institucionalizar os Códigos de Posturas. Porém, a esfera municipal dependia da Assembleia Legislativa, ou seja, o governo provincial ou imperial tinha autoridade para interferir nas decisões tomadas pela Câmara municipal, desde o Código de Posturas até a arrecadação de impostos, era a principal função de a Assembleia Legislativa decidir sobre os impostos que deveriam ser recolhidos conforme as despesas da província e do governo.

A principal ferramenta que os vereadores dispunham para gerir as vilas ou cidades eram os Códigos de Posturas que regulamentavam normas que iam desde saúde pública, infraestrutura urbana, economia e até questões de comportamento social. Fanaia (2011, p. 82) esclarece:

Em se tratando dos Códigos de Posturas, estes eram regulamentos normativos utilizados em vila ou cidade. Nenhuma administração pública local do país, na época, governava sem o estatuto. Tais regulamentos visavam regular a vida dos moradores e principalmente o mercado econômico, para garantir a manutenção das despesas do município, revelando as intervenções da Câmara na localidade, pois governar uma vila ou cidade no período dependia também das ações de cobrar e multar as receitas recolhidas pela localidade destinadas a manutenção das despesas do município. (FANAIA, 2011, p.82).

Neste primeiro momento o código de postura desenvolvido pela Câmara municipal em 1860 tinha como principais interesses as melhorias sanitárias e as reformas ou construção de edifícios públicos como a cadeia, a reforma da igreja matriz que se encontrava em péssimo estado e questões voltadas a insalubridade. Os impostos advindos das arrecadações de aforamentos, embora trouxessem fundos para os cofres públicos acabavam gerando segregação socioespacial, pois, as famílias que não poderiam pagar pelos impostos acabavam sendo obrigadas a ficarem nas margens da cidade. O imposto era cobrado sob o valor do terreno, ou seja, 1/10 da parcela dele e também a concessão de lotes dependia de longo caminho.

O procedimento para conseguir o terreno era efetuado mediante petição entregue ao secretário da Câmara, depois o fiscal que averiguava se o terreno era, ou não, devoluto, ou ainda, se o morador tinha possibilidades para tal direito. A Câmara ao conceder o lote urbano, enviava o fiscal, o secretário, o arruador, o porteiro e os proprietários dos lotes vizinhos (caso tivesse) para que fosse feita a medição da área concedida, pois, ao ocupar o espaço, não poderia ultrapassar os limites do terreno. Para tanto, a política urbanística do governo imperial visava não somente a regulamentação dos espaços públicos, mas sim as arrecadações (FANAIA, 2011 p. 82)

Quanto aos problemas enfrentados dentro da vila, estes não se limitavam apenas a infraestrutura urbana como ruas sem calçamento, as praças sem jardins, iluminação precária (iluminação a base de lampião com querosene que duravam até a meia-noite), e uma capela pobre em estrutura, mas também os acessos que permitiam a comunicação da vila com outras vilas e cidades. Castrillon (2006) aponta que uma das principais queixas que os vereadores faziam, eram sobre a qualidade das vias de acesso e a construção de pontes que ligavam a Vila Maria com Cuiabá,

as enchentes prejudicavam as viagens tornando as estradas intransitáveis e isso acabava surtindo efeito na economia da cidade, pois, impedia o comércio com outras vilas e cidades.

Alguns anos após a construção da Câmara Municipal, outro fato histórico que estaria ligado com as transformações na malha urbana e na vida das pessoas de Vila Mara aconteceria logo após o fim da Guerra do Paraguai (1864 – 1870). A navegação pelo rio Paraguai passa a ser liberado para os brasileiros, este fato permitia a facilidade da importação e exportação para a vila, como resultado a população voltava a crescer e também a sua economia. Fanaia (2011, p. 85 – 86) ao analisar a população existente em Vila Maria do Paraguai entre os anos de 1864 a 1870 relata um aumento de 161 fogos para 192 fogos. A autora também afirma que, logo após o findar da guerra, o desenho urbano da cidade sofre algumas alterações, o número de ruas, travessas e largos aumentam passando a ter 6 ruas, 4 travessas e 2 largos (praças), porém, a autora não determina a data deste fato descrevendo que isto ocorreu logo após a Guerra do Paraguai na segunda metade do século XIX e faz a seguinte observação sobre o traçado urbano:

A reforma urbanística visada pelos vereadores modificava o traçado urbano, valorizava os terrenos, sempre com tendência a excluir ou desterritorializar os segmentos sociais com menos condições financeiras. Essa exclusão decorria devido a vários fatores, pois em um contexto no qual a rua estava associada a elementos pejorativos, as autoridades pensavam a rua como "o lugar do caos, do anonimato, onde escravos, libertos e pobres livres eram vistos como desordeiros em grande potencial e estes tinham modo de arruar" (FANAIA, 2011 p.84)

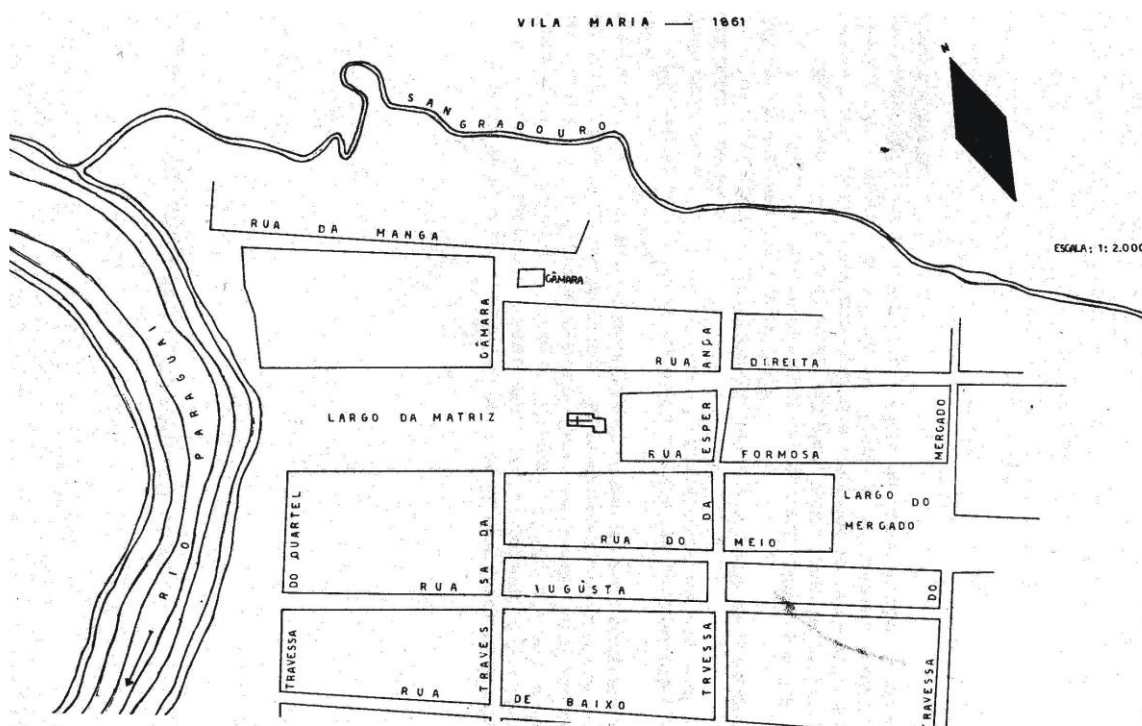
Castrillon (2006, p. 115) afirma que tais intervenções teriam ocorrido no ano 1860 e correlaciona os nomes das ruas da época com o nome das ruas no ano em que realizou sua dissertação (2006). Na Tabela abaixo é apresentado essa relação.

**Tabela 2.** Configuração do traçado urbano de Vila Maria do Paraguai na década de 1860.

| Ruas                                      | Travessas                                     | Largos                                               |
|-------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| Rua da Manga<br>(atual Quintino Bocaiúva) | Travessa do Mercado<br>(atual Padre Casimiro) | Largo da Matriz<br>(atual Praça Barão do Rio Branco) |
| Rua Direita<br>(13 de junho)              | Travessa da Esperança<br>(General Osório)     | Largo do Mercado<br>(Praça Major João Carlos)        |
| Rua Formosa<br>(João Pessoa)              | Travessa da Câmara<br>(Comandante Balduino)   |                                                      |
| Rua do Meio<br>(Antonio Maria)            | Travessa do Quartel<br>(Coronel Faria)        |                                                      |
| Rua Augusta<br>(Coronel José Dulce)       |                                               |                                                      |
| Rua de Baixo<br>(Marechal Deodoro)        |                                               |                                                      |

Fonte: Mendes (1973.p.61) apud Castrillon, 2006.

**Figura 15.** Mapa de Vila Maria do Paraguai em 1861.



Fonte: CASTRILLON (2006).

Os benefícios que a legalização do uso do rio Paraguai trouxe foi de grande importância para Vila Maria. Pinho (2011, p. 68 – 69) relata que muitas coisas importantes chegavam por meio do Paraguai como tecidos, pianos, cristais, azeites e materiais construtivos que vinham de outros países, a autora ainda complementa “não eram apenas mercadorias que aportavam em Vila Maria do Paraguai, também desembarcavam ideias, ciência, modas e modismos transformando a paisagem e a economia local”. Os produtos não apenas chegavam, mas eram também exportados alguns produtos como peles de animais silvestres, estrato de carne, charque, erva-mate e poaia. A exportação destes produtos permitia com que a economia da cidade crescesse. Percebe-se que a economia da vila, diferente das demais, era predominantemente de produção agrícola e não aurífera.

Com este acontecimento, a vila e sua arquitetura iam se modificando aos poucos, os nomes das ruas foram sendo trocados por nomes de datas ou de pessoas ilustres da época, os grandes casarões iam ganhando um estilo neoclássico ou eclético, gradis de ferro enfeitavam os guarda-corpos, começavam a aparecer casas com bandeiras adornadas, platibandas com acabamento em ferro, portas e janelas em arcos e grandes pés direitos. Embora as fachadas tornassem-se mais modernas ao estilo da época o desenho arquitetônico da casa e os materiais construtivos ainda permaneciam os mesmo da época colonial, tijolos de adobe, taipa de pilão, ladrilho hidráulico, jardins internos entre outros.

Paralelo a todos estes fatos, quatro anos após o fim da Guerra do Paraguai em 30 de maio 1874 pela lei nº3 Vila Maria do Paraguai foi elevada ao título de cidade recebendo o nome de São Luiz de Cáceres, este nome faz referência ao santo padroeiro da cidade São Luiz de França e ao seu fundador o quarto governador da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres.

O índice populacional aumentava gradativamente fazendo com que os vereadores da cidade desenvolvessem um novo Código de Postura no ano de 1888 que buscava disciplinar e reorganizar a nova cidade que nascia. O código de postura é composto por 17 capítulos e 91 artigos que discorrem sobre o ordenamento das ruas, travessas praças, comércio, manipulação de gêneros além de condutas morais dentro da cidade.

A pequena Vila Maria do Paraguai (1778), agora como a cidade de São Luiz de Cáceres (1874), vai ganhando forma e crescendo, novas ruas vão se abrindo. Sobre os rumos que a malha urbana da cidade foi tomando Pinho (2011, p.77) descreve:

A abertura de novas ruas, por sua vez, também espelhou as novas atividades econômicas e que tinha no Rio Paraguai a principal via de escoamento. Grande parte das ruas foi aberta no sentido norte-sul margeando toda extensão da Baía, num traçado mais orgânico do que o traçado embrionário setecentista, o que não significa que as formas retilíneas tivessem sido abandonadas e foi seguindo esse padrão que a cidade também avançou na direção leste, considerando que tanto a Fazenda Jacobina, quanto os sítios e fazendas da região da Morraria, eram os principais fornecedores de gêneros consumidos internamente, e que eram comercializados tanto no Largo da Jacobina (atual Praça Major João Carlos) quanto no Mercado Municipal (atual Museu Histórico de Cáceres) (PINHO, 2011 p.77).

Garcia (2013, p. 5) faz uma importante análise sobre este período histórico da cidade de Cáceres ao transcrever trechos dos relatórios e diários de importantes cientistas e estudiosos que passaram pela vila. O primeiro que o autor destaca é Hércules Florence (1826) que caracteriza a cidade com aparência de decadente e destaca a prevalência de “Caburés” ou seja, os descendentes de índios chiquitanos.

Do mesmo modo que os outros povoados de Mato Grosso, não merece este a qualificação de vila. Um renque de casas em mau estado, de cada lado de uma grande praça, uma igrejinha sob a invocação de São Luiz de França, muros de separação por trás das casas, eis tudo. Mas o grande rio aí está, cercando a O. a praça e a povoação. Seis ou sete homens brancos, trezentos Caburés descendentes de índios aldeados no tempo de D. Maria I, mulatos e negros, eis toda a população da vila. Muitos homens e mulheres andam nus da cintura para cima. Vila Maria, sita à margem do Paraguai e no caminho de Cuiabá a Vila Bela, está destinada a tornar-se um ponto importante para o comércio, logo que cessem os óbices da tacanha política moderna. (FLORENCE, 1977: 199-200 apud GARCIA, 2013, p. 5).

Outro importante personagem histórico destacado por Garcia (2013, p. 5) é o naturalista e explorador francês Francis Castelnau que esteve na vila em 1845, em sua fala ressalta que a vila seria um lugar próspero, porém há um grande abandono por partes dos governantes para com ela e termina fazendo um comentário sobre o número da população residente em Vila Maria.

Vila Maria tomou este nome por ter sido fundada sob o reinado de D. Maria I. A cidade parece ser destinada a rápido crescimento; mas o descaso do governo, e também dos próprios habitantes, de dar com a falta de comunicação, com o baixo Paraguai, tem impedido que ela se desenvolva, como era de esperar. Sua população não vai além de quinhentas ou seiscentas pessoas e toda a freguesia de que ela é centro não possui mais

de mil e oitocentos habitantes de todos os matizes, inclusive cerca de duzentos escravos. Comentam-se entre os habitantes uns seiscentos descendentes, diz-se dos Chiquitos da Bolívia. (CASTELNAU, 2000: 421 apud GARCIA, 2013, p. 5)

Garcia (2013, p. 7) destaca por fim as percepções de Vila Maria descritas pelo geólogo e naturalista Rodolfo Waeneldt que passou por vila Maria em 1860. Waeneldt destaca o exponencial crescimento da cidade decorrente de sua posição geográfica e de forma singela destaca a arquitetura das casas de 1860.

Vila Maria, apenas fundada em 1778, tem presentemente uma população menor que de Cuiabá, mas cresce de dia em dia por causa de sua vantajosa posição. Os roceiros, que até agora moravam em grandes distâncias um de outro, procuram centralizar-se ali, tornando-se assim inteiramente nula a povoação do recôncavo, já por si tão diminuta. Agora, reina ali bastante gosto pelas edificações, e a vila, embora não possua tantos e tão grandes edifícios como Vila Bela, não tem, no entanto, nenhum tão arruinado e tão desprezado (WAENELDT, 2001: 22 apud GARCIA, 2013 p. 7).

Através destas observações nota-se que o governador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres não errou em sua escolha para a implantação de Vila Maria do Paraguai escolhendo um local geográfico promissor para o desenvolvimento da vila, porém com o passar do tempo o descaso e a pobreza dos cofres públicos em que a antiga vila e agora cidade São Luiz de Cáceres se encontravam acabava fazendo com que a cidade não tivesse melhorias significativas, principalmente em sua malha urbana.

**Figura 16.** Largo da praça da Matriz.



Fonte: Ayala e Simon, 2011.

## 2.4 Cáceres rumo a modernização (1900 – 1960).

Arruda (2002, p. 40) aponta que no ano de 1913 São Luiz de Cáceres possuía 5 praças, praça do Rio Branco (largo da Matriz), praça Major João Carlos (largo da Jacobina), praça Duque de Caxias e por último, na adjacência da cidade, a praça na direção Sul, a praça Espiridião Marques e por último, no bairro, Cavallhada, a praça dos Cavaleiros, atual praça Benjamin Constant. Pode-se perceber um aumento da cidade em decorrência do número de praças, outro fato seria a praça Espiridião Marques, por estar fora dos limites da cidade pode-se pensar que um dos motivos estaria na segregação mencionada anteriormente decorrente dos impostos do terreno.

As praças da pequena cidade não possuíam lindos jardins nem belas estruturas como as praças das grandes cidades ou as praças idealizadas nos modelos europeus, porém, eram arborizadas. Eram neste espaço que as festas religiosas como a festa de São Benedito e a festa do Divino Espírito Santo aconteciam, juntamente com as touradas e as cavallhadas, estas festas perduraram até 1940, quando, aos poucos, foram se perdendo conforme a cidade crescia novas culturas iam chegando e abrindo espaço para um novo ciclo desta povoação.

Pode-se destacar a praça Barão do Rio Branco como a mais importante, sendo a praça principal, projetada desde os primórdios de vila tal qual o modelo barroco das cidades colônias portuguesas pediam, tornando-se o centro aonde cada lugar da cidade ia se encontrando devido a uma hierarquização de espaços delimitado pelo desenho barroco. Era próximo a esse espaço que se encontrava a Igreja Matriz, a Câmara Municipal e bem a sua frente o porto da cidade, ou seja, os importantes pontos da cidade estavam no entorno desta praça. Sobre as funcionalidades da praça Arruda destaca em seu trabalho que:

Porém, a funcionalidade era paradoxal, pois enquanto os discursos das autoridades municipais, referentes à área central da cidade, buscavam um indicador homogêneo, dando à praça um sentido 'universal'; para os 'homens e mulheres ordinários', a praça era um 'espaço', onde predominavam os movimentos, as cores, os sons, os aromas. Enfim, ela era o ponto de cruzamento, o lugar praticado. E não só a praça, se avançarmos, pois, cidade adentro, pelos becos, vielas e largos, encontraremos inúmeras formas de convivência espalhadas por todos os seus quadrantes, formas estas *multiformes, resistentes, astuciosas e teimosas; que escapam à disciplina...* Assim, o logradouro passa a ser pensado e compreendido como um lugar singular onde as experiências sociais aí gestadas dão a ela um outro significado, agora marcado pela multiplicidade destas experiências (ARRUDA, 2002, p. 96).

Em 05 de Janeiro de 1914, o ex-presidente dos Estados Unidos da América, Theodore Roosevelt, incentivado por uma expedição que tinha como objetivo explorar os vales do rio Paraguai e Amazonas, aporta em São Luiz de Cáceres e descreve essa chegada em seu livro de memórias:

[Finalmente alcançamos] a 'linda e antiquada cidadezinha' de S. Luis de Cáceres. Homens, com banda de música esperavam agrupados no começo da ladeira; grupos de senhoras e moças, claras e trigueiras, olhavam do mirante, vestidos e corpetes de todas as cores. As ruas da cidade, desprovidas de calçamento, tinham passeios estreitos de tijolos, casas de um só pavimento, brancas ou azuis, telhas vermelhas, postigos de grades de madeira de velho estilo árabe. Belos rostos, uns morenos, outros claros, olhavam das janelas. [À noite] perambulam os expedicionários, pelas ruas escuras e jardins da praça. As senhoras e moças se aglomeram, nas portas da rua ou nas janelas [e] de espaço a espaço, instrumentos de corda ressoam na escuridão. (RONDON, Frederico apud ARRUDA, Adson 2002, p. 9)

A partir dessa descrição, Roosevelt confirma em sua fala que a pequena cidade de São Luiz Cáceres havia ganhado em sua arquitetura (traços) mais modernos para a época, porém, a cidade ainda continuava precária, suas ruas ainda sem calçamento, as casas com apenas um pavimento variando entre as cores azul e branco. A abertura da navegação pelo rio Paraguai havia possibilitado a comunicação da cidade com outras partes do Brasil e da Europa possibilitando que ela se “modernizasse” trazendo para a cultura do seu povo o que havia de melhor na Europa, porém, no comentário nota-se que a cidade ainda continuava sem muitos recursos financeiros.

Arruda (2002, p. 30) menciona em seu trabalho uma ferrenha crítica que o jornal “A Razão” faz em 1924 direcionada ao poder público municipal e aos moradores da cidade. Neste artigo redigido pelo jornal com o título “Sejamos providentes” o jornal aponta que São Luiz de Cáceres deveria ser “uma cidade absolutamente geométrica, com suas ruas largas, direitas, cortando-se em ângulos rectos, arborizadas, praças ajardinadas”, no entanto, a continuidade desse traçado estava sendo desprezado deixando a cidade mais feia e consequentemente anti-higiênica favorecendo o aparecimento de doenças decorrentes da insalubridade. Ressalta que ao longo do tempo a cidade cresceu quase 3 vezes o seu tamanho e mesmo com os Códigos de Posturas existentes os cidadãos e os políticos se recusavam a seguir tais leis.

Uma das construções mais importantes para a cidade estaria por vir em 1928 o Porto Mario Correia, embora a navegação fluvial fosse um importante meio de transporte para a época a cidade até este dado momento não possuía um porto

decente, apenas um barranco. Para o professor Natalino Ferreira Mendes O Porto era o “coração da cidade”, antes de sua construção as embarcações aportavam em um local chamado de Porto da Manga cujo nome derivava de um mangueiro, um pequeno curral para o desembarque dos animais, não havia estrutura. Martha Baptista relata em seu livro “Cantos de Amor e Saudade” que a chegada ou a partida de qualquer lancha grande era sempre motivo para os moradores da cidade irem de encontro ver quem chegava, ou quem estava partindo, o porto era também um ponto de encontro de crianças jovens e velhos (BAPTISTA, 2005, p. 50).

O porto não era o coração da cidade por possibilitar o encontro entre os cidadãos, mas era por meio do rio que a economia da cidade girava possibilitando a importação e exportação de mercadorias fazendo com que a cidade fosse o terceiro maior polo comercial do estado de Mato Grosso. Um dos principais produtos exportados nesta época era a poaia ou ipecacuanha planta, ela era levada a fardos para as capitais e grandes centros urbanos da época para a elaboração de medicamentos que combatiam a disenteria amebiana. Outros produtos eram o charque a aguardente e peles de animais silvestres. A cidade não era mais apenas uma pequena cidade, devido a sua importância econômica ela se tornava um “centro regional, um polo econômico, religioso e político” (ARRUDA, 2002, p. 98).

Natalino Ferreira Mendes, no livro escrito por Martha Baptista (2005, p. 47) ao relatar sobre o desenvolvimento de Cáceres destaca que a cidade ficou estagnada por muito tempo, sua população não passava de 25mil habitantes até os anos 50, porém, em sua zona urbana residia apenas 5 a 6mil habitantes, possuía umas 20 ruas e “uma meia dúzia de praças”. Antes de 1950 fatos importantes acontecem nesta pequena cidade, em 1924 muitos de seus habitantes deixaram a cidade devido à passagem da Coluna Prestes por seus arredores; o medo dos “revoltosos” era grande e muitas famílias se mudaram para Corumbá. Em 1938 por meio do decreto-lei nº 208 São Luiz de Cáceres passava a se chamar apenas Cáceres.

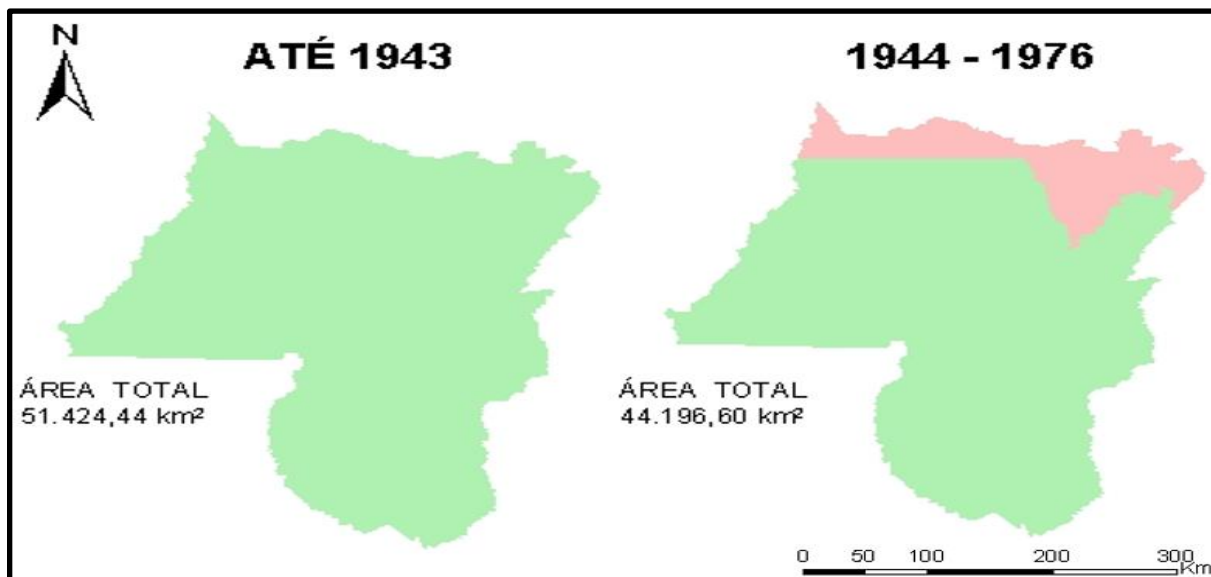
Em 1948 a cidade daria mais um passo em relação às melhoras urbanas; neste ano, o prefeito municipal de Cáceres sanciona o Código de Posturas Municipal de 1948 que através da Lei nº5/1948 dispõe em seu primeiro capítulo sobre “Divisão e Organização” da cidade, a partir deste a cidade seria dividida em duas zonas, Urbana ou Central, Suburbana e Agrícola; a partir desta divisão, o novo Código de Posturas acaba criando um distanciamento e uma divisão entre as pessoas destes grupos

dentro de uma mesma cidade, o Urbano/Central com o Suburbano/Agrícola (ZATTAR, 2015, p. 167-168).

Os principais acontecimentos que começariam a impactar a infraestrutura da cidade estariam por acontecer entre os anos de 1950 a 1960. Neste interim, a cidade de Cáceres começa a perder seu território com a emancipação de alguns de seus distritos, a exemplo Barra dos Bugres que se emancipa em 13 de dezembro de 1941, sendo a primeira. No ano de 1951 foi instalada a primeira usina Diesel Elétrica municipal, no entanto, somente em 1955 a usina forneceria energia elétrica para a cidade.

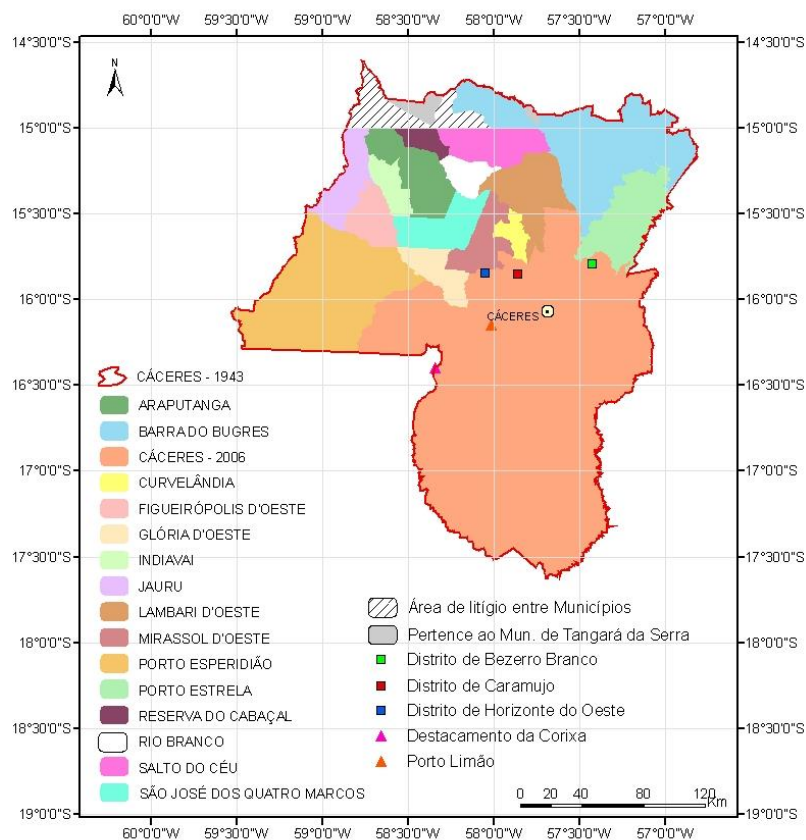
Em 1960 iniciam-se dois grandiosos processos que trariam progresso não somente para a cidade de Cáceres, mas para muitas novas cidades do sudoeste de Mato Grosso. O primeiro fato a ser destacado é a construção da ponte sobre o rio Paraguai, inaugurada em 1961, nomeada, Marechal Cândido da Silva Rondon, o segundo fato seria a pavimentação da BR-174 em conjuntos com execução dos projetos para colonizar toda região com o auxílio do Departamento de Terras e Colonização (DTC), desenvolvido com os fins de controlar a venda de terras públicas e a concessão de títulos de propriedades, em conjunto também com a Comissão de Planejamento da Produção (CPP), esta comissão intencionava atrair empresas para Mato Grosso para que a colonização fosse executada, resultando por fim no desmembramento de algumas cidades como Mirassol D'Oeste, Rio Branco, Salto do Céu, Jaurú, e a partir destas cidades, outras cidades foram surgindo como segunda geração, possibilitando a colonização de todo o sudoeste e noroeste mato-grossense. As figuras 17 e 18 mostram as alterações no território de Cáceres após as emancipações.

**Figura 17.** Evolução Político-Administrativo de Cáceres entre os anos de 1943 a 1976.



Fonte: Neves, 2008.

**Figura 18.** Mapa de desmembramento das cidades do território de Cáceres-MT.



Fonte: Neves, 2008.

Estes avanços que estavam acontecendo em Cáceres foi o início de uma série de acontecimentos que impactaram e modificou toda a cidade, os incentivos de colonização do oeste de Mato Grosso teve início com o programa governamental “Marcha para o Oeste” criado pelo presidente Getúlio Vargas, em 1938, que promulgava o desenvolvimento do Centro-Oeste e da Amazônia e perdurou até 1945. O programa foi lançado em 31 de dezembro de 1937 durante a saudação de fim de ano transmitida via rádio a todo o Brasil. Em seus dizeres o presidente incentivou os brasileiros a seguirem rumo ao oeste, território que antes foi muito desbravado pelos bandeirantes e que se encontrava abandonado.

Para Getúlio Vargas a Marcha para o Oeste seria a solução para os problemas que estavam acontecendo no Brasil, podendo citar a superlotação de pessoas nos grandes centros urbanos decorrentes tanto das imigrações quanto do êxodo rural, resultando em uma forte concentração de pobreza; desta forma, o tentame para povoar o oeste brasileiro incentivou grande parte desta população a procurar novas terras, que eram oferecidas a baixos preços (TRUBILIANO E MARTINS JUNIOR, 2007, p. 38-41). A marcha para oeste também tinha caráter nacionalista e segundo o presidente:

A civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: — dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial (VARGAS, 1938, p.124).

Nesta iniciativa o governo buscava integrar os “sertões” ao litoral brasileiro transformando o Brasil em um país mais homogêneo. Em suas diretrizes, além das terras a preços mais amenos, também promovia a construção de ferrovias, estradas, escolas, hospitais e aeroportos nas cidades interioranas. Alguns historiadores comparam este movimento com as bandeiras que ocorreram no período colonial no Brasil, sendo a Marcha para o Oeste o novo sentido bandeirante.

Ao abordar sobre a Marcha para o Oeste em Mato Grosso, Calonga (2015, p. 129) descreve que os intelectuais mato-grossenses buscavam dar um novo sentido e mudar o olhar que as pessoas de fora tinham com relação às terras do sertão, quando muitos as consideravam como terras barbaras, selvagem e atrasadas. O autor também afirma que o programa se desenvolveu por dois sentidos, o primeiro buscando desenvolver a economia da região através de Colônias Agrícolas Nacionais, o segundo esteve estruturado no discurso de pertencimento nacional que eram disseminados durante o governo do Estado Novo. O programa se encerrou junto com o governo de Getúlio Vargas, porém os incentivos para colonizar toda a região do Centro-Oeste e Norte do Brasil não se finalizam neste momento.

Após os incentivos do governo de Getúlio Vargas, a colonização no Mato Grosso se intensificaria durante o governo de Juscelino Kubistisck (1955-1960), quando implantou o “Plano de Metas” aumentando a venda de terras nas áreas da Amazônia legal. Com a construção de Brasília, o centro-oeste começa a ganhar foco dentro da industrialização e da economia brasileira, consequentemente o número de migrantes para estas regiões aumentam (SPECHT, MARIN e SANTOS, 2009, p. 168-169; GALVÃO, 2013, p. 60).

### **CAPÍTULO III - OS CAMINHOS QUE SE ABREM: ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DA MALHA URBANA DURANTE OS ANOS DE 1960 A 2020.**

Os anos que seguem de 1960 até o ano de 2020 são marcados com muitos fatos históricos importantes, não somente ao nível municipal, mas também ao nível nacional, podendo citar o regime militar entre os anos de 1964 a 1985 e também a divisão do estado de Mato grosso em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Por este motivo faz-se necessário dividir o capítulo em dois períodos sendo o primeiro de 1960 a 1980 e o segundo de 1980 A 2020. Esta divisão temporal segue um modelo descrito por alguns autores, que dividem a história de Cáceres em 4 fases, como descritas no capítulo 2, sendo a última fase de 1980 aos dias atuais.

Este recorte temporal é de suma importância para o desenvolvimento da cidade de Cáceres, pois, é nela onde o crescimento urbano é mais acentuado, muitos investimentos são realizados não somente na cidade, mas em seus distritos, os quais, ao longo do tempo, foram se emancipando. A emancipação destes novos núcleos urbanos foi o reflexo dos incentivos do Governo Federal em colonizar o Oeste e norte brasileiro. Desde 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, quando foi aprovado o primeiro incentivo de colonização das terras do Mato Grosso, foi denominado de Marcha do Oeste. Sobre as metas deste movimento Siqueira (2017, p. 233) salienta que:

Tinha como meta fazer com que as fronteiras econômicas e políticas convergissem e, para isso, era necessário que a nação se constituísse territorialmente num bloco homogêneo. Tornava-se, portanto, essencial povoar os espaços “vazios” e promover a sua integração política (SIQUEIRA, 2017, p.233.)

Nota-se na fala da autora que ela deixa entre aspas a palavra “vazio” ao designar o solo mato-grossense. Tal termo diz respeito à ótica do governo em relação às terras do Centro-Oeste e da Amazônia, ignorando totalmente os inúmeros habitantes indígenas que, desde a chegada dos portugueses, já habitavam estas terras. Sobre estes fatos a autora esclarece que “quando se estuda o processo de colonização desencadeado no território mato-grossense a partir da década de 70, quase sempre se oculta a presença dos ancestrais donos da terra, os índios” (SIQUEIRA, 2017, p. 239). Porém, nota-se que esta realidade não é vista apenas a partir de 1970, mas sim durante todo o processo de colonização do Brasil, desde a chegada dos portugueses. Pode-se conjecturar que a Europa cristã, carregando a

cruz de Cristo, só reconhecia como pessoas, aquelas que comungassem a mesma fé; caso contrário, seria “ninguém”. Seguindo essa lógica, o território brasileiro e toda a América, era um local “vazio” a ser conquistado, e com um povo a ser catequizado, para se tornarem pessoas em presença do Deus europeu.

Ao analisar este período deve-se salientar que grande parte desse território que estava sendo ocupado faz parte da Amazônia legal; sua colonização foi um grande processo incentivado pelos governos militares, que buscavam minimizar os movimentos populares que lutavam pelo direito à terra. Desta forma, os movimentos foram reprimidos dando maior apoio aos investimentos rurais, principalmente os incentivos fiscais da Sudam. Segundo Oliveira (1989, p. 20) “políticas territoriais foram elaboradas e implantadas para dar apoio a este processo tais como: PIN – Programa de Integração Nacional (com a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém), Proterra, Polamazônia, Polocentro, Polonoroeste entre outras”. O estado de Mato Grosso foi o mais privilegiado sendo contemplado com 90% dos programas.

Porém, ao falar da colonização da Amazônia legal deve-se também falar de seus efeitos negativos, como o desmatamento e o extermínio de muitas etnias indígenas, principalmente do norte do Mato Grosso. Os preços que as terras eram vendidas às empresas colonizadoras poderiam ser considerados como valores irrisórios, variando de Cr\$15,00 (quinze Cruzeiros) até Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros) o hectare de terra. Oliveira (1989, p.22) explica que Cr\$15,00 na época era o equivalente a seis caixas de cigarro Hollywood.

As estratégias do governo de colonizar os “vazios” existentes no estado além dos preços baixos das terras contavam com a abertura de estradas, concessão de rede elétrica, melhorias na educação e saúde. A chegada de empresas colonizadoras acelerou o processo e distribuiu o grande número de migrantes que chegava à Cáceres. A partir destes pontos, busca-se compreender como a cidade foi se desenvolvendo ao longo das décadas, pontuar o direcionamento da mancha urbana e, principalmente, identificar os motivos que levaram a estes vetores de crescimento.

### **3.1 Os novos rumos de Cáceres: 1960 a 1980**

Natalino Ferreira Mendes (1924 – 2011) foi um ilustre professor de história que participou ativamente dos processos históricos de Cáceres, deixou grandes obras

escritas a respeito de sua cidade. Em seu livro “História de Cáceres: história da administração municipal”, o autor descreve sobre os mandatos de cada prefeito que a cidade teve desde sua fundação até o ano de 1973 e na segunda edição os mandatos são completados até o ano de 2008, esta e outras obras do autor serão utilizadas como principal norte para a construção deste capítulo.

Até o ano de 1960 a cidade de Cáceres não havia se desenvolvido muito, porém, alguns autores como Dan (2010) apontam que o ápice do crescimento urbano teria começado a partir dos anos 50, estendendo-se até os anos 80; fazendo de Cáceres um polo colonizador. Outro importante motivo que atraíam diversos migrantes estaria nos baixos preços da terra, inferiores aos do Sul e do Sudoeste do Brasil.

**Figura 19.** Vista aérea da cidade de Cáceres em 1953.



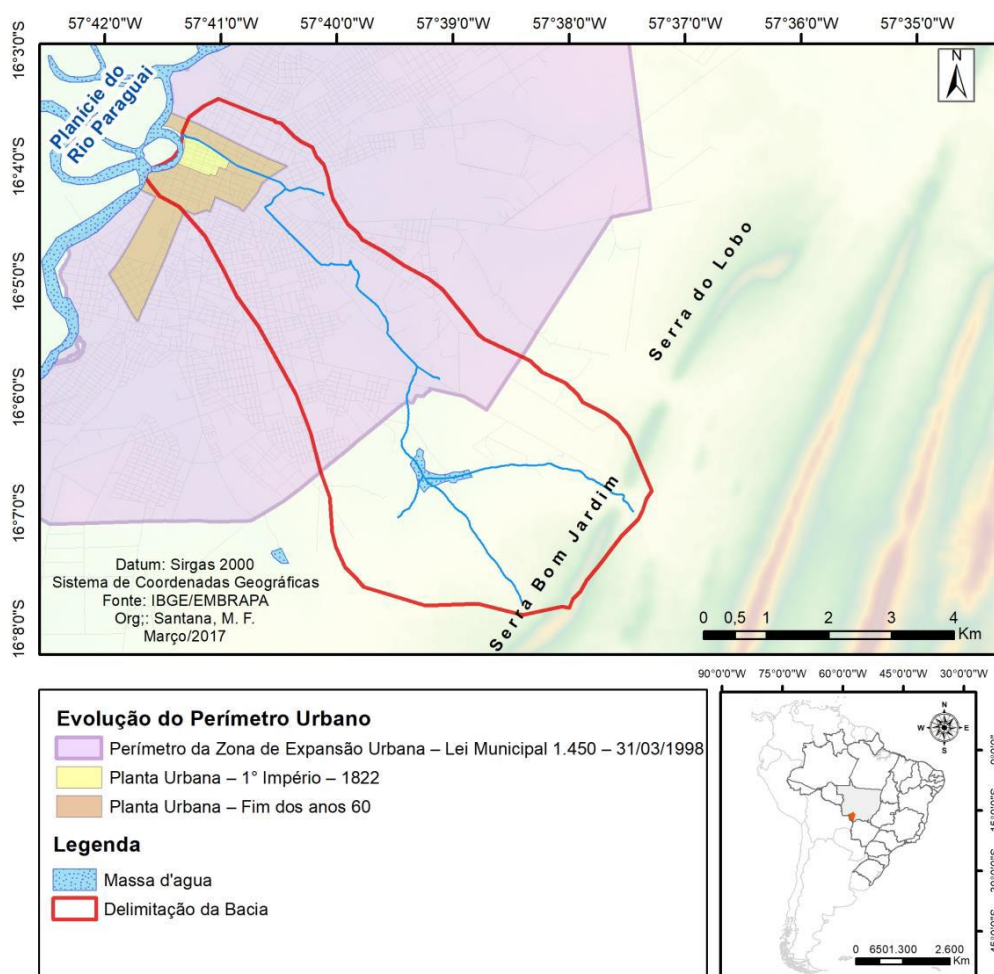
Fonte: IBGE, 1953.

Mendes (2010, p.14), também aponta que a construção das pontes sobre o rio Paraguai e sobre o rio Cabaçal, em conjunto com a construção da estrada que liga Cáceres a Cuiabá, teria facilitado este processo, povoando as regiões oeste, noroeste, sudoeste da cidade passando de uma população de 24.160 habitantes na década de 60, para 86.552 habitantes até o fim da década. Cruz e Souza (2016, p.117) confirmam os dados apontados por Mendes (2010) e demonstram que este crescimento

populacional não estava voltado para o centro urbano, mas sim para as áreas rurais, as quais se emanciparam de Cáceres conforme foram conseguindo estrutura.

Mendes (2010, p15-16) destaca alguns importantes acontecimentos após 1950; a cidade começava a receber melhorias como instalação da rede elétrica, sistema de esgoto, pavimentação das ruas, urbanização da praça Barão do Rio Branco e do córrego do Sangradouro, construção de escolas dando ênfase para o Instituto de Educação Superior de Cáceres o IESC (hoje a Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT), levantamento do rocio da cidade, doação de terreno para área de aeroporto. A cidade começa a expandir ao sul, com a construção de casas para habitação de interesse social, com o loteamento Jardim São Luiz. Na figura 20 é mostrado o crescimento de Cáceres até 1960.

**Figura 20.** Crescimento de Cáceres até 1960.



Fonte: Santana e Cunha (2019).

Em 1963 é aprovada a lei nº213 de 26/12/63 que coibia alterações às margens do rio Paraguai compreendido dentro da área urbana, desde construções a reparações, em um raio de 20m. Esta lei foi aprovada com a intenção de criar uma avenida próxima ao rio trazendo embelezamento à cidade (MENDES, 2009).

Na gestão administrativa de 1967 a 1970, Ernani Martins foi o último prefeito eleito pelo povo, em decorrência da lei nº5.449 de 04 de Julho de 1968 promulgada durante a ditadura militar (1965-1985), a lei federal aprovada elegia Cáceres como uma das cidades em zona de Segurança Nacional por estar próximo à fronteira Brasil-Bolívia, desta forma os prefeitos passam a ser nomeados pelo governador do Estado. Durante o mandato do prefeito Ernani Martins foi realizado o Plano Rodoviário do Cinturão Verde como proposta para organizar a expansão urbana e Suburbana. O mandato também se destaca por melhorias dentro do perímetro urbano, como infraestrutura sanitária, pavimentação em bloquetes de avenidas já com anilhas de esgoto, abertura de ruas e colocação de cascalho nas ruas do bairro Vila Maria e loteamento Jardim São Luiz, construção de um novo cemitério e da pista de aeromodelismo. (MENDES, 2009, p. 127-131).

**Figura 21.** Pavimentação da rua Mal. Deodoro em 1970.



Fonte: Mendes (2009).

Entre os anos de 1970 a 1980 teve 4 prefeitos ao longo dessa fase, as gestões estavam focadas não somente em melhorias na área urbana, mas também nas áreas rurais onde se encontravam as colônias formadas pelos migrantes. Através do decreto nº1.138 de 30 de abril de 1970 a Codemat – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

- foi instituída como órgão regulamentar do governo estadual para legitimar a propriedade das terras mato-grossenses (SIQUEIRA, 2017 p. 238). O prefeito Dr. José Monteiro da Silva participou do planejamento da Codemat no município trazendo melhorias para a área rural, em sua gestão (1970 – 1971) abriu avenidas em torno do córrego do Sangradouro, doou terreno para a construção do prédio oficial do correio, teve início da construção da estação rodoviária incluindo o incentivo para a construção de hotéis e bares próximos, também houve a doação de terreno para construção de 100 casas populares, as construções foram realizadas onde hoje se encontra o bairro Vila Mariana.

**Figura 22.** Pavimentação das ruas no entorno da praça Duque de Caxias.



Fonte: Mendes (2009).

Entre os anos de 1971 a 1973 o Dr. Luiz Marcos Ambrósio deu continuidade no mandato do prefeito anterior em decorrência de seu falecimento. Houve muitos feitos e melhorias a partir dele, podendo citar a descentralização político-administrativa com a criação de três novas Secretarias, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Interior, Viação e Obras Públicas e a Secretaria de Educação Saúde e Assistência Social. Foram abertas 1.350 m de novas ruas, e feitas intervenções na Av. Sete de Setembro com arborização. Construção da Praça Major João Carlos. Houve também grandes aberturas de estradas, ligando a cidade aos pequenos núcleos rurais existentes,

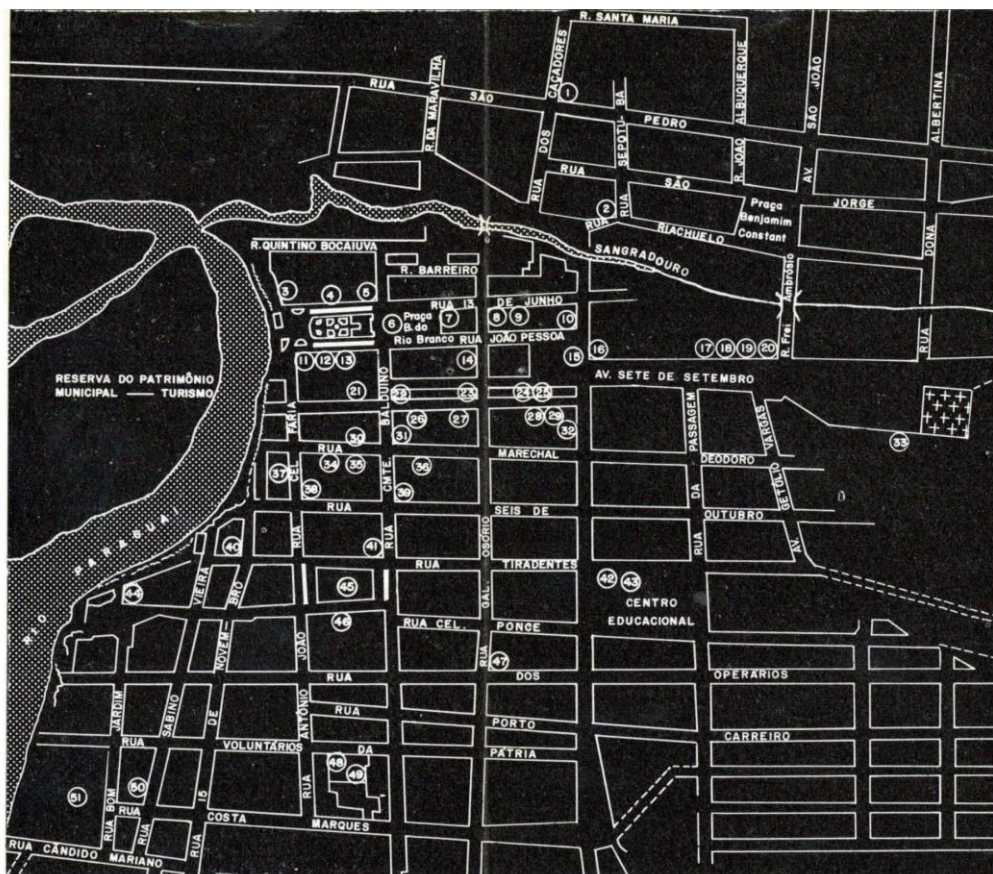
melhorias e pavimentação com bloquetes de ruas. Um ponto importante a ser salientado é que neste momento foi estabelecida uma parceria com o Projeto Rondon, de modo a desenvolver uma extensão da Universidade do Rio Grande do Sul, a qual foi chamada “Campos Avançado”, também voltado à área da educação é implantando a Escola Agroindustrial de Cáceres filiada ao Instituto técnico de Brasília. Destaca-se também a doação de 20.957,875 m<sup>2</sup> de terreno para o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis a fim de ser construído o novo porto fluvial da cidade (MENDES, 2009, p.136 – 139).

Durante os anos de 1973 a 1975 a cidade teve como prefeito o Sr. José Souto Faria. Nesta fase a cidade se encontrava em “pleno desenvolvimento demográfico e econômico e transformando-se em polo regional de desenvolvimento de Mato Grosso” (MENDES, 2009, p. 147). Porém, Cáceres enfrentava dois grandes problemas o primeiro estava na concessão de energia elétrica, que teve que ser repassada para a CEMAT (Centrais Elétricas Mato-Grossenses S. A.) e também a cidade foi assolado por uma grande enchente que custou aos cofres públicos grandes despesas. Cáceres recebe um documento do IBGE, a Monografia de Cáceres, que aborda os diversos aspectos da cidade e é realizado levantamento topográfico e semicadastral da cidade (MENDES, 2009, p. 147 – 150).

A última gestão que fecha o ciclo é presidida pelo prefeito Ernani Martins (1975 – 1980), que em sua gestão teve um olhar buscando melhorias tanto na área urbana quanto nas áreas rurais. Iniciou uma obra de canalização do córrego do Sangradouro, aterrou e drenou a Vila Perimetral, aprovou o loteamento Jardim Padre Paulo para Habitação de Interesse Social beneficiando 240 famílias de baixa renda, combatendo a formação de favelas na cidade; dessa forma a cidade começa a crescer na direção norte. A criação do Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), que se tornou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), urbanizou a praça Duque de Caxias e a praça do bairro Cavalhada. Construiu a praça Vinte e Quatro de Maio. Abriu ruas nos loteamentos Garcês, Joaquim Murtinho e Olhos D’Água. Restaurou a malha viária central da cidade. Pode-se destacar gestão do prefeito Ernani Martins, a construção dos seguintes loteamentos: Vila Santa Cruz, Joaquim Murtinho, expansão, Vila Mariana, Setor 06, setor 04 e áreas rurais e também o Distrito Industrial. A partir desta fase alguns núcleos de colonização começam a se emancipar como Mirassol

D'Oeste (1977), Salto do Céu (1979), Rio Branco (1979) e Jaurú (1979) (MENDES, 2009, p. 151 – 155).

**Figura 23.** Mapa da cidade de Cáceres nos anos 70.



Fonte: IBGE (1974).

Durante o governo municipal de Ernani Martins, a Câmara Municipal aprovou a lei nº620 de 27 de dezembro de 1976, que aprova o Código de Posturas do Município de Cáceres e dá outras providências. No título 2 e no título 3 dão as diretrizes quanto a higiene pública e a política de costumes, segurança e ordem pública.

As emancipações das cidades descritas anteriormente, já estavam previstas antes mesmo de 1970, quando o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) em conjunto com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), escreveram 18 relatórios preliminares propondo o desenvolvimento das cidades da região Centro-Oeste englobando medidas das três esferas de governo (MENDES, 2010, p. 17). Cáceres não estaria perdendo apenas

uma porção de terra, mas perdia também parte importante de sua economia fortalecida por esses núcleos “rurais”.

Sobre esta importante fase histórica de Cáceres Natalino Ferreira Mendes (2010, p.17) afirma:

Assim, em pouco tempo, Cáceres sofreu transformação radical em sua estrutura econômica e social. Mas a maciça migração que recebeu, e o dinamismo aplicado nos setores primários da sua economia, a par do impulso desenvolvimentista que lhe deram, trouxeram novos e pesados encargos para a administração pública. Esta, presa ainda a forte tradicionalismo e amarrada a uma estrutura anterior à explosão de progresso que abalou o município, sentiu-se, por si só, importante para tão grande empreendimento. Urgia que se partisse para uma grande reforma administrativa com vista a um desenvolvimento integrado de que participassem o Município, o Estado e o governo Federal (Mendes, 2010, p. 17).

Dan (2010, p.30) complementa a fala de Mendes (2010) dizendo que o processo de colonização da região de Cáceres, desde a metade dos anos 50, esteve relacionado com as modificações na estrutura fundiária realizada pelo governo estadual que “iniciou o processo de colonização assentando colonos, com novos núcleos de produção e comunidades, o que viria resultar em novos municípios que se emancipam da grande região de Cáceres”. A autora ainda faz uma crítica ao sistema de colonização, o qual acaba expulsando os pequenos trabalhadores rurais para os centros urbanos ou para as suas periferias. O quadro econômico, também, vai se alterando; antes voltado ao extrativismo e, agora, passa a fortalecer o setor da agropecuária com plantações de monoculturas e criação de gado.

Estes fenômenos que influenciaram o desenvolvimento urbano e, principalmente, a emancipação das novas cidades, foram um reflexo da intensa busca do governo federal em integrar o Centro-Oeste e a Amazônia na economia nacional por meio da diversificação da agricultura e da industrialização. A partir dos anos 70, o Brasil começa a voltar sua economia para o âmbito internacional, intensificando ainda mais para as regiões consideradas pelo governo como “vazias”. As estratégias elaboradas a partir dos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social estavam voltadas em criar “polos de desenvolvimento”, e buscavam torná-los de importância nacional para a economia do Brasil (DAN, 2010, p. 31).

No Mato Grosso pode-se destacar as construções rodoviárias como resultados dos planos nacionais, como a construção da BR-163, BR-364, BR-070, BR-080, BR-158 e BR-174. Neste período também se pode destacar os seguintes programas

nacionais de desenvolvimento, o Programa de Integração Nacional (1970) POLOCENTRO e por último POLONOROESTE; este último programa foi responsável pela pavimentação da estrada que liga Cuiabá a Porto-Velho, o programa também abriu estradas vicinais, desenvolveu projetos de colonização no entorno da rodovia, delimitou áreas indígenas, desenvolveu programas de assistência técnica, possibilitou a regulamentação fundiária e melhorou a infraestrutura de armazenagem (DAN, 2010, p. 33). Outros dois importantes programas foram o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos às Agroindústrias do Norte e Nordeste (1971), sobre este programa e a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Dan (2010, p. 33 – 34) destaca:

Essas medidas e outras ações de programas como o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste, criado em 06-07-1971, estimularam o acesso a grandes áreas de terras devolutas e públicas a empresários nacionais e estrangeiros, em tamanhos muito superiores aos módulos fixados no Estatuto da Terra (1964). Esses programas foram apresentados como promoção da reforma agrária e política agrícola, pois pretenderam desmobilizar os movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária, e pôr fim nos conflitos transferindo trabalhadores rurais para áreas da Amazônia Legal.

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), criado em 1971, ficou responsável pela implantação dos projetos oficiais e particulares de colonização nas áreas que eram federalizadas e este órgão desenvolveu quatro modalidades de projetos de colonização, visando resolver os conflitos pela terra e regularizar áreas de posse. Essa era a forma “viável”, na concepção do governo federal, de se efetivar a reforma agrária, embora na realidade esses projetos não tinham essa finalidade, mostraram-se associados ao objetivo de expansão da fronteira econômica e basearam suas ações na concessão de incentivos fiscais e financeiros a grandes empreendimentos capitalistas (DAN, 2010, p.33-34).

Deve-se salientar que no ano de 1977, lei nº31 de 11 de outubro foi aprovado a divisão do estado do Mato Grosso, sendo dividido em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Embora esta divisão já estivesse sendo pensada há muito tempo, somente em 1977 ela realmente foi executada, deixando ao estado do Mato Grosso grandes dívidas e pouca arrecadação, porém, os governos conseguiram lidar com a situação dentro do Estado (SIQUEIRA, 2017, p. 212 – 213).

Siqueira (2017, p. 214 – 215) que no ano de 1979, época que o Estado de Mato de Grosso ainda se recuperava da divisão dos estados, e contava com um sério problema de infraestrutura inadequada para receber o contingente de migrantes que estavam por chegar, sendo necessário nomear uma comissão estudantil para solucionar o problema.

Com os problemas solucionados, foram contratadas colonizadoras públicas e privadas para atrair imigrantes e estabelecer novas cidades. Com este incentivo algumas cidades nasceram em torno de trinta novos municípios, enquanto outros antigos fortaleciam-se. O número de títulos de terras regulamentado pelo Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT) chegou a 38,262, dos quais 17.547 hectares e 7.424 lotes regularizados entre áreas rurais e urbanas. Ao chegarem em terras mato-grossenses os migrantes mais pobres eram conduzidos ao Centro de Triagem e Encaminhamento de imigrantes (CETREMI), cujos escritórios ficavam fixados em cidades (polos), sendo Cáceres uma delas, posteriormente conduzidos as áreas de colonização.

O contingente populacional que chegava não estava voltado ao centro urbano da cidade, mas sim aos núcleos de colonização que havia nas áreas consideradas rurais, essa questão também foi apontada por Mendes (2009 e 2010), anteriormente. Todavia, Cáceres era vista pelo governo como uma cidade “polo de desenvolvimento” e, desta forma, as melhorias também chegavam para a área urbana da cidade; sendo assim, o que estava acontecendo em Cáceres tornou-se reflexo das ações que estavam sendo realizadas em âmbito nacional, principalmente na Amazônia Legal, com o território de Mato Grosso estava inserido. Sobre a relação entre dos incentivos do governo Federal recebidos pelo estado de Mato Grosso e o crescente desenvolvimento de Cáceres, Dan (2010, p. 34 – 35) aponta:

Mato Grosso concentrou nas décadas de 1970 e 1980, o maior volume de recursos e de projetos empresariais destinados aos Estados da Amazônia Legal, abrindo a perspectiva para o grande capital investir, seja na implantação de projetos agropecuários, agroindustriais, seja via especulação no atrativo mercado de terras ou em projetos de colonização privada. (...) Cáceres, cidade tida como “centro” desses serviços e porto de saída desses produtos, e que além do extrativismo vegetal e da pecuária, passou também a dedicar-se à atividade agrícola. O estudo ainda aponta os elementos de investimentos considerados como “desenvolvimento” ocorrido em Cáceres, a partir “do desenvolvimento agrícola, da presença do Banco do Brasil, da melhoria portuária, dos escritórios de assistência e técnica rural e da criação da Escola Agrotécnica federal”, o que teriam projetado a cidade como um “pólo de produção do estado e do país” (DAN, 2010, p. 34-35).

### **3.2 Desenvolvimento da cidade de Cáceres entre 1980 a 2020**

A nova fase de desenvolvimento da cidade começa com grandes preocupações em relação à economia; devido à emancipação das novas cidades do território

cacerense, a arrecadação de dinheiro aos cofres público e a geração de emprego diminui bastante. O ano de 1980 começa com a cidade tendo como prefeito Ivo Cuiabano Scaff, que durante a sua posse afirmou que em sua administração seguiria duas linhas de ação:

- 1) Dar continuidade à ocupação produtiva da pré-Amazônia mato-grossense, da qual Cáceres faz parte com suas florestas tropicais úmidas de terra firme e com seus tributários da bacia do Amazonas; 2) ação relacionada com o dia a dia da comunidade, o que significa desburocratizar a administração municipal, influenciando e estimulando os órgãos estaduais e federais que atuam na área (MENDES, 2009, p.156).

Além do seu posicionamento para busca do progresso contando com os incentivos do governo, o prefeito conseguiu realizar importantes atos benéficos à cidade destacando o projeto “Massa-Barro” que construiu 47 casas populares para moradores de baixa renda. Neste projeto os próprios moradores auxiliavam na construção das casas; a comunidade junto aos colonos, também foi convocada para auxiliar em outras construções como pontes e estradas. Também se destaca o interesse dos órgãos públicos em preservar alguns prédios históricos existentes, aprovação do Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA), com a intenção de auxiliar o bairro Cavallhada, e a instituição do Campeonato Internacional de Pesca, com apoio da SUDEPE, do IBDF e da comunidade (MENDES, 2009, p.156 – 160).

Nascimento (2008, p. 27) destaca a criação do Centro Operacional de Cáceres (COC), que era responsável pelo desenvolvimento socioeconômico municipal e regional, a partir dele foram desenvolvidas estratégias de integração latino-americanas como a Zona de Processamento para Exportação – ZPE, a reativação da navegação pelo rio Paraguai. Nascimento também ressalta a mudança de lugar da prefeitura e de muitas secretárias para áreas distantes do centro urbano, maneira encontrada para direcionar o crescimento urbano, porém não surtiu muito efeito.

Um importante fato marca os anos de 1983 a 1985, pela primeira vez uma mulher ocupa o cargo de prefeita em Cáceres, a Sra. Ana Maria da Costa e Faria, nomeada pelo governador Dr. Júlio José de Campos. Em sua administração executou o projeto CURA, inaugurou o núcleo habitacional “São Luiz”, participou da solenidade de entrega das BR-070, BR-174 e BR-364 (MENDES, 2009 p.161 – 163). No ano de 1984, o rio Paraguai é utilizado novamente como uma forma de transporte alternativo

para o escoamento da safra agrícola e distribuição do Petróleo de Mato Grosso (MENDES, 2010, p. 20).

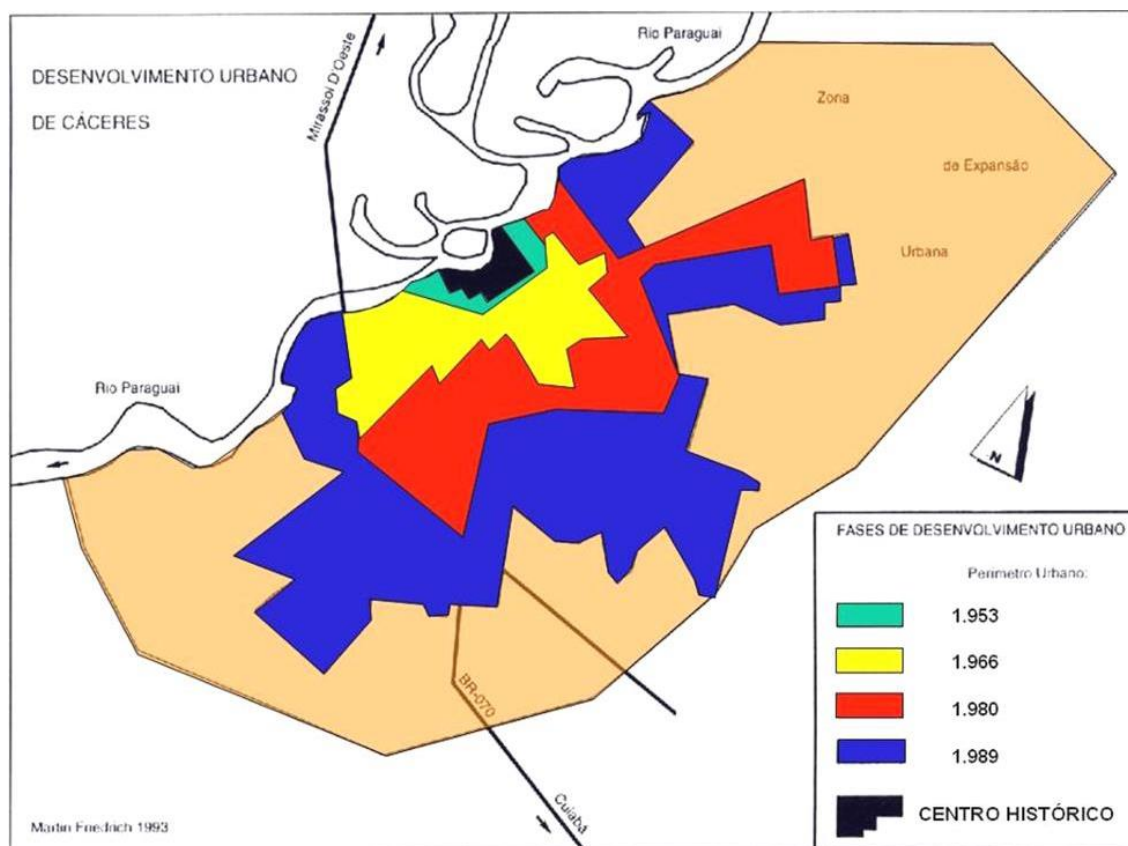
Após o ano de 1985, a ditadura militar é derrubada, com isso os prefeitos e as gestões municipais voltam a ser realizadas através do voto direto do povo.

Entre os anos de 1986 a 1988, destaca-se a implantação do projeto CURA II nos bairros Jardim São Luiz, Monte Verde e Vila Mariana. Construção de 25 casas populares no bairro Vila Nova e 15 casas no bairro Cidade Nova. Houve um convênio com CEMAT para ampliar a distribuição de rede elétrica na cidade. A construção das pontes sobre o córrego Quatá e Pesqueiro, cada uma medindo sete metros, a inauguração do SENAI Manoel Lopes Martins e do Instituto Médio Especializado de Cáceres (IMEC) (MENDES, 2009, p. 164 – 166).

No ano de 1988 é aprovada pela Assembleia Legislativa Nacional Constituinte a nova Constituição do Brasil, garantindo a democracia aos seus cidadãos. O Capítulo II da Constituição tem como tema a “Política Urbana”, cujos artigos 182 e 183 versam sobre o bem-estar e o direito à moradia dos habitantes. O art. 182 tem por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”, também estabelece a obrigação do Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes. No art. 183 fica estabelecido que aqueles que “possuírem como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural” (BRASIL, 1988).

A figura 24 mostra em um esquema de cores como o perímetro urbano se desenvolveu no período entre os anos de 1953 a 1989. Na imagem a delimitação denominada centro histórico refere-se a mancha urbana existente desde o período colonial, quando Cáceres ainda era Vila Maria do Paraguai, representado de verde aparece o crescimento urbano da cidade até o ano de 1953, ilustrando o que foi falado anteriormente que até o ano de 1960 o crescimento populacional não havia se desenvolvido e somente após 1960, com a construção da ponte sobre o rio Paraguai e os incentivos do Governo Federal, a cidade começa a se desenvolver.

**Figura 24.** Desenvolvimento Urbano de Cáceres entre 1956 a 1989.



Fonte: Martin Friedrich (1994). In: Mendes, (2009).

Durante as administrações entre os anos de 1989 a 2000 houve um grande empenho em implantar a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) o que alavancaria a industrialização na cidade, e foi aprovada pelo Decreto nº 99.043, de 6 de Março de 1990. Segundo Silva et al. (2014, p. 27) as ZPEs foram criadas no Brasil pelo Governo Federal e implantadas em macrorregiões que tinham grande potencial exportador, sua função seria a de alavancar a economia, não somente na cidade, mas em âmbito nacional, gerando emprego e renda.

A ZPE de Cáceres foi a terceira a ser aprovada no Brasil. Porém, os autores complementam que o projeto foi “engavetado” em 1994, retomado apenas 2008. Deve-se destacar a instituição do Plano Diretor da Cidade no ano de 1995 através da Lei municipal nº19 de 12/12/1995. Este documento é criado conforme o art.182 da Constituição Federal de 1988 e estabelece as normas legais básicas do município, o Código de Obras através da Lei n.º 137 de 14 de abril de 1961 e o Código de Posturas Municipais criado pela lei n.º 620, de 27 de dezembro de 1976, estabelecem o Código

Sanitário Municipal, fixa a Política de Desenvolvimento Urbano/Rural e também a expansão urbana e a Gestão Municipal (Cáceres, 1995).

Com a finalização do projeto Rondon o Campus avançado em Cáceres também é finalizado, e o Centro Universitário de Cáceres torna-se o Centro de Ensino Superior de Cáceres através da Lei Estadual nº5495 de 17/08/89. Foi inaugurado o conjunto habitacional Vitória Régia, e iniciam-se as obras do aeroporto internacional. No córrego do Sangradouro é construída uma galeria com 798 m de comprimento, feita em concreto armado tendo a seção de 3m por 5m, esta obra foi realizada em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Amazônia Legal. A Comarca de Cáceres é elevada à terceira Entrância, em conjunto é instalada a terceira e quarta Varas Cíveis (MENDES, 2009, p. 167 – 179)

Segundo Nascimento (2008, p.38) no ano de 1997 foi criada a Secretaria de Planejamento do Municipal – SEPLAN (Lei n.º 1.367 de 4 de fevereiro de 1997) e por meio dela foi aprovada a Lei n.º 1.411 de 8 de outubro, “que dispunha sobre a criação e delimitação dos bairros situados no perímetro urbano do Município de Cáceres, e dá outras providências”. Regularizando um total de 43 bairros em toda a cidade.

Ao analisar a população de Cáceres entre os anos de 1960 a 2000, Abutakka (2006, p. 91) aponta que em 1960 havia 27.726 habitantes e no ano de 1970 esse número quase quadruplica passando para 85.699 habitantes, porém com a emancipação de algumas cidades o número de habitantes em 1980 diminui para 59.067. A população cacerense começa a crescer novamente em 1991, passando a ter um total de 77.540 habitantes, chegando aos anos 2000 com 81.565.

Entre os anos de 1980 a 1990 algumas cidades se emancipam como Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Figueirópolis D'Oeste e Indiavaí, o mesmo ocorre entre os anos de 1990 a 2000, emancipando-se de Cáceres os seguintes núcleos urbanos, Glória D'Oeste (1991), Lambarí D'Oeste (1993) e Curvelândia (1998), deixando um déficit populacional, ainda assim o número de habitantes em 2000 é maior que em 1990; no entanto, é inferior aos anos de 1970. Com as emancipações, a cidade não perde apenas em números populacionais, mas perde em arrecadações ao cofre público, afetando, também, o Produto Interno Bruto Municipal. Abutakka (2006, p. 93 – 94) explica que grande parte deste inchaço populacional é decorrente dos programas de desenvolvimento das terras tanto do Oeste quanto da Amazônia, com o incentivo dos programas governamentais, principalmente, dos Planos Nacional

de Desenvolvimento I e II, a partir de 1970. Os migrantes que chegavam, vinham, principalmente, do Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil. Sobre o processo migratório o autor relata:

Primeiramente deve-se entender que as migrações não são fenômenos estritamente demográficos. Em perspectiva mais abrangente, as migrações constituem processo social. Elas não são o mero montante de somatório de decisões individuais. Não é um indivíduo isolado que migra, são milhares de pessoas, conjuntos sociais, com seus valores e normas, que se transferem do espaço rural para o urbano, de uma cidade para outra, de um estado para outro, de uma região para outra, ou mesmo, de um país para outro (...). Dois grupos de fatores atuam, em conjunto, na formação dos fluxos de migrantes: 1) a baixa qualidade de vida no local de origem e, 2) um melhor nível de vida no local de destino. Os determinantes da migração são usualmente descritos a partir desses dois grupos. Esses são respectivamente conhecidos como: fatores “push” que significa ser empurrado ou impelido; e “pull” que significa ser puxado ou atraído. (BUTAKKA, 2006, p. 93-94).

O êxodo rural é um fator que deve ser observado ao analisar os números populacionais de Cáceres ao longo dos anos. Até o ano de 1970, 80% da população estavam na zona rural; após 1980, o número de pessoas na zona rural diminuiu para 51%, chegando aos anos 2000 com apenas 22,60% da população estando na zona rural (BUTAKKA, 2006, p.123 – 124).

No período de 2000 a 2008 destacam-se bastantes projetos de construções de casas populares em parceria com o Estado (45 casas) e com a defesa civil, sendo posteriormente entregue mais 350 casas, regularização de terrenos em áreas ocupadas (MENDES, 2009 p184-186). Durante os anos 2000 a 2005 o crescimento populacional de Cáceres se torna significativo. As obras e construções citadas anteriormente, entre os anos de 1970 a 2008, não se restringem somente as construções de habitações de interesse social, construções de estradas e pontes, infraestrutura urbana e mobiliária urbana, mas também muito foi realizado em relação à educação construindo escolas urbanas e nas zonas rurais e também foram construídos hospitais.

A busca por melhores condições na cidade e em sua área rural foi constante. Pontos importantes que podem ser destacados é que, durante anos, muitos foram os incentivos para se voltar a utilizar o rio Paraguai como meio de transporte fluvial de grãos, bem como a implantação da ZPE e a construção do aeroporto. Tais elementos demonstram as tentativas de industrialização da cidade para melhoria para sua economia, tornando-a mais atrativa para a implantação de empresas e indústrias. No ano de 2001, foi aprovado a Lei Nacional nº10.257 de 10 de julho de 2001, ou a lei

Estatuto da Cidade que normatiza os arts. 182 e 183 da Constituição Federal definem as diretrizes gerais da política urbana entre outras providências, instituindo, também, a sustentabilidade e o cuidado ao meio ambiente de forma equilibrada (BRASIL, 2001).

De modo a atender o Estatuto da Cidade, Cáceres aprova a Lei Complementar Municipal nº90 de 29 de dezembro de 2010, que atualiza o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Cáceres “nos termos do artigo 182 da Constituição Federal de 1988, do capítulo III da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade - e do Título IV, Capítulo V da Lei Orgânica do Município de Cáceres” (CÁCERES, 2010, p. 1). Buscando compreender o avanço da população, a Monografia Municipal de Cáceres (2017) elaborada pelo IBGE, aponta que a área municipal abrange 24.577,15 km² no ano de 2015, para uma população estimada para o ano de 2016 de 90.881 pessoas, resultando em uma densidade demográfica de 3,70 habitantes/km², e crescimento geométrico populacional de 0,24% (IBGE, 2017 p.6,10).

Somente 40 anos depois, a cidade começa a possuir um índice populacional maior que 1970 (85.783 habitantes) com densidade demográfica de 2,12 habitantes/km², tendo em consideração que no ano de 1970 Cáceres possuía um território de 40,376 km² de extensão, e grande parte desta população residiam em núcleos rurais, diferente da população de 2016 (IBGE 1970, p. 1). Ao descrever outros aspectos relativos à cidade, a Monografia de Cáceres, aponta que 39,40% da população em 2015 vivia com até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e 15,55% da população estava vivendo com até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo.

Quanto ao saneamento básico, à cidade possuía 94,20% de cobertura de água tratada e 99,23% da cidade recebia esgoto sanitário e 93,38% da cidade recebe tratamento de resíduos sólidos. A energia elétrica 85,9% da rede urbana possui energia (IBGE, 2017, p. 21).

O IBGE também levantou dados sobre os incentivos relacionados à implantação de empreendimentos e destacou a Isenção de IPTU e Doação de Terrenos, beneficiados os empreendimentos Industrial, Comercial, Serviços e Turismo, Esporte e Lazer. Como instrumentos de gestão destacaram a Agenda 21, Cadastro Imobiliário, Lei Zoneamento/Uso e Ocupação, Plano Diretor e Planta Genérica de Valores. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Cáceres ocupa o 35º lugar com 0,708 sendo Cuiabá em primeiro lugar com

0,785. Em relação ao Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita) Cáceres ocupa o (95º) lugar no estado do Mato Grosso com PIB de 15.777, estando Campos de Júlio em primeiro lugar com PIB de 158.964 (IBGE, 2017).

De modo a melhor compreender a relação do uso do Plano diretor da cidade de Cáceres e das obras aprovadas na câmara municipal, foi realizada uma análise tendo como base o site da Transparência disponível no site da prefeitura Municipal de Cáceres durante os anos de 2016 a 2020, ao comparar as obras aprovadas com o Plano Diretor revisado em 2010, constatam que “o site aponta 77 obras executadas ou em execução aprovadas pela prefeitura, no entanto, a obra de nº47 aparece repetida, totalizando apenas (76)”, das obras aprovadas 16 estavam voltadas para a infraestrutura da cidade, melhorias em pavimentação, iluminação pública.

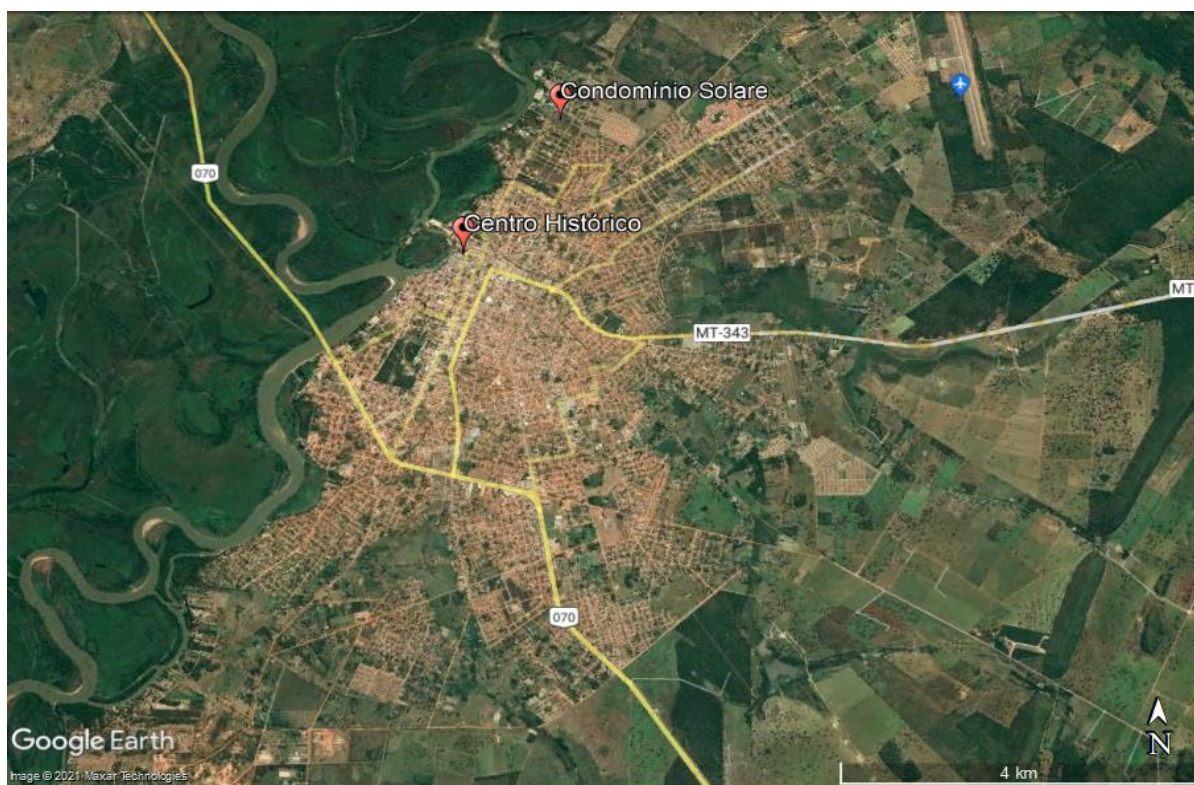
Desta forma pode-se observar que grande parte das obras estava voltada para a melhoria na cidade, contudo, não apontou nenhum indício de obras que pudessem incentivar a chegada de novos moradores. Dentro deste recorte de 04 anos pode-se destacar a criação de alguns empreendimentos imobiliários que acabaram dando evidências à cidade, como a construção do loteamento Brisas do Pantanal 1 e 2, e o primeiro condomínio fechado, inaugurado em 2017 - o condomínio Solare -, localizado no bairro Santa Rosa, possuindo 88 lotes com dimensões entre 360 a 652,18 m² de área, sendo a área total do condomínio 49.583,81 m².

No site do condomínio Solare, fica destacado que ele é o primeiro condomínio fechado, e ao pesquisar na aba “O Condomínio”, na opção “sobre”, o texto que aparece traz a palavra “segurança” destacada; como a palavra está inserida deixa subentendido que a segurança está relacionada ao “sonho de construir a casa própria”, mas no segundo parágrafo do texto ao relatar sobre os mecanismos de proteção percebe-se que a palavra “segurança” também pode ser entendida como “lugar seguro para morar”, com duplo sentido, a palavra segurança pode ser empregada como “segurança ao comprar um lote e construir” como também “segurança dos residentes contra roubos e assaltos”:

Pensando na segurança que toda família busca ao iniciar o sonho de construir o imóvel, o casal Adriane N. Cintra e Luciano Castelo Moraes decidiram realizar o projeto do primeiro condomínio fechado de Cáceres, o Condomínio Solare. Situado em área nobre e reservada, o condomínio possui estrutura e características de alto padrão de qualidade. Para garantir a segurança dos moradores o empreendimento conta com portaria 24 hrs, câmeras de segurança e muros de 2,50 metros de altura com cerca elétrica (CONDOMÍNIO SOLARE, 2021).

O site do condomínio prioriza quatro palavras fundamentais “Segurança, Conforto, Lazer e Privacidade”, sendo um condomínio voltado para casas de alto padrão construtivo. Destaca-se, também, um texto na aba “Blog” com o seguinte título, “Por que investir em Cáceres?”. A resposta diz que o alto potencial turístico da cidade vem sendo construído desde a sua fundação, destacando as fazendas históricas (Jacobina e Descalvados). Os sítios arqueológicos as usinas, museu e o centro histórico, finalizando com o texto falando sobre o Festival Internacional de Pesca, que acontece todos os anos e atrai pessoas de todas as cidades do mundo. As figuras 25, 26, 27 e 28 mostram a implantação e Localização do condomínio.

**Figura 25.** Localização do Condomínio Solare em relação ao Centro Histórico.



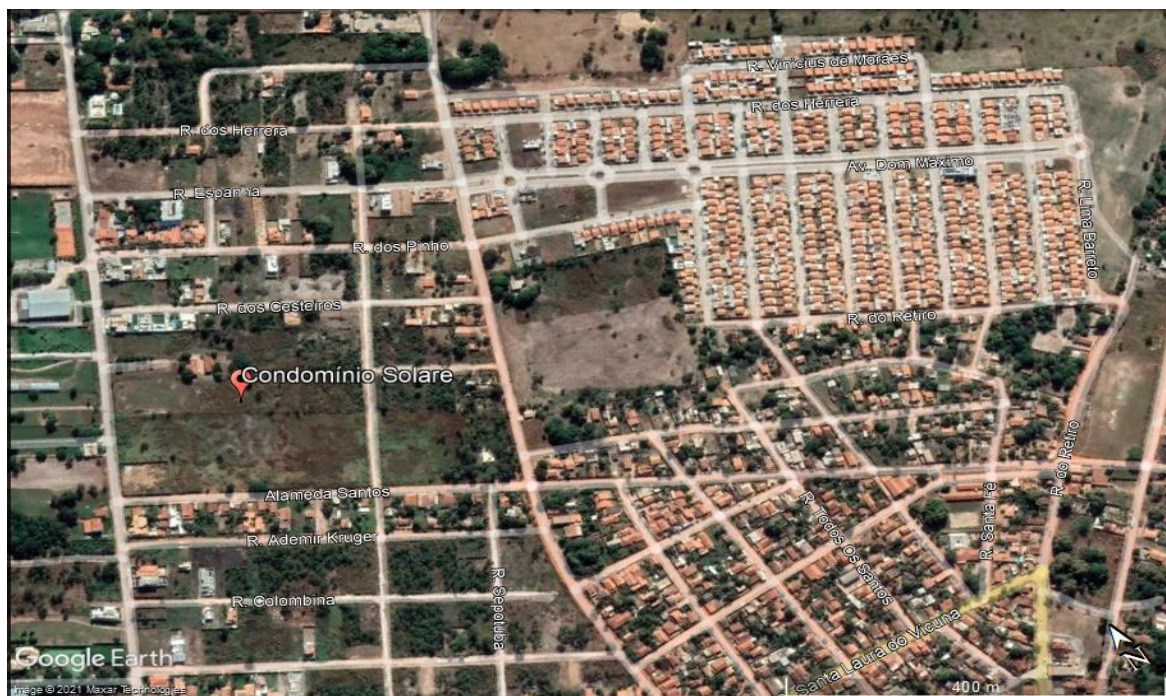
Fonte: Google Earth, 2021

**Figura 26.** Vista aérea do condomínio Solare.



Fonte: Condomínio Solare, 2021.

**Figura 27.** Localização e entorno do condomínio Solare.



Fonte: Google Earth, 2021.

**Figura 28.** Implantação do Condomínio Solare.



Fonte: Condomínio Solare, 2021.

Durante a gestão do prefeito Francis Maris Cruz (PMDB), que ocupou o cargo durante os anos de 2013 a 2020, no ano de 2019 em parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), a prefeitura aprovou o Programa de Regularização Fundiária (REURB), no dia 22 de maio de 2019. Segundo site da prefeitura, o REURB pretende “viabilizar os títulos de propriedade para as famílias, e por consequência, uma moradia digna; além de fomentar o crescimento urbano ordenado, a melhoria da infraestrutura”. Este programa foi elaborado a partir da Lei Federal 13.465, de 11 de julho de 2017, que possibilitou que as ocupações consideradas ordenadas e desordenadas, irregulares, clandestinas assim como condomínios, loteamentos e incorporações ilegais localizadas em núcleos urbanos informais com uso e características urbanas, fossem legalizadas (CÁCERES, 2021).

Segundo o site da prefeitura, o programa permite que o imóvel tenha segurança jurídica, possibilitando ao dono do terreno conseguir financiamentos para a melhora do imóvel, e também permite a obtenção de serviços públicos da cidade. Existem duas modalidades do programa o REURB–S, em que o requerente não tem custos e o

REURB-E em que o requerente tem que custear o processo. Para o requerente se enquadrar no REURB-S, a sua renda familiar não deve ser superior a três salários-mínimos, não ter vínculo com nenhum outro programa de regularização fundiária e não ter nenhum imóvel registrado em sua posse. O primeiro ciclo do programa está beneficiando os seguintes bairros: Centro, Distrito Industrial, Garces, Jardim das Oliveiras, Jardim Imperial, Jardim Paraíso, Jardim São Luiz da Ponte, Rodeio, Santa Cruz São Miguel e Vila Mariana. Para conseguir a regularização é necessário que a população tenha o incentivo de procurar a prefeitura (CÁCERES, 2021).

Na reportagem redigida por Lygia Lima ao site Cáceres Notícias, a autora destaca que o programa REURB conta com o auxílio da Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual (FAESPE). O programa presume emitir 5 mil títulos de posse. O programa possui como representantes a secretária Municipal de Fazenda e Planejamento de Cáceres, Nelci Eliete Longhi e os professores da UNEMAT, Weily Machado Toro e Robson Gomes de Melo (LIMA, 2019).

Dois importantes investimentos para cidade de Cáceres no ano de 2020 foram a abertura do Porto de Cáceres e a retomada da Zona de Processamento de Exportação, que segundo o deputado estadual Mauro Mendes, segundo o site Cáceres Notícia, tem se empenhado em tornar esses sonhos (realidades) aos cidadãos cacerenses. A abertura do porto favorecerá o escoamento de grande parte dos produtos, principalmente grãos, produzidos na ZPE e também na região Oeste e Sudoeste do estado de Mato Grosso. Segundo César Miranda, secretário de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), os benefícios do porto e da ZPE não vão ser somente para a cidade de Cáceres, mas sim, para toda a região oeste de Mato Grosso, possibilitando a abertura de novas indústrias e geração de empregos, se tornando uma nova fase para a região (CÁCERES NOTÍCIAS, 2021).

Ao analisar os acontecimentos históricos que marcaram a cidade de Cáceres entre os de 1960 a 2020, nota-se que o principal período de crescimento da cidade foi após os anos de 1960 até 1990, ocasionado pelos programas de incentivo do Governo Federal em colonizar as áreas “vazias” do Oeste, incentivando a chegada de migrantes através de terras baratas; este processo também contava com o auxílio de colonizadoras. Porém, em meio a este processo, percebe-se que os aglomerados de migrantes não estavam focados na cidade de Cáceres, mas sim em seus núcleos colonizados e conforme esses núcleos iam se emancipando do território não somente

o número populacional diminuía, mas também a arrecadação de impostos diminuía, causando grandes prejuízos ao cofre público.

Em sincronia com estes acontecimentos ocorre na malha urbana o êxodo rural impulsionado pelos grandes agropecuaristas que impulsionavam os pequenos produtores rurais a venderem suas terras e se mudarem para o centro urbano, os quais se alocavam em terrenos inapropriados próximos aos córregos, gerando loteamentos clandestinos, indo na contramão a uma malha urbana regular.

Quanto ao desenvolvimento da malha urbana, segundo os autores que estudaram o fenômeno do desenvolvimento da cidade de Cáceres, concluem que até o ano de 1960 a cidade teve sua malha acompanhando o desenho original português, no entanto, após 1960 não houve um cuidado quanto este tema e principalmente a cidade não tinha um preparo para receber o grande contingente de migrantes, o que acabou gerando uma malha totalmente difusa, com muitos vazios urbanos e sem direcionamento. O que restou ao poder público da cidade criar uma diretriz de regularização das glebas urbanas clandestinas, como vem sendo realizado pelo programa REURB.

## **CAPÍTULO IV - ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DO TRAÇADO URBANO DE CÁCERES-MT DE 1778 A 2020.**

Lewis Mumford (2008), ao falar sobre a cidade na história levanta alguns questionamentos sobre a importância de conhecer os primórdios da formação das cidades, afirmando que sem estes precedentes torna-se complexo construir o futuro de uma cidade.

O que é a cidade? Como foi que começou a existir? Que processos promove? Que funções desempenha? Que finalidade preenche? Não há definição que se aplique sozinha a todas as suas manifestações, desde o núcleo social embrionário até as complexas formas da sua maturidade e a desintegração corporal da sua velhice. As origens da cidade são obscuras, enterradas ou irrecuperavelmente apagadas uma grande parte de seu passado, e são difíceis de pesar suas perspectivas futuras.  
(...) Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que ainda podem ser invocadas (MUMFORD, 2008, p. 1).

Assim, como salienta Mumford, para analisar o desenvolvimento urbano da cidade de Cáceres-MT busca-se compreender sua formação inicial, desde Vila Maria do Paraguai, e salientando as circunstâncias que fizeram o quarto governador da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a estabelecer uma vila nestas terras.

Durante os capítulos II e III, foi analisado a história da formação da cidade, dando subsídio para compreender o desenvolvimento de sua malha urbana durante os anos, buscando identificar os formadores deste espaço. Neste capítulo o crescimento da cidade será analisado por mapas e imagens de satélite para compreender como esta evolução foi ocorrendo, para onde a cidade foi crescendo, e assim apontando os seus vetores.

Por meio do capítulo II e III, nota-se que a história de cidade de Cáceres é dividida em 4 fases, a primeira de 1778 a 1859, a segunda fase de 1860 a 1950/60, a terceira fase de 1960 a 1979 e a quarta fase de 1980 a 2020, porém ao estudar o crescimento da cidade, com ênfase em sua malha urbana, pode-se reorganizar a divisão histórica da cidade em 3 fases sendo a primeira fase de 1778 a 1960, a segunda fase de 1960 a 1990 e a terceira fase de 1991 a 2020.

A primeira fase delimitada da fundação da vila até o ano de 1960 possui este recorte temporal, pois segundo os autores estudados durante o capítulo II ditam que

a malha urbana de Cáceres não possui um crescimento significativo, pois a maior parte de sua população é caracterizada como rural e não urbana, no entanto, é somente a partir de 1960 com os incentivos de colonização do estado de Mato Grosso que a cidade vai receber um número grande de migrantes, por esta razão inicia-se a segunda fase de 1960 a 1990 quando a cidade passa a receber os migrantes enquanto os núcleos colonizadores começam a se emancipar do território de Cáceres tornando cidades independentes, este fenômeno ocorre até 1990, e após esta fase a cidade deixa de receber os migrantes e seu crescimento diminui, ou seja, a terceira fase de 1991 a 2020 é caracterizada por um novo ciclo de urbanização, onde os novos moradores podem ser caracterizados como migrantes de cidade vizinhas ou de outras cidades que buscam melhores condições de vida e de pessoas que nasceram e cresceram na cidade.

Até o ano de 1970 serão utilizados mapas retirados do trabalho de outros autores ou de cartilhas do IBGE. A partir dos anos de 1970 para a elaboração dos mapas foram utilizadas imagens de satélites fornecidos pelo site americano Earth Explorer. A área escolhida para gerar as imagens, foi feita através do próprio site a partir da aproximação da área escolhida, o site gerou um polígono com quatro pontos de coordenadas:

1. Lat: 15° 57' 16"S; Long: 057° 20' 35"W
2. Lat: 15° 57' 16"S; Long: 057° 57' 45"W
3. Lat: 16° 26' 02"S; Long: 057° 57' 45"W
4. Lat: 16° 26' 02"S; Long: 057° 20' 35"W

Definido as coordenadas geográficas, optou-se por usar o satélite Landsat por conter imagens desde 1972. Para melhor compreensão dos vetores de crescimento da mancha urbana, foi definido um recorte temporal de 5 anos, as imagens escolhidas também tiveram como critério a quantidade de nuvens, selecionadas aquelas que não houvesse presença de nuvens. As bandas espectrais das imagens escolhidas foram tratadas pelo programa Qgis 3.16. Todas as imagens usam DATUM Sirgas 2000 e projeção cartográfica Universal Transversa de Mercator (UTM) fuso 21S. A tabela 2 mostra o satélite usado, as datas das imagens e as bandas espectrais usadas.

**Tabela 2.** Satélites utilizados para gerar as imagens de 1975 a 1990.

| Figura | Satélite    | Dia / Mês / Ano | Bandas Espectrais |
|--------|-------------|-----------------|-------------------|
| 08     | Landsat 1-5 | 20/07/1975      | B5                |
| 09     | Landsat 4-5 | 14/10/1985      | B7/B2/B3          |
| 10     | Landsat 4-5 | 08/07/1990      | B7/B2/B3          |

A análise da terceira fase do crescimento da mancha urbana de Cáceres entre os anos de 1991 a 2020 busca compreender os vetores de crescimento da cidade após os incentivos de colonização. Para a elaboração das imagens foram utilizadas imagens de satélite fornecidas pelo site Earth Explorer, seguindo os mesmos pontos e coordenadas geográficas dos anos 1775 a 1990, com exceção da última imagem que foi fornecida pelo site do INPE, utilizando o satélite CBERS 4A, por apresentar uma maior resolução que o Landsat. A tabela 2 mostra as datas e os satélites que geraram as imagens.

**Tabela 3.** Satélite utilizados para gerar as imagens de 1995 A 2020.

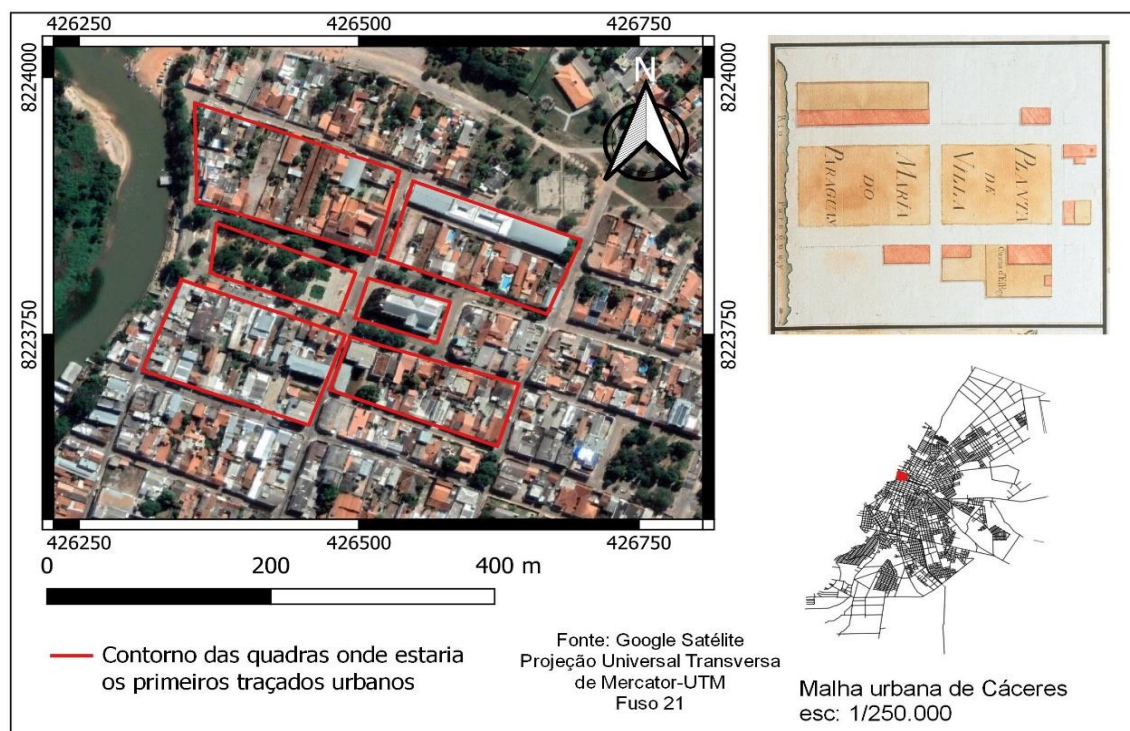
| Figura | Satélite    | Dia / Mês / Ano | Bandas Espectrais |
|--------|-------------|-----------------|-------------------|
| 11     | Landsat 4-5 | 07/08/1995      | B7/B2/B3          |
| 12     | Landsat 4-5 | 05/09/2000      | B7/B2/B3          |
| 13     | Landsat 4-5 | 12/10/2005      | B7/B2/B3          |
| 14     | Landsat 4-5 | 26/04/2010      | B7/B2/B3          |
| 15     | Landsat 8   | 26/08/2015      | B5/B6/B4          |
| 16     | CBS 4A      | 10/06/2020      | B4/B3/B2          |

#### 4.1 Primeira fase do crescimento urbano de Cáceres: de 1778 a 1960

Ao analisar os fatos históricos que compõe a primeira malha urbana da cidade, sabe-se que este primeiro modelo tem como base as diretrizes de construção de uma vila portuguesa e se restringia ao largo da igreja circundado por duas ruas e três travessas. A figura 29 aponta em vermelho onde foi o início da malha urbana da cidade de Cáceres. Hoje ela está localizada no centro da cidade e o seu entorno foi tombado pelo Patrimônio Histórico (IPHAN), as figuras 30 e 31 mostram o entorno da cidade

em 2020 dando ênfase para alguns prédios históricos. A pequena Igrejinha de São Luís de França da época da colonização, já não existe mais dando espaço a grande Igreja Matriz de São Luiz de França em estilo neogótico (figura 32), construída no início dos anos 60, e em sua frente está localizado o marco do Jaurú.

**Figura 29.** Delimitação do primeiro traçado urbano de Vila Maria do Paraguai.



Fonte: Imagens do Google Satélite, com modificações do autor, 2021.

**Figura 30.** Construções no entorno da praça Barão do Rio Branco 1.



Fonte: Autor, 2021.

**Figura 31.** Construções no entorno da praça Barão do Rio Branco 2.



Fonte: Autor, 2021.

**Figura 32.** Igreja da Matriz e marco do Jaurú.



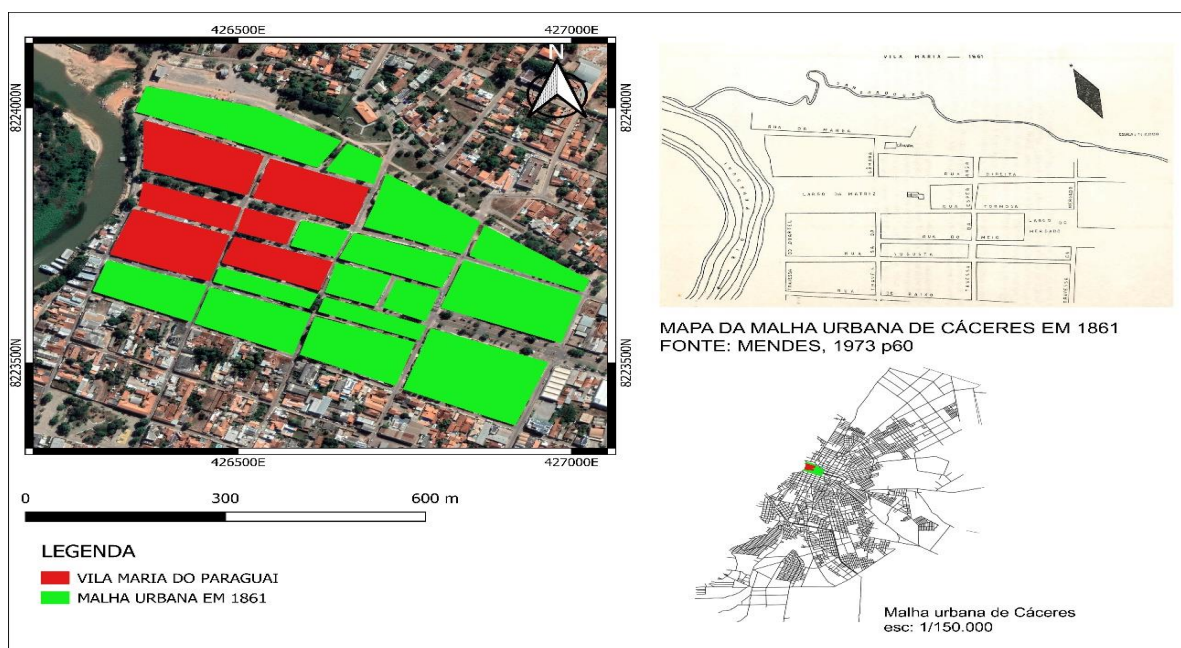
Fonte: Autor, 2021.

Antes da fundação da vila já havia uma freguesia naquele lugar, um pequeno povoado constituído de militares e índios, o rio Paraguai era uma peça chave dentro daquele núcleo, pois era através dele que a vida fluía. Aos olhos de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o quarto governador da capitania de Mato grosso, a posição geográfica que a freguesia se encontrava tornava aquele ponto estratégico para a formação de uma vila, assim podendo vistoriar o ouro que saía de Vila Bela da Santíssima Trindade como também proteção contra os invasores espanhóis, ali se constituía uma vila de proteção militar.

Nota-se que nesta fase começam a se formar os principais vetores que dariam vida a Vila Maria do Paraguai e assim iniciando a malha urbana de Cáceres. Um dos principais vetores seria o rio Paraguai, pois sem sua presença o desenvolvimento de uma vila tornaria inviável e a partir dele a vila foi sendo desenhada. O pequeno núcleo já existente próximo ao rio fazia com aquele ponto se tornasse fundamental descartando as grandes fazendas já existentes, como a fazenda Jacobina. O segundo vetor e principal motivo da construção da vila seria a proteção do território pela margem direita do rio impedindo ataques espanhóis. Sendo assim, os primeiros vetores que dariam início a vila podem-se afirmar que foram o rio Paraguai e a necessidade de proteção do território.

O segundo mapa, que ilustra o traçado urbano da cidade, é datado de 1861 (figura 33); neste mapa nota-se que a cidade se desenvolveu a partir do seu centro, seguindo o mesmo traçado regular inicial. Deve-se recordar, que em 1859 a Vila Maria do Paraguai passa a se tornar oficialmente uma vila. Na figura é realizada uma comparação da evolução urbana entre os anos 1778 a 1861. A partir de imagens do Google Satélite (2021) foram redesenhadas as quadras que aparecem no Mapa de 1861, em vermelho é representado o primeiro mapa de 1778 e em verde as quadras e ruas que foram se desenvolvendo durante os anos.

**Figura 33.** Evolução da malha urbana de 1778 a 1861.

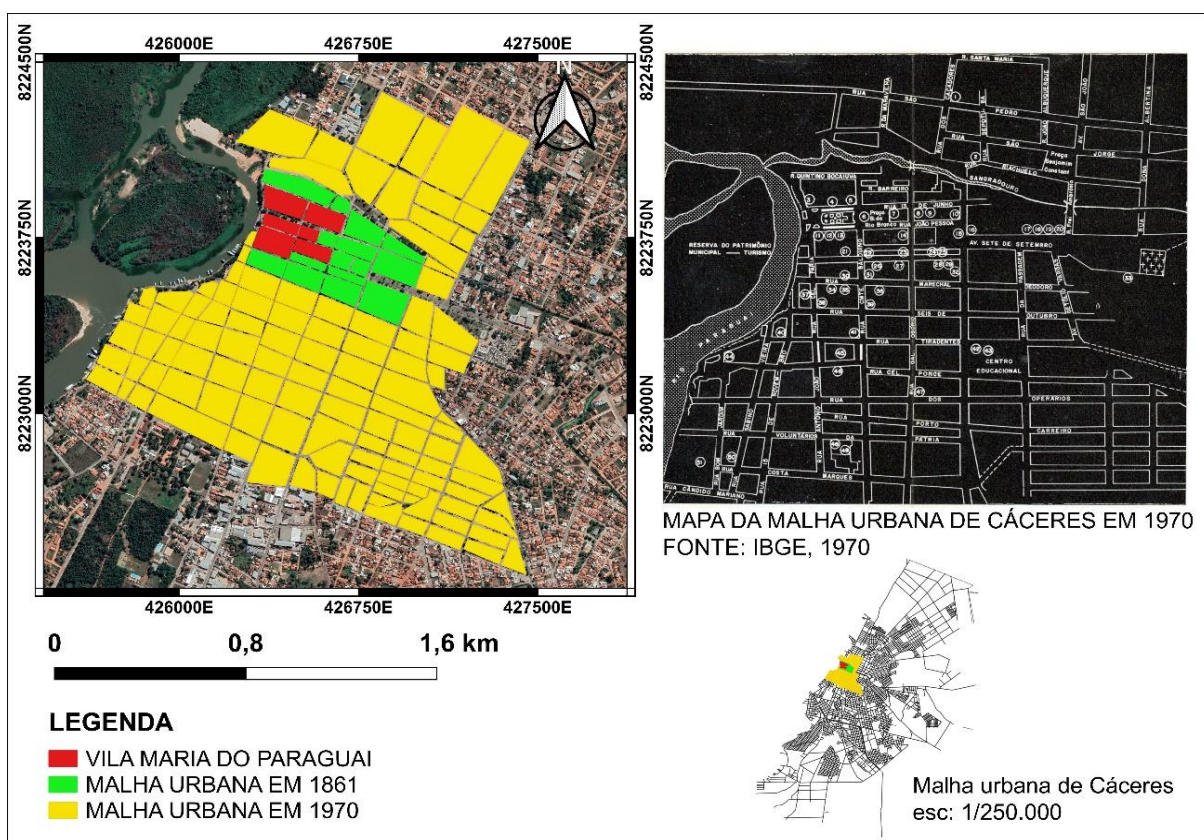


Fonte: Imagens do Google Satélite (2021); Mendes (2009).

O terceiro mapa coloca fim no primeiro ciclo, datado de 1970 com uma evolução maior que de 1861, sua malha ainda conseguia acompanhar o modelo urbano português. Nota-se no Mapa de 1970 que a cidade vinha acompanhando o rio Paraguai e se desenvolvendo ao longo dele. Segundo a monografia do IBGE de 1970 a cidade possuía 10 avenidas e 52 ruas sendo 10 pavimentadas e duas arborizadas, entre os mobiliários urbanos contava com 15 praias, 11 praças, dois jardins e 1 parque. A cidade neste período já possuía rede elétrica, iluminação pública e abastecimento de água que vinha do rio Paraguai. Nem todas as ruas eram iluminadas assim como nem todas as casas tinham acesso ao abastecimento de água (IBGE, 1970, p. 15).

O censo demográfico de 1970 cadastrou 17.096 residências, sendo que deste número 12.237 estariam localizados na zona rural e 2.054 estariam abandonados, ou seja, do número total de residências apenas 4.859 estariam na zona urbana, porém somente 2.805 teriam famílias morando (IBGE, 1970, p. 16).

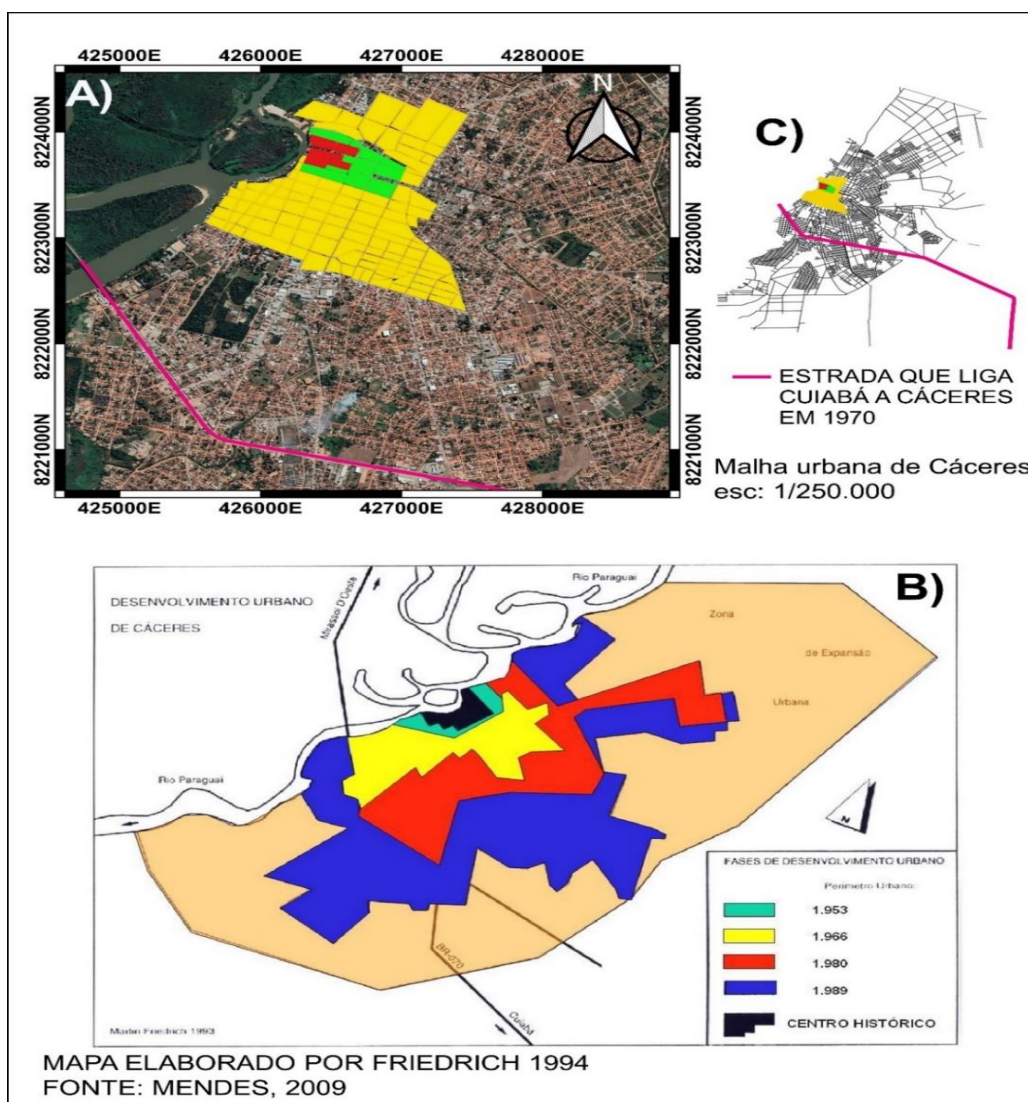
**Figura 34.** Evolução da malha urbana de 1778 a 1970.



Fonte: Imagem do Google Satélite (2021) com modificações do autor; IBGE, 1970.

Ao analisar o mapa de 1970 percebe-se a existência de um acentuado crescimento urbano em direção ao sul da cidade, mesma direção onde mais tarde seria implantada a BR 070, ou a estrada existente na época que ligava Cáceres à Cuiabá. Porém, ao comparar a figura 34 com a figura 24 “Desenvolvimento Urbano de Cáceres entre 1956 a 1989” (capítulo III), pode-se perceber que Martin Friedrich (1994) ao ilustrar o crescimento urbano até os anos de 1966, representado na cor amarelo, ilustra a mancha urbana chegando até a estrada que liga Cáceres a Cuiabá (BR 070), desta forma, estas figuras deixam subentendido que um dos grandes influenciadores do crescimento urbano nessa direção pode ser considerado a estrada. A figura 35 mostra a comparação da mancha urbana entre os dois mapas, o elaborado por Friedrich (1994), onde identifica a malha urbana de 1966 com amarelo, e o mapa elaborado com a imagem do Google Satélite (2021) a partir do mapa descrito no IBGE (1970).

**Figura 35.** Comparação entre os mapas.



Legenda: A) mapa elaborado com imagens do Google Satélite (2021) a partir do mapa do IBGE (1970); B) Mapa elaborado por Martin Friedrich em 1994 destacando em amarelo o crescimento urbano até 1966; C) Mapa localizando o crescimento urbano de 1970 segundo o IBGE (1970) e a estrada que liga Cáceres a Cuiabá em 1970. Fonte: Google Satélite (2021); FRIEDRICH, Martin 1994; in: MENDES, 2009 p.200.

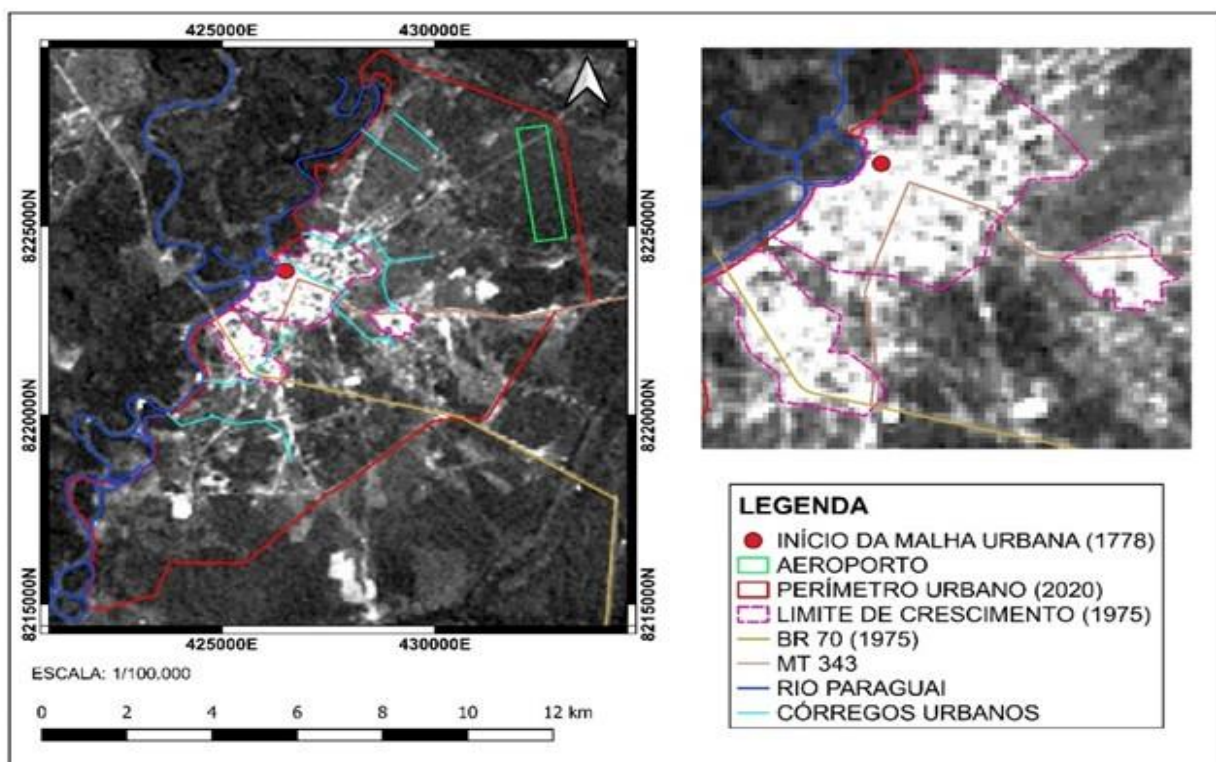
Pesquisando a história que se passa dentro da cidade de Cáceres com a intenção de apontar os vetores a partir de 1861 a 1970, alguns pontos podem ser salientados, o primeiro seria a construção da Câmara Municipal oficializando o título de vila, momento em que se tem um olhar cuidadoso à cidade buscando melhorá-la. O segundo ponto seria a abertura da navegação pelo rio Paraguai em 1870, a qual permitiria a comunicação da cidade com outros centros importantes, e também acaba

atraindo pessoas para dentro da cidade. O terceiro seria os incentivos do governo em busca de urbanizar as terras consideradas “vazias” a partir de 1950, e o quarto ponto seria a construção da ponte sobre o rio Paraguai e as melhorias das estradas que ligam Cáceres a Barra do Bugres, Cáceres a Cuiabá, a estrada que liga Cáceres ao estado de Rondônia e a estrada que liga Cáceres a Bolívia.

#### 4.2 Segunda fase do crescimento urbano de Cáceres: de 1961 a 1990

A figura 36, datada de 20 de julho de 1975, inicia a análise da segunda fase dos vetores de crescimento urbano, momento em que a cidade de Cáceres começava a receber grande quantidade de migrantes e também incentivos do governo para o seu desenvolvimento. Três importantes elementos são destacados nas imagens, para melhor compreender se eles teriam também influenciado em seu crescimento urbano, podendo destacar o rio Paraguai, os córregos dentro do perímetro urbano e as estradas BR 070, MT343 e as vias de acesso que ligam a cidade e a área rural.

**Figura 36.** Mancha urbana de Cáceres em 1970.



Fonte: Imagens de satélite do site Earth Explorer adaptado pelo autor, 2021.

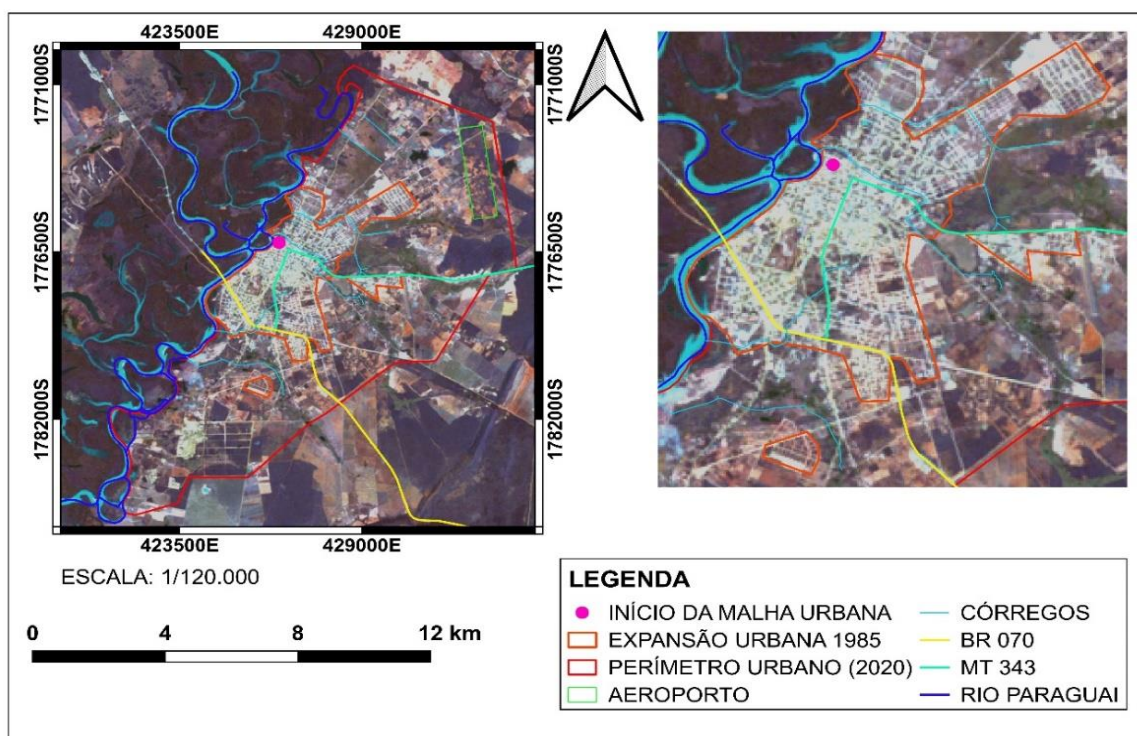
Durante o processo de interpolação das bandas multiespectrais do Landsat 1 – 5 as imagens geradas não eram nítidas o suficiente ou não destacavam a área urbana com clareza, porém a Banda 5 deu um destaque maior para as áreas desmatadas ou onde haveria uma concentração maior de residências, por esta razão optou-se em usar apenas esta banda espectral. Nota-se que a imagem é produzida a partir de tons de cinza, tendo como extremos a cor branca e a cor preta, podendo considerar as áreas brancas como sendo as que não existem vegetações e as áreas pretas como sendo áreas 100% vegetadas ou presença de umidade, como rios, lagos e córregos.

Ao comparar a figura 36 com as figuras anteriores e com a imagem de satélite do Google Earth de 2021, foi possível destacar as manchas urbanas. Desta comparação ficaram perceptíveis três núcleos urbanos surgindo separadamente, o maior núcleo existente segue o sentido de crescimento da malha inicial, o segundo núcleo surge próximo à estrada que liga Cáceres a Cuiabá (BR 070), estes dois núcleos estão bem próximos um do outro, sendo separados por uma pequena mancha de vegetação, o terceiro núcleo se distancia bastante dos outros dois, porém nota-se que ele envolve a estrada que liga Cáceres a Barra do Bugres. Também podem ser observados alguns caminhos na imagem ou estradas existentes, representadas como linhas esbranquiçadas e ao observar a direção dessas estradas nota-se que as extremidades da mancha urbana seguem este sentido, sendo o maior crescimento no entorno da futura BR 070.

Segundo Nascimento (2008, p. 22) esclarece que neste ponto da cidade, sudoeste do centro próximo a BR070, foi implantado o “66º Batalhão de Infantaria, Motorizada”, e também foram construídas casas para os militares próximo ao batalhão. Pode-se dizer que a construção do batalhão pode ter impulsionado o crescimento para esta área.

A segunda figura gerada a partir das imagens de satélite datam de 14 de outubro de 1985 (figura 37), as imagens disponíveis entre os anos de 1975 a 1985 apresentavam abundância de nuvens impossibilitando de fazer a análise da mancha urbana. A partir desta data já foi possível criar uma interpolação de bandas espectrais gerando uma imagem de cores naturais.

**Figura 37.** Crescimento da mancha urbana em 1985.

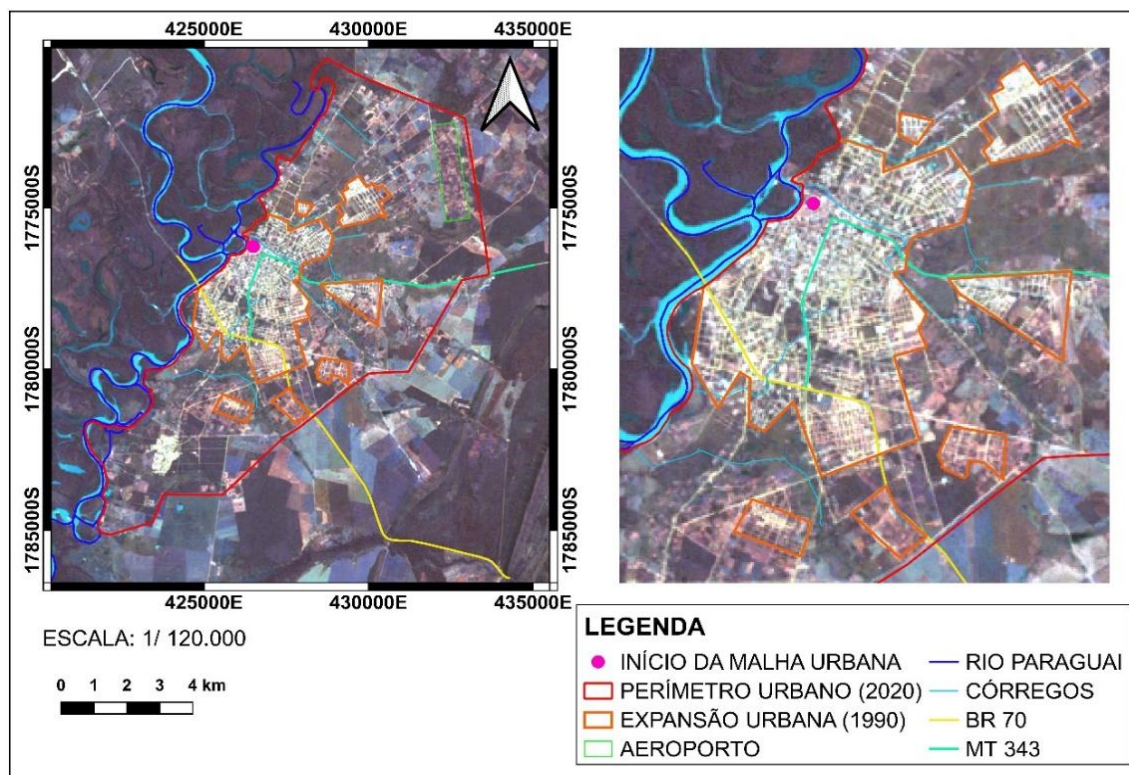


Fonte: Imagens de satélite do site Earth Explorer adaptado pelo autor, 2021.

Ao observar o crescimento urbano destacado na figura 37 percebe-se que durante 10 anos (1975-1985), a cidade teve um grande crescimento urbano e começou a crescer ao longo da BR 070, nota-se também uma pequena mancha urbana depois da BR 070. Ao observar o crescimento da cidade em direção Norte, percebe-se que o núcleo habitacional existente nos anos de 1970 próximo a estrada que liga Cáceres a Barra do Bugres (MT 343), teve um crescimento, mas não chegou a encontrar a parte central. Outro fenômeno que pode ser analisado é o surgimento de um núcleo habitacional destoante na parte norte da cidade, este núcleo é denominado como loteamento Jardim Padre Paulo destinado para habitação de interesse social, aprovado durante a administração do prefeito Ernani Martins (1975-1980), maneira para minimizar o surgimento das favelas, este loteamento beneficiou 240 famílias.

A análise do crescimento urbano entre 1985 a 1990 pode ser analisada através da figura 38. Nesta imagem nota-se que o crescimento urbano ocorreu no entorno da mancha já existente, e também o surgimento de novos núcleos habitacionais próximos a BR 070 demonstrando que a dispersão urbana ainda é um problema à cidade.

**Figura 38.** Crescimento da mancha urbana em 1990.



Fonte: Imagens de satélite do site Earth Explorer adaptado pelo autor, 2021.

Ao analisar as imagens correspondentes aos anos de 1960 a 1990, fica evidente que este foi um período que a cidade teve o seu maior crescimento, este fenômeno pode ser justificado pelos incentivos migratórios para a região oeste de Mato Grosso. A cidade de Cáceres teve um papel fundamental durante esta fase, entretanto ela foi considerada pelo governo como polo colonizador, sendo assim, os migrantes passariam primeiro por ela para depois serem direcionados para as terras definitivas. O vetor de crescimento da mancha urbana segue três direções: norte, sul e leste. O crescimento ao sul foi acompanhando em direção da BR 070 chegando a ultrapassá-la, o crescimento ao norte teve como princípio a implantação do loteamento Jardim Padre Paulo, já a parte leste da cidade foi se desenvolvendo próximo a BR 343. Nota-se também o surgimento de manchas dispersas.

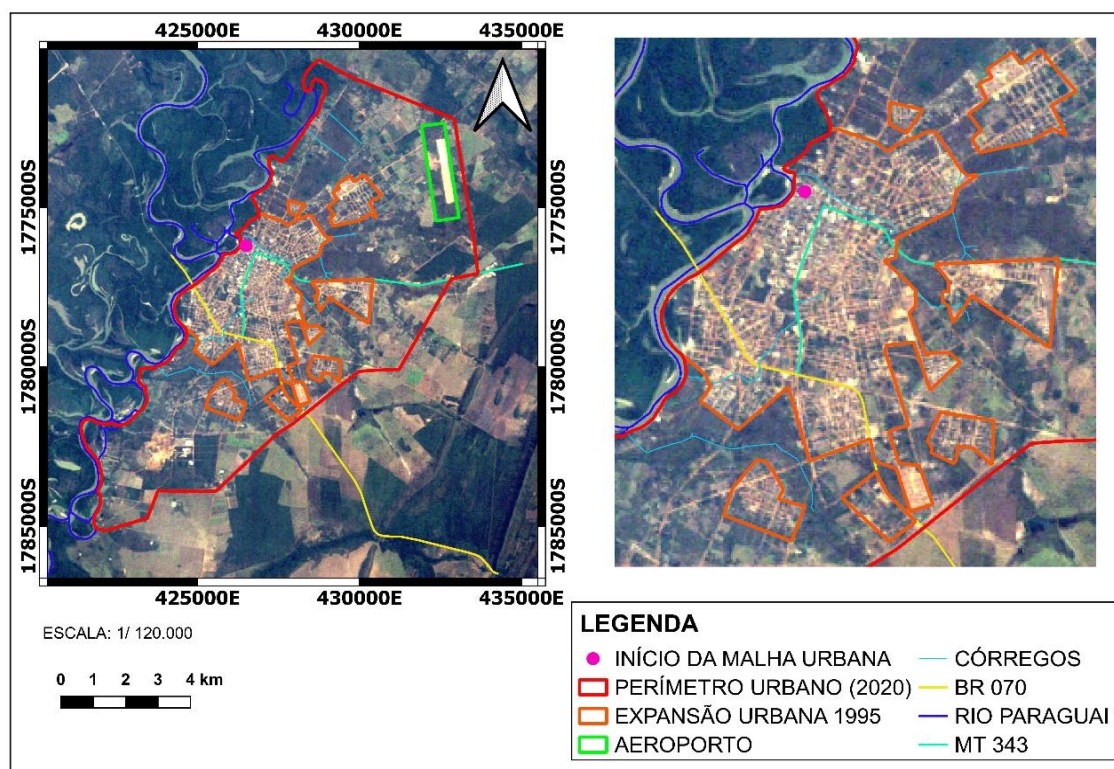
Segundo Nascimento (2008, p. 22) ao analisar o crescimento urbano de Cáceres, destaca que a cidade não estava preparada para receber o grande número de migrantes que estava chegando e o fato de muitos deles não terem qualificações profissionais necessárias para os serviços disponíveis acabava resultando em uma

concentração de pobreza e consequentemente acabou gerando a suburbanização da cidade, ou seja, as pessoas sem condições acabavam procurando terras afastadas do centro urbano, muitas vezes em terrenos clandestinos. Este fenômeno é uma das justificativas para o crescimento desordenado e as manchas dispersas destacadas nas imagens de satélite da cidade a partir de 1970, além da administração pública limitada e ineficiente, que acabava criando habitações de interesse social em áreas afastadas do centro.

#### 4.3 Terceira fase do crescimento urbano de Cáceres: de 1991 a 2020

A partir dos anos 90 o fluxo migratório é bem menor fazendo surtir efeitos sobre em sua malha urbana. As figuras 39 a 45 ilustram o crescimento da mancha urbana durante a última fase.

**Figura 39.** Crescimento da mancha urbana em 1995



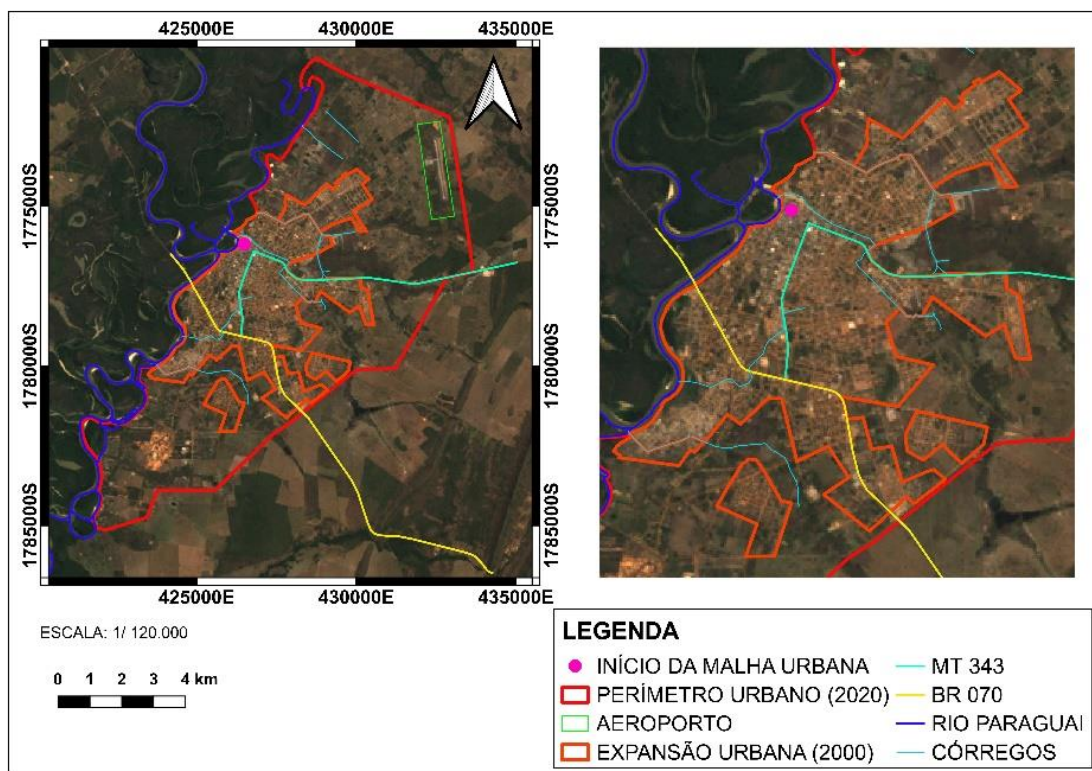
Fonte: Imagens de satélite do site Earth Explorer adaptado pelo autor, 2021.

Na expansão urbana ocorrida entre 1990 a 1995, o crescimento torna-se pequeno, nas direções norte e leste da cidade houve um adensamento nas áreas já existentes preenchendo os vazios urbanos, na direção sul houve uma pequena expansão desta área.

Diferente dos anos anteriores, ao analisar o crescimento urbano de 1995 a 2000 (figura 40) nota-se que a cidade cresceu na direção norte, as manchas dispersas já começam a se ligar com a parte central da cidade, tanto para o norte quando para o leste. Embora haja um crescimento na mancha urbana na parte sul da cidade, esta área ainda se torna isolada.

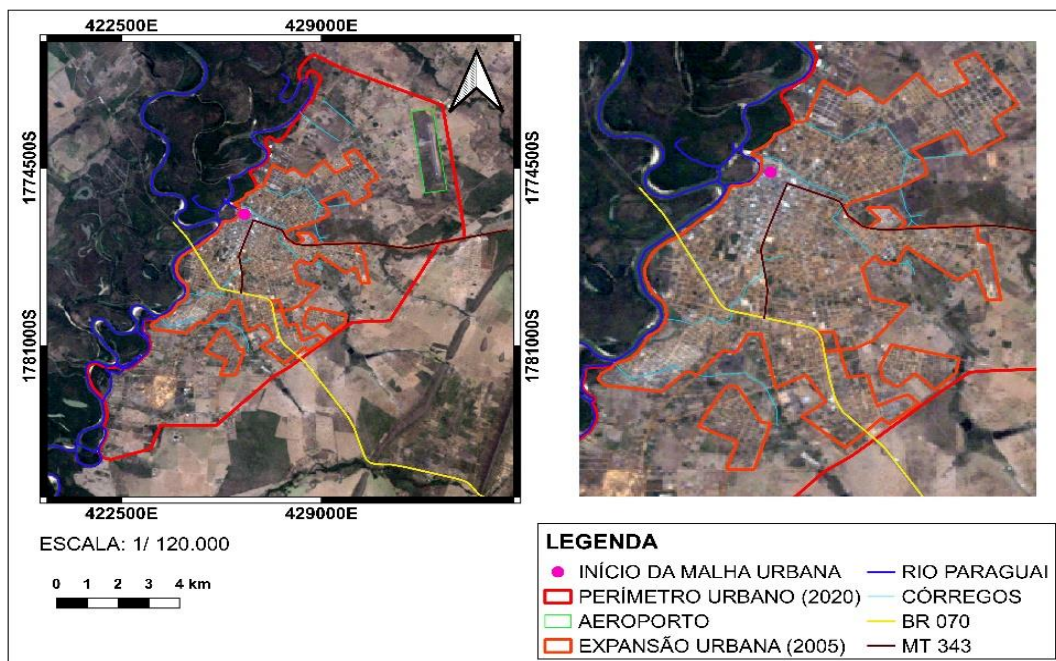
Entre os anos 2000 a 2005 (figura 13), não houve grande diferença no crescimento urbano em seu entorno, porém nota-se que as áreas que apareciam antes com cobertura vegetal começam a se tornar áreas desmatadas com a presença de algumas residências, preenchendo os vazios urbanos.

**Figura 40.** Crescimento da mancha urbana em 2000.



Fonte: Imagens de satélite do site Earth Explorer adaptado pelo autor, 2021.

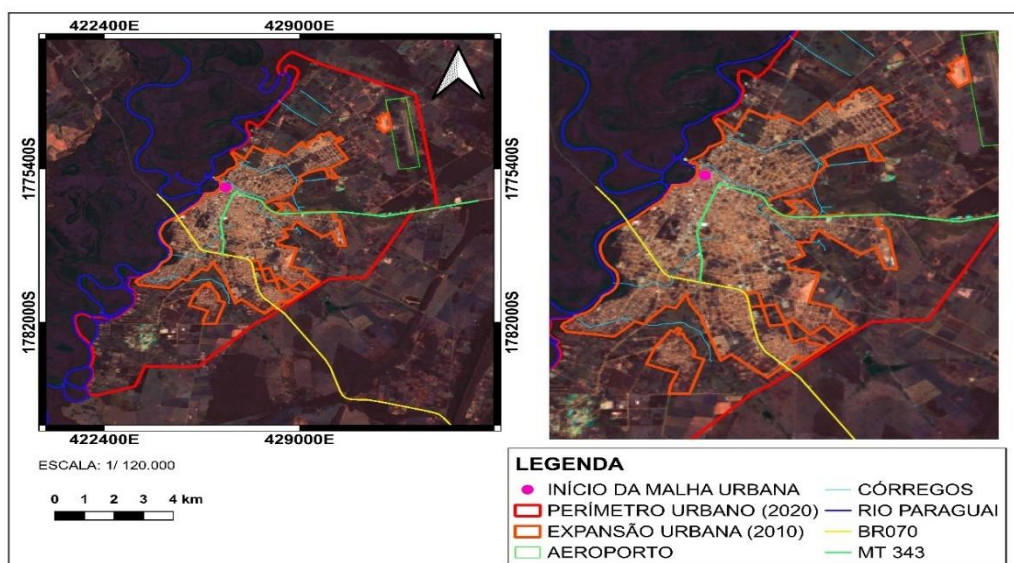
**Figura 41.** Crescimento da mancha urbana em 2005.



Fonte: Imagens de satélite do site Earth Explorer adaptado pelo autor, 2021.

Na figura 42 pode-se perceber que entre os anos de 2005 a 2010 começa a surgir um bairro próximo ao aeroporto. O surgimento deste bairro sugere que o crescimento urbano tende ao norte da cidade, com o intuito de levar infraestrutura necessária para esta parte da cidade.

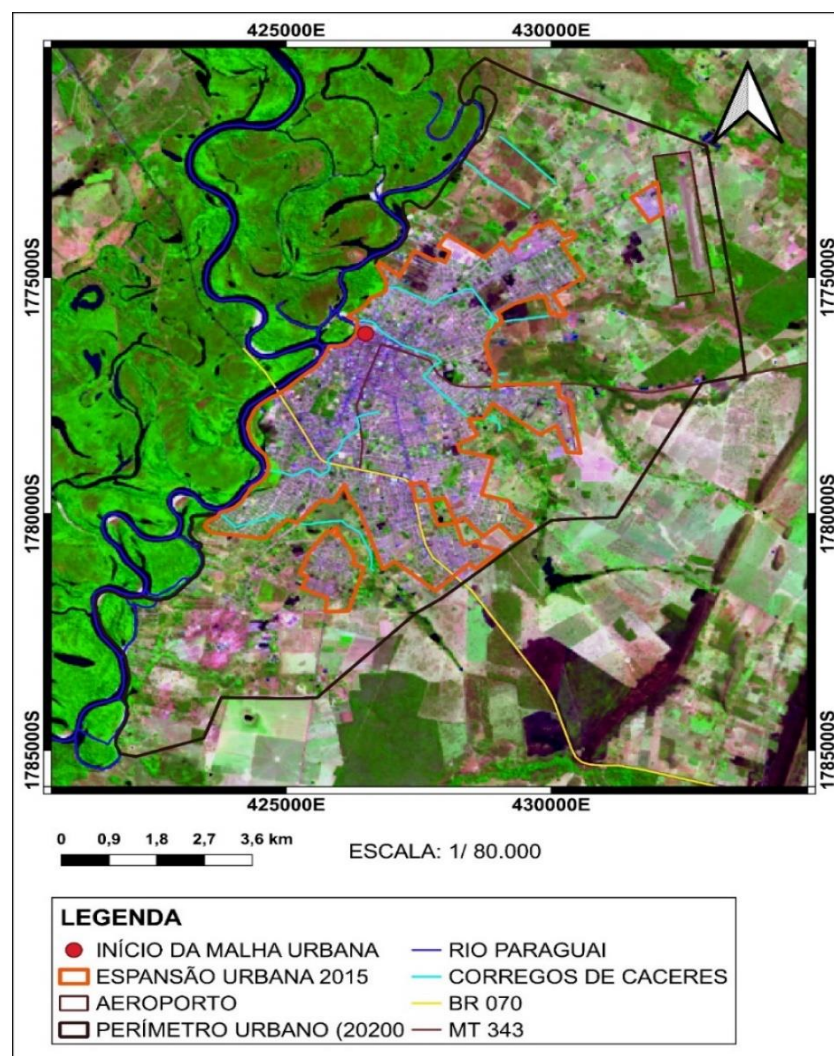
**Figura 42.** Crescimento da mancha urbana em 2010.



Fonte: Imagens de satélite do site Earth Explorer adaptado pelo autor, 2021.

Para a melhor compreensão da malha urbana em 2015, optou por usar cores que ressaltassem a área urbana, neste processo também acaba sendo destacadas as áreas com intenso desmatamento, este procedimento foi utilizado, pois as cores e a resolução do Landsat 8 não permitiam uma análise mais coerente da imagem. Logo, a imagem gerada possui uma variação de cor do verde escuro representando as áreas com intensa vegetação, ao roxo representando as áreas com grande concentração urbana ou áreas totalmente desmatadas. O crescimento urbano de 2010 a 2015 é mostrado na figura 43, nela percebe-se que durante esses anos o maior crescimento passa a ser no entorno da área existente e desenvolve-se um pouco mais o bairro próximo ao aeroporto.

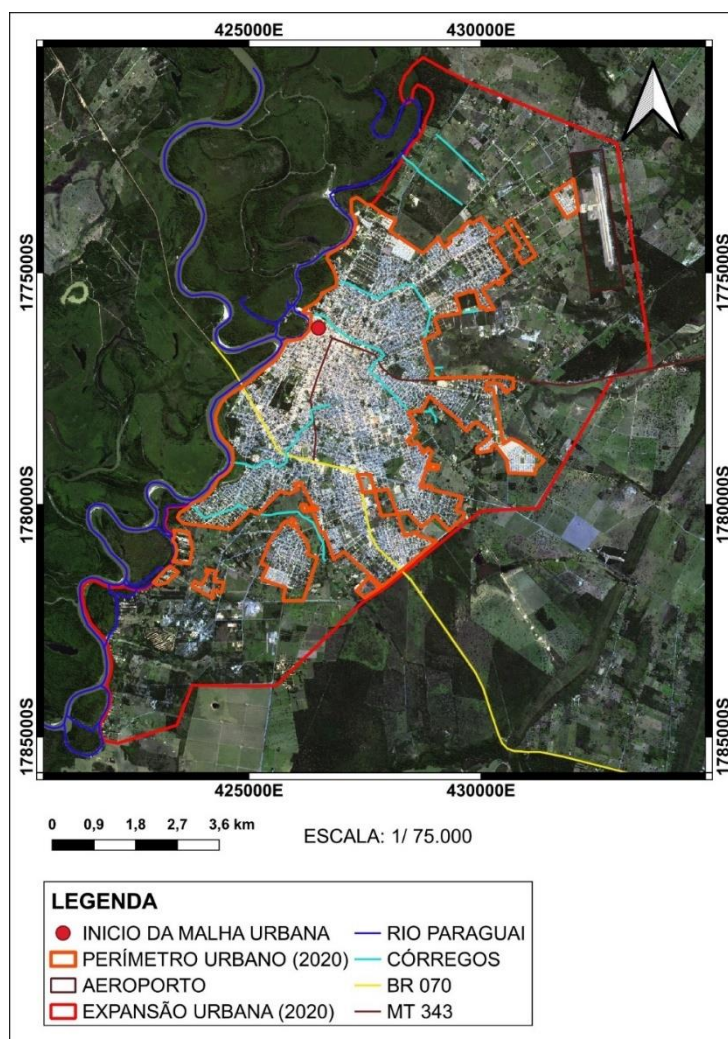
**Figura 43.** Crescimento da mancha urbana em 2015.



Fonte: Imagens de satélite do site Earth Explorer adaptado pelo autor, 2021

A última imagem gerada (figura 44), mostra o crescimento da malha urbana em 2020, nesta imagem pode-se observar que entre os anos de 2015 a 2020 começou a surgir algumas casas entre o bairro do aeroporto e a parte norte da cidade, e também a existência de pequenos loteamentos na parte sul. Nesta imagem fica claro a dispersão urbana, casas ou pequenos grupos em todo o perímetro urbano sem um direcionamento, a quantidade de vazios urbanos existente, demonstrando que não houve uma preocupação quanto a implantação dos bairros, embora a história da cidade aponte para um grande número de loteamentos clandestinos que vão sendo criados em áreas afastadas do centro, principalmente ao longo dos córregos urbanos. Deve-se destacar também que a cidade contempla muitos espaços destinados a lazer privado, como pesqueiro e ranchos próximo ao rio Paraguai.

**Figura 44.** Crescimento da mancha urbana em 2020.



Fonte: INPE, 2020 com modificações do autor.

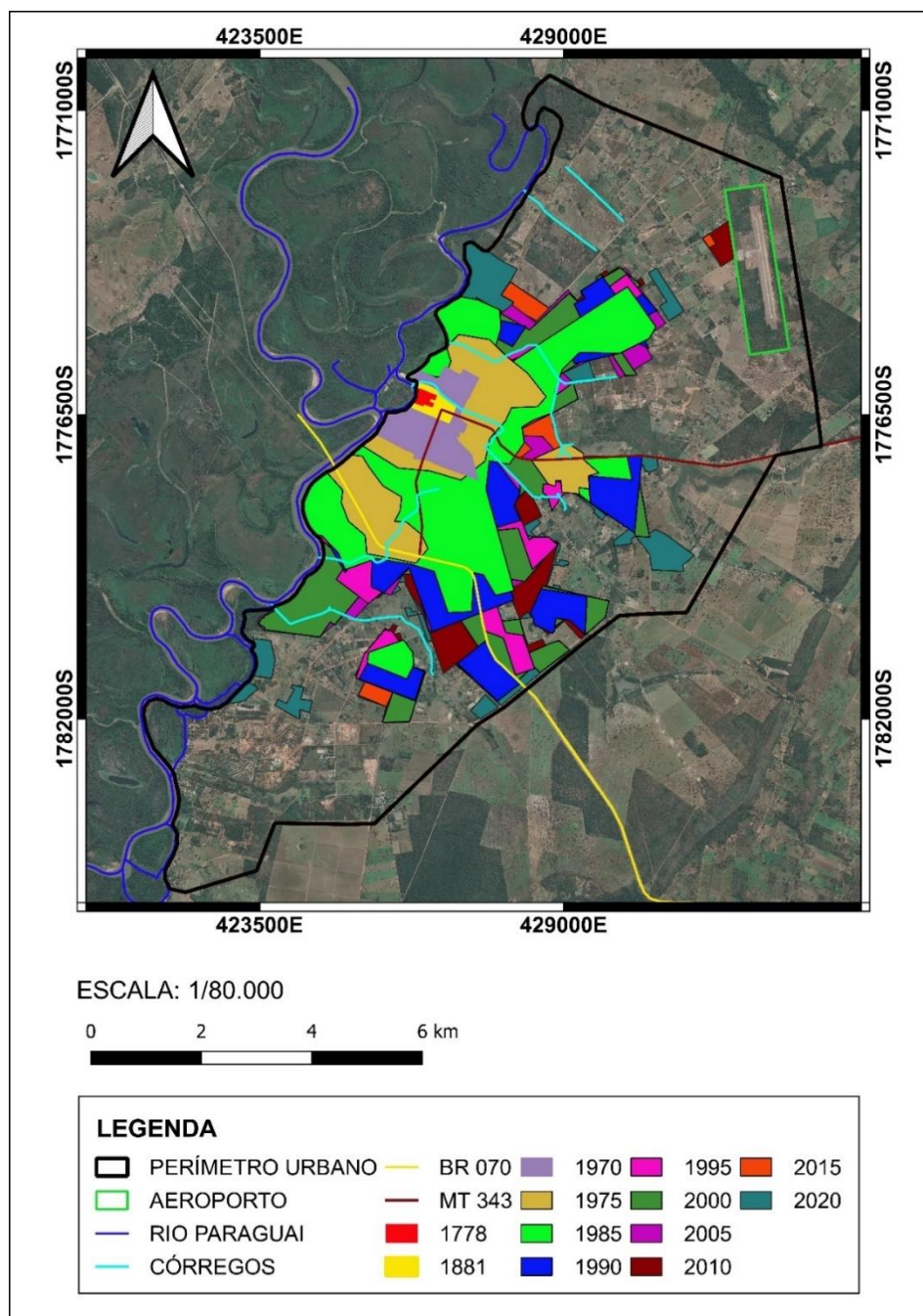
Ao analisar as manchas urbanas destacadas nas imagens de satélite nota-se que durante os anos de 1991 a 2020, a cidade teve um crescimento desordenado com diversos núcleos urbanos sendo criados distantes do centro da cidade. Com passar do tempo, alguns núcleos foram crescendo, diminuindo o vazio existente entre eles, outros acabaram ficando isolados. Esta dispersão territorial acaba gerando altos custos para o poder administrativo da cidade, pois fazem com que todos os equipamentos de infraestrutura como água encanada, saneamento básico, energia elétrica e mobilidade urbana cheguem a estes lugares afastados.

Quanto aos vetores que predominam esta fase pós-migração destacam-se os suburbanos como grandes formadores do espaço; desamparados pelo poder público municipal acabam buscando um espaço onde possam sobreviver e a partir desse momento começam a dar forma a malha urbana, e em busca de minimizar os efeitos causados pelos loteamentos clandestinos, o poder público acaba criando habitações de interesse social em áreas afastadas, como ocorreu em 1970 com a criação do loteamento Jardim Padre Paulo implantado no norte da cidade bem distante do centro.

Outros modelares continuariam sendo as estradas BR 070, MT343 assim como as avenidas que cortam a cidade. A partir da implantação da área do aeroporto nota-se também o aparecimento de loteamentos. Quanto ao sul a existência do setor industrial, a área destinada à ZPE e o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) podem ser considerados como uma das razões para o crescimento urbano nesta área da cidade.

A figura 45 apresenta uma sobreposição das manchas urbanas analisadas na figura 29 e nas figuras 33 a 44. As manchas foram destacadas com cores diferentes a fim de facilitar as seguintes observações: os anos em que a cidade teve um maior crescimento, e a direção deste crescimento. Nela também são destacados o rio Paraguai, os córregos urbanos, a BR 070, a MT 343 e a área destinada ao aeroporto internacional de Cáceres.

**Figura 45.** Crescimento da mancha urbana de Cáceres entre 1778 a 2020.



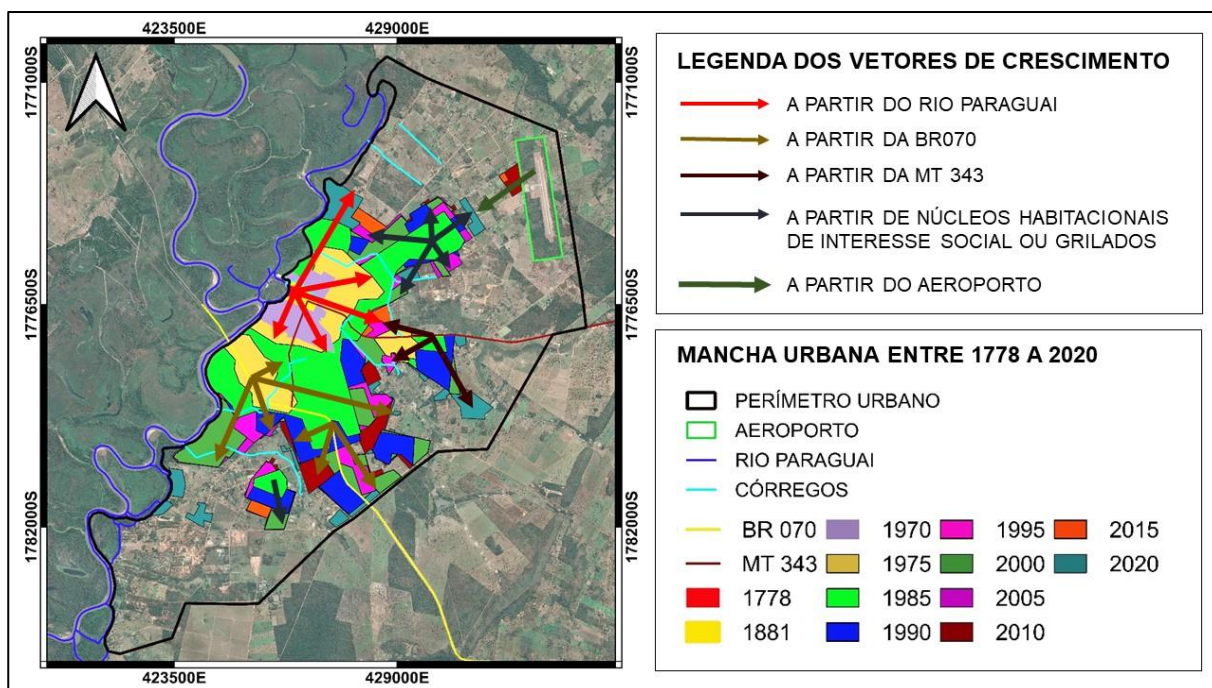
Fonte: Google Satélite 2021 adaptado pelo autor.

Os elementos presentes na figura 45 permitem observar o crescimento da cidade de Cáceres entre os anos de 1778 a 2020, recorte temporal usado para análise deste estudo. Observa-se que no período que se inicia em 1960 até 1990, foi quando a cidade mais cresceu. O maior destaque está no ano de 1985, momento em que a cidade passou por grandes modificações em sua malha urbana e em seu território.

Nota-se que o entorno da BR070 há um grande crescimento urbano tendo o seu início por volta de 1970 e foi se desenvolvendo por todo o seu percurso ultrapassando o outro lado.

Na figura 46 são destacados os vetores de crescimento da cidade de Cáceres através de setas, em que suas bases representam a origem da formação do grupo urbano e sua ponta mostra a direção para onde este núcleo foi crescendo. As diferentes cores representando as setas são para elucidar os elementos que teriam influenciado os vetores do crescimento urbano. Para melhor compreensão eles foram desenhados sobre a figura 45.

**Figura 46.** Vetores de Crescimento da cidade de Cáceres.



Fonte: imagens de satélite Google Earth adaptada pelo autor, 2021.

Nesta figura pode-se notar que o rio Paraguai foi o ponto de partida para desenho da malha urbana, posteriormente a BR 070 e a MT 343 tornam-se pontos de referência para o crescimento da cidade e a partir de 1985 a cidade começa a se espalhar unindo alguns núcleos habitacionais existentes na época, ao mesmo tempo em que habitações de interesse e núcleos habitacionais grilados iam sendo criadas. Percebe-se que tanto a BR070 quanto a MT343 foram grandes modeladoras do espaço a partir de 1975. O aeroporto acaba também influenciando o desenvolvimento

da malha urbana, mesmo que nem tanto expressivo quanto o rio Paraguai e as estradas.

Também fica claro ao observar a figura 46 que a cidade de Cáceres teve um crescimento desorganizado, mesmo tendo sido elaborado ao longo dos anos os códigos de posturas e a partir de 1995 tendo implementado o plano diretor, não foram suficientes para direcionar e principalmente coordenar o crescimento da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar e compreender a formação urbana e os vetores de crescimento da cidade de Cáceres é viajar no tempo e resgatar a história de um povo. Para isto foi necessário remontar desde as raízes partindo da fundação de Vila Maria do Paraguai, buscando compreender na história da colonização do Brasil e do estado do Mato Grosso os motivos que levaram à sua fundação. A partir destes motivos, seria possível encontrar não somente a história, mas também os seus vetores de crescimento.

Enquanto vila, ainda que o 4o Capitão geral da Capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres fosse um personagem de grandes proporções, pois sem ele não seria possível a fundação de Vila Maria do Paraguai, não bastava apenas ter o aval do capitão ou da coroa portuguesa, era necessário ter subsídios para que a vida humana pudesse prosperar, por esta razão o rio Paraguai se torna um grande vetor dentro desta história e da formação desta cidade, o rio era o elemento que chamou a atenção do capitão, era através do rio que vida fluía e um dos motivos da fundação da vila era a proteção do território brasileiro nas encostas do rio Paraguai a principal razão para constituir o território.

Quase 100 anos após sua fundação, em 1859, Vila Maria do Paraguai se efetivaria realmente como vila, é construída a casa da Câmara e Cadeia, e assim com a chegada dos vereadores a vila começa a receber melhoramentos. Este foi o primeiro avanço, o segundo foi à abertura da navegação fluvial pelo rio Paraguai para os brasileiros após a guerra do Paraguai, deste momento em diante a cidade começa a ganhar novos rumos, o ritmo da cidade muda assim como sua arquitetura se tornando a cada dia uma vila com traços europeus mais fortes, uma pequena vila europeia em meio ao sertão Mato-grossense.

Com os avanços a vila torna-se cidade em 1874 passando a ser denominada São Luiz de Cáceres, e para isto foram necessárias novas leis, criado em 1888 o primeiro código de postura, dando diretriz a cidade principalmente em questões de saneamento básico. Outro personagem surge a “Câmara Municipal”, através dela a vila começa a ganhar voz dentro deste grande sertão, e, por outro lado o rio Paraguai se fortalece como grande influenciador na cidade.

Muitos acontecimentos ocorrem na nova cidade entre os anos de 1859 a 1950/60, sua malha urbana continua seguindo como modelo o seu desenho original

português, seu crescimento populacional vai aumentando gradualmente assim como o seu reconhecimento no estado de Mato Grosso. Porém, a partir dos anos 60 a cidade começa a passar por grandes modificações, principalmente em sua malha urbana e em seu território. Incentivados por programas governamentais muitos migrantes começam a chegar a Cáceres com o intuito de colonizar as regiões “vazias” do estado. A cidade não estava preparada para a excesso de pessoas que estavam chegando e com isto, Cáceres começa a crescer de forma desordenada, criando glebas nas franjas da cidade. Este grande impacto pode ser visto até os anos de 1990 quando o crescimento populacional não é tão expressivo quanto aos anos anteriores.

Dentro desta fase, os incentivos do governo federal em conjunto com as obras de melhoria na cidade, destacando a construção de estradas principalmente a construção da ponte Marechal Rondon sobre o rio Paraguai e a BR070, e os migrantes são os novos personagens que começam a modelar o novo traçado urbano, um traçado configurado como disperso, cheios de vazios urbanos, com presença de segregação socioespacial e pobreza. A partir de 1990 a 2020, mesmo com a presença do plano diretor reformulado em 2010, a cidade ainda cresceu de forma irregular, o desenho urbano português inicial se perdeu, dando espaço a uma configuração dispersa e desalinhada.

Nota-se que os principais vetores desta última fase são todos aqueles cidadãos excluídos de viverem no centro da cidade e que em busca de um lugar para viverem acabam adotando como seu espaço as periferias da cidade, por meio das terras griladas acabam forçando o poder público a direcionar os mobiliários urbanos e toda a infraestrutura urbana para as áreas necessitadas e consequentemente remodelando a cidade.

Quanto ao vetor de crescimento da malha urbana, percebe-se que este cresce mais fortemente para o sul, leste e depois norte. Os principais fatores que podem ter influenciado o desenho da cidade estão na construção das estradas. Quando se observa a BR 070, nota-se que desde 1970 a cidade aponta para este lado e começa a crescer entorno dela. Os vetores leste e norte podem ter como fatores também as estradas, e mais atualmente a construção do aeroporto internacional a partir de 1980.

A infraestrutura que Cáceres possui em 2020 faz com que ela seja a principal cidade do vale do Jaurú, dando subsídio tanto de educação universitária quando de saúde para as cidades que estão dentro desta macrorregião. Ela conta com o polo

administrativo da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), e com duas universidades particulares, hospitais com diversas especialidades além de um centro médico especializado. A presença do turismo é bem forte, tanto em suas belezas naturais quanto em suas fazendas históricas, sítios arqueológicos e principalmente o Festival Internacional de Pesca (FIP) que atrai muitos turistas para cidade, além dos passeios de chalana pelo rio Paraguai.

As imagens de satélite permitem estudar e analisar o vetor de crescimento da mancha urbana, podendo identificar os vetores de forma genérica. Para compreender mais a fundo a construção da cidade é necessário fazer um levantamento de cada bairro, e fazer principalmente entrevistas com moradores para conhecer as suas histórias e sentimentos de pertencimento dos moradores para enfim compreender os motivos que fizeram com que cada bairro fosse sendo construído.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J.C. **Capítulos de História Colonial: 1500 a 1800**. M. Orosco & C, Rio de Janeiro, 1907. p. 234.

AYALA, S.C.; SIMON, F. (Ed.). **Álbun gráfico do Estado de Mato Grosso**. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011.

ARRUDA, A. **Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cuiabá, 2002 ff138.

ARRUDA, E.F. de. **História e Memória: Cáceres**. Editora Unemat, 2011, p. 303.

ARAUJO, R.M. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 20, n. 1, p. 41-76, 2012.

ARAUJO, R.M. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: Discurso e Método**. Dissertação (doutorado). Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, 2000, 606f, v.1.

BAPTISTA, M. **Contos de amor e saudade: a história de Cáceres contada através das lembranças de vó Estella**. Cuiabá-MT: Entrelinhas, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em: 25 de outubro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm). Acessado em: 25 de outubro de 2021.

BUENO, B.P.S. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532 1822). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo v.17. n.2. p. 251-294. jul.- dez. 2009.

BUTAKKA, A. **O significado da migração populacional para o município de Cáceres: município de fronteira**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006. F168.

CÁCERES. **Plano diretor participativo: diagnóstico técnico**. Ed. UNEMAT. Cáceres, 2017.

CÁCERES. **Plano diretor de Cáceres**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mt/c/caceres/lei-complementar/1995/2/19/lei-complementar-n-19-1995-lei-complementar-n-19-de-21-de-dezembro-de-1995-que->

institui-o-plano-diretor-do-municipio-de-caceres-e-consolida-as-normas-legais-basicas-municipais-os-codigo-de-obras-do-municipio-lei-n-137-de-14-de-abril-de-1961-e-o-codigo-de-posturas-do-municipais-lei-n-620-de-27-de-dezembro-de-1976-com-suas-respectivas-alteracoes-cria-o-codigo-sanitario-municipal-e-define-a-politica-de-desenvolvimento-urbano-rural-expansa. Acessado em: 25 de outubro de 2021.

CÁCERES. **Lei Complementar nº. 90 de 29 de Dezembro de 2010.** Institui a atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Cáceres nos termos do artigo 182 da Constituição Federal de 1988, do capítulo III da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade - e do Título IV, Capítulo V da Lei Orgânica do Município de Cáceres. Disponível em: [https://sic.tce.mt.gov.br/146/assunto/listaPublicacao/id\\_assunto/1456/id\\_assunto\\_item/7572](https://sic.tce.mt.gov.br/146/assunto/listaPublicacao/id_assunto/1456/id_assunto_item/7572). Acessado em: 25 de outubro de 2021.

CÁCERES. **Prefeitura Municipal de. Programa de Regularização Fundiária – REURB.** Disponível em: <https://www.caceres.mt.gov.br/Projetos-Gestao/Reurb/>. Acessado em: 31 de outubro de 2021.

CÁCERES NOTÍCIAS. **Porto de Cáceres está reformado e pronto para operar, afirma governador.** Disponível em: <https://www.caceresnoticias.com.br/politica/porto-de-caceres-esta-reformado-e-pronto-para-operar-afirma-governador/654223>. Acessado em: 31 de outubro de 2021.

CÁCERES NOTÍCIAS. **“A ZPE de Cáceres vai sair do papel e trazer desenvolvimento para a Região Oeste de MT”, afirma governador.** Disponível em: [caceresnoticias.com.br/politica/a-zpe-de-caceres-vai-sair-do-papel-e-trazer-desenvolvimento-para-a-regiao-oeste-de-mt-afirma-governador/654218](https://www.caceresnoticias.com.br/politica/a-zpe-de-caceres-vai-sair-do-papel-e-trazer-desenvolvimento-para-a-regiao-oeste-de-mt-afirma-governador/654218). Acessado em: 31 de outubro de 2021.

CALONGA, M.D. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade. **Revista Espaço Acadêmico**, Ano XIV, n.168, p126-132, 2015.

CAMARGO, F. A pendenga interminável: As demarcações do Tratado de Santo Ildefonso. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), **Anais da XXIII**, Curitiba, 200 pp. 235-240.

CAMPOS, R.D.S. “Que de autor basta eu...”: O mundo natural nos diálogos geográficos de José Barbosa de Sá. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012. 118f.

CANOVA, L. **Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764).** Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, 319f.

CASTRILLON, M.L.F. **O governo local na fronteira oeste do Brasil: a Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1859-1889).** Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, Cuiabá, 2006 p150.

CAVALCANTE, R. A. **Fundação de Vila Maria com a presença Chiquitana: os povoadores da fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso (1778-1827)**. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. Porto Alegre, 2015 150f.

CHAVES, O.R. **Império português: o marco de Jauru e a povoação fronteiriça de Vila Maria do Paraguai, século XVIII**. In: Chaves, Otávio Ribeiro. Arruda, Elmar Figueredo de. *História e Memória: Cáceres*. Editora Unemat, 2011, p. 303.

CHAVES, O.R. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 2, 2014.

CINTRA, J.P. As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, V. 23, p. 11-42, 2015.

COCHEV, J.S. et al. Análise espaço-temporal do uso do solo de Cáceres, MT, através de imagens de sensoriamento remoto e SIG. In: **Anais 2º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal**. Embrapa Informática Agropecuária/INPE. Corumbá. 2009 p.765-775.

CONDOMINIO SOLARE, **Por que investir em Cáceres?**. Disponível em: <http://condominiosolare.com.br/blog/p/por-que-investir-em-caceres>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

DAN, V.L.C. **O acesso à cidade: questões socioeconômicas da cidade de Cáceres com enfoque na praça da feira**. Dissertação (Mestrado em História). Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, p241, 2010.

EARTH EXPLORE. Imagens. Disponível em: <https://earthexplorer.usgs.gov/>. Acessado em: 27 de Novembro de 2021.

ESSELIN, P.M. Mato grosso e a definição da fronteira: da colonização a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In: **XVI Encontro Nacional da Anpuh-MS**, 2018, 26f.

FANAIA, M.L. **O olhar dos vereadores sobre a cidade de Vila Maria do Paraguai nos anos de 1859-1880**. In: Chaves, Otávio Ribeiro; Arruda, Elmar Figueredo de. *História e Memória: Cáceres*. Editora Unemat, 2011, p. 303.

FERREIRA, J.C.V. **Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso**. Ed Burití. Cuiabá: 2004.

FERREIRA, E. Cáceres: histórico, desmembramentos e a questão regional do Sudoeste Mato-Grossense. **Ciência Geográfica**, Bauru, ano 21 - Vol. 21 - (1): Janeiro/Dezembro, 2017.

GALVÃO, J. Aparecida da Cunha. Notas sobre a colonização em Mato Grosso de 1940 a 1980. In: Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. **"V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo**, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013". Barcelona: DUOT, 2013, p. 58-64.

GARCIA, D.S.C. De vila a cidade: impactos da abertura da navegação do rio Paraguai em uma povoação da Fronteira Oeste. In: **XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. Natal-RN, 2013.

GARCIA, R.C. Espaço do povo e espaço do rei na terra da conquista: vila bela, cuiabá e os seus distintos espaços. **História e Diversidade**, v. 8, n. 1, p. 220-235, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cáceres**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/historico>. Acessado em: 27 de março de 2020.

JESUS, N.M. de. A capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. **Territórios e Fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 93-113, 2012.

LIMA, L.. **REURB é apresentado durante audiência pública da Assembleia Legislativa de MT**. In: Cáceres Notícias. Disponível em: [www.caceresnoticias.com.br/imprime.php?cid=651949&sid=26](http://www.caceresnoticias.com.br/imprime.php?cid=651949&sid=26). Acessado em: 31 de outubro de 2021.

MENDES, C.; VERÍSSIMO, C.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI**. Editora Imperial Novo Milênio. Rio de Janeiro, 2011 f.232, v.1.

MENDES, N.F. História de Cáceres: história da administração municipal. Editora UNEMAT. Cáceres-MT, 2ª ed, 224p, 2009.

\_\_\_\_\_. **História de Cáceres: origem, evolução, presença da força armada**. Editora UNEMAT. Cáceres-MT, Tomo II, 37p, 2010.

MORAES, M.de F.M.L. **Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste 1778-1801**. 2003. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

MUMFORD, L. A Cidade na história: suas origens–transformações e perspectivas. 1998.

NASCIMENTO, W.M. do. **O processo de ocupação da cidade de Cáceres-MT, com a caracterização geoambiental da área do canal do Renato e suas implicações socioambientais no período entre 1960-2008**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2008, 130 f.

NEVES, R. J. Modelagem e Implementação de Atlas Geográficos Municipais: Estudo de Caso do Município de Cáceres-MT. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. 184 f.

OLDONI, S.M. et al. Aproximações teóricas: morfologia urbana como instrumento de análise da evolução das cidades. In: **Anais do 14º Encontro Científico Cultural Interinstitucional**, v. 4, 2016.

PINHO, R.T. de. **Cáceres: olhares sobre a tessitura urbana de São Luiz de Cáceres**. In: Chaves, Otávio Ribeiro; Arruda, Elmar Figueredo de. *História e Memória: Cáceres*. Editora Unemat, 2011, p. 303.

PREFEITURA DE CÁCERES-MT. **Portal da Transparência. Acesso à informação: obras**. Disponível em: <http://177.4.174.14:5656/transparencia/>. Acessado em: 22 de Março de 2021.

PREFEITURA DE CÁCERES-MT. **Portal da Transparência**. Disponível em: <http://https://www.portaltransparencia.gov.br/control-social/o-portal-como-ferramenta>. Acessado em: 22 de Março de 2021.

OCTAVIO, R. *Alexandre de Gusmão et le sentiment americain dans la politique internationale: deux conférences: donnees dans les Universités de Paris et de Rome en avril 1930. Recueil Sirey, 1930.*

OLDONI, S.M. **Cidades novas no oeste do Paraná: os traçados criados pela colonizadora Maripá**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

RIO-BRANCO, M.de P. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750**. FUNAG. Brasília, 2010.

SANTANA, M.F.; CUNHA, S.B. da. Intervenções em canais urbanos e suas repercussões: bacia hidrográfica do córrego Sangradouro, Cáceres – Mato Grosso. **Revista Geografar**. v.14, n.2, p.210-225, Curitiba, 2019.

SERRA, R.F. de A. Reflexões sobre a capitania de Mato Grosso. Rio de Janeiro: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v6, 1884. In: SERRA, Ricardo Franco de Almeida. *Reflexões sobre a capitania de Mato*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. p32.

SILVA et al. Zona de processamento de exportação: estudo de caso em Cáceres-M. **XXVIII encontro da ENPAD**. Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, L.P. da. Gestão do patrimônio histórico e cultural no contexto do “Plano de ação para as cidades históricas” Cáceres - mato grosso. Franca: **Revista História e Cultura**, v.1, n.2, p.58-69, 2012.

SIQUEIRA, E.M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. 2ª.ed. Entrelinha Editora. Cuiabá-MT, 2017.

SIQUEIRA, J.C. *Crônicas de Cuiabá*. Cuiabá: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, n. 53, 2002, p. 130.

SOARES, J.C. de Macedo; RODRIGUES, J. W. **Fronteiras do Brasil no regime colonial**. In: **Primeiro Congresso de História Nacional: Teses 17. 1939**. Disponível em: [http://fortalezas.org/index.php?ct=bibliografia&id\\_bibliografia=469](http://fortalezas.org/index.php?ct=bibliografia&id_bibliografia=469). Acessado em: 23 de janeiro de 2020.

SPECHT, D.; MARIN, M.H; DOS SANTOS, P.F. Bens duráveis: a industrialização brasileira no período Juscelino Kubitschek (1956-1960). **Revista Historiador**, n. 2, 2009.

TEIXEIRA, M.C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. Editora Unesp, 2012.

TRUBILIANO, C.A.B.; Martins Junior, C. Rumo a brasilidade: Mato Grosso e a Marcha para o Oeste (1937-1945). In: **Anais. X Semana de História 2007**: história em movimento: caminhos, culturas e fronteiras: 24 a 28 de setembro de 2007, Campus de Três Lagoas, UFMS, p. 40-53.

VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

ZATTAR, N. **Cáceres: nome luso de cidade mato-grossense**. RUA, v. 21, n. 1, p. 155-170, 2015.